UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

FÁBIO JÚNIOR AVELINO

OCUPAÇÃO COLONIAL E ESCRAVIDÃO NEGRA NAS TERRAS QUE HOJE FAZEM PARTE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (1725-1889)

SOBRAL - CE
2020

FÁBIO JÚNIOR AVELINO

OCUPAÇÃO COLONIAL E ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDAS QUE DERAM ORIGEM AO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (1725-1889)

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), como requisito para obtenção do título de licenciado em História

Orientadora: Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

SOBRAL – CE

2020

FÁBIO JÚNIOR AVELINO

OCUPAÇÃO COLONIAL E ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDAS QUE DERAM ORIGEM AO MUNICÍPIO MORRINHOS

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Aprovado em: 22/01/2020

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (Orientadora)

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

_____

Prof. Dr. Francisco Dênis Melo

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

_____

Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Dedico este trabalho a duas pessoas especiais, primeiramente minha avó, Laura Ferreira Avelino (**In memorian**), e minha mãe Maria Alda Avelino, exímias contadoras de histórias, a maioria de trancoso, tudo bem, mas, a performance imaginária é digna de Homero, muito obrigado pelo legado, suas perspicácias deducionistas ajudaram muito na minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Gratidão é um dos sentimentos mais belos da existência humana, reconhecer o que outrem fez por nós, reflete a consciência que somos um, de um todo, e mesmo que ao receber a graça seja despertado o sentimento de um dia retribuir, é imprescindível que o remetente seja o amor, caso contrário, cairemos na tentação de macular o tão nobre sentimento da Gratidão, com o nefasto e egocêntrico prazer da barganha.

Muitas são as pessoas dignas dos meus sucintos, mas, sinceros agradecimentos, primeiramente quero começar agradecendo aquele que é acima de tudo, repare bem, eu disse de tudo, e não de todos.

Muito obrigado meu YAHWEH RAFAH, este trabalho, está faculdade, este ser humano conscientemente imperfeito que escreve essas palavras de gratidão, não existiria sem TI, afinal ser ressuscitado depois de 17 anos submergido no submundo das drogas, nada mais é que o maior milagre que possa acontecer, obrigado, obrigado, eu não mereço, foi a tua Graça sob graça, o que me faz eternamente devedor do teu favor. Obrigado, muito obrigado, oh! Grande Deus, que me restitui em porção dobrada tudo aquilo que por falha, imperfeição e transgressão eu havia perdido. Porém, quando tu disseste através do teu servo Ageu (2:9), que a Glória da segunda casa seria maior que a da primeira, eu sinceramente não sabia que essa glória seria derramada como chuva temporã e serôdia, abundantemente em justa medida sobre a minha vida. Mais uma vez eternamente Obrigado.

Eu cometeria um crime de sangue, se não usasse este espaço para agradecer meus familiares, primeiramente a minha avó, Laura Ferreira Avelino (In memorian), pelas histórias de trancoso[1] que me contava quando eu era criança, isso fez despertar em mim o gosto pela literatura. A mãe que deva ter herdado da minha avó o saber contar histórias, lembro-me das vezes que contava pra mim as histórias da Princesa Rosamunda, e do Juvenal e os três cachorros, é admirável que mesmo a senhora sem saber quem as escreveu, ou que se tratava de lendas medievais, contava como se as tivesse vivido, meu eterno obrigado a ambas.

[1]- história de trancoso é algo irreal, fábula, algo lendário. Muitos contos infantis são classificados como histórias de trancoso, entre ele estão: As histórias como a de chapeuzinho vermelho, Alibabá e os 40 ladrões, a bela adormecida, Branca de neve e os sete anões etc

Obrigado também aos minhas irmãs, Rita Maria, pelo carinho que sempre teve e por ter me alfabetizado, ainda antes que eu fosse a escola. Obrigado minha irmã Aila Maria pelo carinho, apoio, nas horas que mais precisei.

Obrigado minha irmã Sandra Márcia, sua hospitalidade é digna do Oriente médio antigo, minhas eternas gratidões por ter me amado quando eu menos merecia, pois lembro-me das muitas vezes que cheguei drogado e faminto na sua casa e você me acolhia, foi o seu amor por mim que fez você discernir que mesmo sem merecer, era ali que eu mais precisava. Obrigado.

Obrigado também minha irmã Katiane Maria, pelo apoio de sempre, você tem um grande coração. Obrigado, meu amado irmão Júnior Avelino, muito obrigado mesmo, minha dívida com você é eterna, minha formação acadêmica e caráter cristão tem muito de você, sua perspicácia de entender a lógica das coisas, sempre foi motivo de admiração para mim, desejo muitas bênçãos pra você e sua casa. Eu não poderia deixar de agradecer o meu cunhado Cezinha, a gratidão é tão grande que eu não sei nem como agradecer, mas ainda assim, muito obrigado mesmo, sua generosidade é invejável.

Obrigado também a todos os meus amigos que forma direta contribuíram para a realização deste trabalho, indo comigo diversas vezes as pesquisas de campo, aí vão eles: Meu irmão e amigo, missionário Cassiano, Meus amigos Eudes Helcias, Prof. Júnior Vasconcelos. Esse seria um crime esquecer, meu grande amigo e também pesquisador, Calmon Mariano, irmão muito obrigado mesmo, juntos fomos dezenas de vezes aos campos de pesquisas, fomos literalmente aos confins de Morrinhos à procura das pistas que levaram a conclusão com êxito deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Meu grande amigo, colega pesquisador, Roniele Maranhão, meus mais sinceros agradecimentos, suas indagações foram alimento para esta pesquisa, seu olhar crítico social sobre a comunidade de Curralinho, tem sólidos resquícios. Amigo, Obrigado. E claro, meu amigo mestrando, Ariel dos Santos, sua contribuição geográfica social para esse trabalho foi imprescindível. Meu amigo e irmão Raimundinho, muitíssimo obrigado, lembro-me das vezes que você veio me buscar de moto na minha casa para irmos pesquisar, e encher o seu Altim de perguntas, Obrigado, seu amizade e generosidade é coisa rara. Ah! como eu sei que o seu Altim não vai ler esse trabalho, diga-o que a ideia de inserir a Fazenda Crôa neste trabalho surgiu a partir dele, e que ele contribuiu bastante. Obrigado amigo.

Aos amigos que ouviram com atenção os resultados desta pesquisa, Prof. Daniel Nascimento, Ivo Carneiro, meu primo Carlão, Leandro Laurindo, Valdeci Freitas, irmão Oséias, Carlos Régis Silveira, Marcos Alexandre, e aos outros, perdoe-me pelo esquecimento. Meus agradecimentos também para meus colegas do ônibus dos universitários período noturno, Irmão Vinícius, irmão Ciel, Hyago, Prof. Zé Carlo, e tantos outros, que vez por outra debatíamos sobre qual o sexo dos anjos, (risos), política, futebol e religião, aff! Como disse o Rei Salomão, isso só gera enfado, mas diverte. Obrigado a todos.

Aos meus amigos representantes das Comunidades de Remanescentes de Quilombolas do município de Morrinhos-CE, Cézar Lopes, Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Pedro Lúcio, Comunidade Quilombola de Junco Manso, Clemildo Souza, Comunidade Quilombola de Curralinho, e as demais lideranças, meus sinceros agradecimentos, seus antepassados africanos e vocês também são sujeitos nesta história. Este trabalho será muito útil pra nossa causa, a causa Negra, afinal de contas foi esta causa que mais motivou este trabalho.

Meus agradecimentos especiais também aos meus professores Doutores do Curso de História, Maria Antônia Veiga Adrião, Dênis Melo, Edvanir Silveira; Carlos Augusto P. dos Santos, Chrislene Cavalcante, Agenor Júnior, Telma Bessa, Tito, Regina Raick, e se esqueci algum, perdão, todos contribuíram grandemente com seus saberes para minha formação acadêmica. E ao meus colegas do Curso de História turma 2015.2, a melhor que o CCH já teve.

Obrigado ao meu irmão e Amigo, Francisco de Sousa, meu companheiro inseparável de análises teológicas, e críticas às igrejas evangélicas contemporâneas, principalmente as Neo/pentecostais. Obrigado também aos meus colegas e amigos de Residência Pedagógica, Joarlan Carvalho, o Histórdogo, e nobre amigo Romário Chaves, o melhor analista político da Serra Grande (Risos), foram 1 ano e 06 meses de fortes parceiras intelectuais, principalmente na área da Geopolítica e pedagógica, sentirei saudades.

A Banca Examinadora formada pelos professores, Dr. Dênis Melo e Carlos Augusto Pereira dos Santos, muito obrigado por terem aceito o convite para avaliar a relevância desta pesquisa. Meu agradecimento especial vai para o meu Professor, Orientador e Amigo, Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, professor Raimundo, muito obrigado por ter aceitado o desafio de orientar-me ainda no 1º semestre da faculdade, contudo, apesar da pesquisa ter sido extensa e complexa, creio que obtivemos sucesso, muitíssimo obrigado. A parceria ainda vai longe.

*Duas bênçãos peço a Ti que me dês, não mas negues, antes que eu morra: Afasta de mim a falsidade e a mentira; também não me permitas viver em extrema pobreza nem em grande riqueza; concede-me o sustento diário necessário. Para que não ocorra que, tendo em demasia, venha eu a imaginar que não preciso do Senhor. Ou, passando miséria, acabe roubando e envergonhando o teu Nome, ó meu Deus! (**Palavras de Agur, Provérbios de Salomão: 30.7-9 KJA**)*

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar a ocupação colonial nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos – CE. Como também examinar a questão da mão de mão escravizada de africanos e seus descendentes nas fazendas que originaram o referido município. No processo de ocupação colonial portuguesa nas terras que hoje são a extensão territorial do município de Morrinhos, os colonizados portugueses começaram a chegar no terceiro quartel do século XVII. As terras ocupadas eram adquiridas através de pedido de sesmaria concedido pela Coroa Portuguesa, sendo que a primeira sesmaria foi concedida a Nicolau da Costa Peixoto, sendo que este vendeu sua sesmaria ao Tenente Manoel Ferreira Fonteles, o qual monta a fazenda Tucunduba em 1725, trazendo a esposa, uma filha, e alguns africanos escravizados, vindo esta ser a primeira fazenda originária do município de Morrinhos. Logo após vieram mais colonizadores que adquiriram sesmarias e montaram mais fazendas de criar gado, trazendo suas famílias e mão de obra escrava. Analisar-se-á também a distribuição das terras entre os herdeiros, e como eles se sociabilizavam, através de apadrinhamentos, casamentos endogâmicos. Buscaremos identificar quais são as famílias de origem portuguesa detentora da posse das terras. Abordaremos sobre a origem das Comunidades de Remanescentes de Quilombolas, e identificaremos quais são as famílias afrodescendentes que habitam no município de Morrinhos – CE.

Palavras-chave: Ocupação colonial, Morrinhos, Fazendas agropastoris, Mão de obra escravizada.

RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objectif principal d'analyser l'occupation coloniale dans les terres qui font aujourd'hui partie de la ville de Morrinhos - CE. En plus d'examiner la question de la main asservie des Africains et de leurs descendants dans les fermes à l'origine de la municipalité. Dans le processus d'occupation coloniale portugaise dans les terres qui sont aujourd'hui l'extension territoriale de la municipalité de Morrinhos, les colons portugais ont commencé à arriver dans le troisième quart du XVIIe siècle. Les terres occupées ont été acquises grâce à une demande de sesmaria accordée par la Couronne Portugaise, et la première sesmaria a été accordée à Nicolau da Costa Peixoto, qui a vendu sa sesmaria au lieutenant Manoel Ferreira Fonteles, qui a créé la ferme de Tucunduba en 1725, apportant sa femme, une fille et quelques Africains réduits en esclavage, devenant la première ferme originaire de la municipalité de Morrinhos. Peu de temps après, de nouveaux colons ont acquis des sesmarias et créé plus de fermes d'élevage, apportant leur famille et le travail forcé. Nous analyserons également la répartition des terres entre les héritiers et la manière dont ils ont socialisé, par le biais de parrainages, les mariages de consanguinité. Nous chercherons à identifier les familles d'origine portugaise propriétaires de la terre. Nous aborderons l'origine des communautés restantes de Quilombola et identifierons les familles d'ascendance africaine qui vivent à Morrinhos - CE.

Mots-Clés: Occupation coloniale, Morrinhos, Fermes d'origine, Labour esclave.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Rio Acaraú, ao fundo Serrote do Cafim.....48
Figura 02: Tijolo do Século XIX.....62
Figura 03: O Caçador de Escravos (Óleo sobre Tela), Jean-Baptiste Debret.....74
Figura 04: Lavagem do minério de ouro, proximidades da montanha de Itacolomi.....79
Figura 05: Negros Benguela - Angola - Congo – Monjolo. Litografia de Rugendas.....127

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Ribeiras dos principais rios da Capitania do Siará Grande 22
Mapa 02: Fazendas Que deram origem do Município de Morrinhos – CE 33
Mapa 03: Estrada Nova das Boiadas 50

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01: Composição da população escrava na Freguesia de Fortaleza (1726-1760) 89
Tabela 02: Composição da população escrava na Freguesia de Aquiraz (1737-1744) 89
Tabela 03: Composição da população escrava na Freguesia de Fortaleza (1761-1790) 91
Tabela 04: Composição da população escrava na Freguesia de Aquiraz (1761-1790) 91
Tabela 05: Polução da Capitania de Pernambuco e suas Anexas.....92
Tabela 06: População do Ceará Colonial de 1804 93
Tabela 07: População do Ceará Colonial de 1808 94
Tabela 08: Censo do Ceará 1872: Percentual étnico segundo a condição social 96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....13
2. OCUPAÇÃO COLONIAL NAS TERRAS QUE HOJE FAZEM PARTE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS–CE. 20
2.1 CONCESSÃO E DISTRIBUIÇÃO SESMARIAS NO CEARÁ COLONIAL.....20
2.2 CONCESSÕES DE SESMARIAS E OCUPAÇÃO COLONIAL NAS RIBEIRAS DO ACARAÚ 23
3. FAZENDAS AGROPASTORIS: O GÊNESE FORMATIVO DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS-CE.....31
3.1 FAZENDA TUCUNDUBA.....34
3.1.1 ***O Caso do Ouvidor-mor Antonio Loureiro de Medeiros***.....37
3.1.2 ***A Fragmentação da Fazenda Tucunduba*** 38
3.2 FAZENDA CURRALINHO.....41
3.3 FAZENDA MORRINHO.....47
3.4 FAZENDA AREAL.....52
3.5 FAZENDA CRÔA 59
3.6 FAZENDA JUNCO MANSO.....63
4. ESCRAVIDÃO NEGRA NAS TERRAS QUE HOJE FAZEM PARTE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS.....70
4.1 ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL COLONIAL 71
4.2 ESCRAVIDÃO NEGRA NO CEARÁ 84
4.3 ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDAS QUE DERAM ORIGEM DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS.....97
4.4 ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDA TUCUNDUBA, SALGADO, JUNCO MANSO E ADJACÊNCIAS.....102
4.5 ESCRAVIDÃO NEGRA NA FAZENDA CURRALINHO.....111
4.6 ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NAS FAZENDAS, AREAL E OLHO D`AGUA.....116
4.7 ESCRAVIZADÃO NEGRA NAS FAZENDAS, MORRINHO E CRÔA.....121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....129
FONTES.....132
REFERÊNCIAS.....136

1. INTRODUÇÃO

Antes de começarmos, faz-se imprescindivelmente necessário a localização do município, o qual foi o principal objeto de pesquisa desse trabalho. Sem mais delongas, o município de Morrinhos fica na região conhecida como Vale do Acaraú, localizada no Noroeste Cearense, que entende-se como um conjunto de cidades que são banhadas pelo curso das águas do rio de mesmo nome. O topônimo "Acaraú" é de origem tupi, decorrendo da fusão de *carás* (cará) e *'hu* (rio), fazendo-se conhecer, portanto, como "rio das garças"[2]. Sua nascente encontra-se na Serra das Matas, no município de Monsenhor Tabosa, e deságua no Oceano Atlântico, próximo à cidade de Acaraú. A extensão da bacia é de 14.500 km². O município de Morrinhos, está aproximadamente distante 208 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Morrinhos conta com uma área de 408,88 km² e uma população estimada de 20.700 pessoas[3]. A taxa de urbanização é de 46,43% e cerca de 11.088 pessoas (53,57%) residem na área rural do município. Conta com 5.346 domicílios, sendo 2.634 na zona urbana e 2.712 na zona rural[4].

Quando esse trabalho começou a ser pensado, o meu ingresso em uma faculdade de História, não eram mais que um sonho engavetado, o qual a chave eu havia perdido. Porém, em um dia qualquer do ano de 2015, minha Mãe, Maria Alda Avelino, como boa contadora de histórias de trancoso que sempre foi, as quais aprendera com minha avó, Laura Ferreira, começou a contar a história sobre a origem branca e rica da minha Bisavó, Maria Luíza do Espírito Santo, história essa contada mil vezes, mas, apreciador da forma como minha mãe conta histórias, eu sempre ouço com atenção, apesar de sempre questionar a suposta origem branca e rica da nossa família, pelo lado materno da minha avó. O que era logo justificado pelo casamento que minha bisavó teve um negro, rezador, do nariz chato, chamado Auleriano Ferreira, que depois de casar-se com a mesma, tirou-a do sítio na Serra da Meruoca onde ela morava com os pais, para vir morar no sopé da Serra do Mucuripe, onde havia muito negros, familiares dele.

Ao ouvir novamente a justificativa que minha mãe sempre dava, conforme aprendeu com minha avó sobre nossa origem pobre, de fortes traços negros, passando-se alguns dias fui até a localidade de Junco Manso, com minha irmã Aila Avelino que havia chegado de

---

[2]- NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª edição. São Paulo. Global. 2005. p. 42.

[3]-População de Morrinhos, Censo IBGE 2010. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/morrinhos/pesquisa/23/25207 Acesso em: 17/09/2018.

[4]- Ver: Perfil Básico Municipal de Morrinhos 2016. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-basico-municipal Acesso em: 17/09/2018.

Fortaleza, e quando vinha, gostava visitar uma tia que morava naquele lugar, ao chegarmos aproveitei a oportunidade e comecei fazer uma série de perguntas aos moradores mais velhos de como surgiu a comunidade, visto que a localidade de Junco Manso tem uns 1.000 habitantes e os poucos brancos que lá moram chegaram recentemente, como afirmou um senhor, que na época, nem me dei o cuidado de perguntar o seu nome.

Após a visita, no caminho de volta para casa eu comecei refletir sobre aquelas coisas e resolvi que deveria fazer uma faculdade de história o quanto antes, pois como poderia haver no mínimo 04 localidades do município de Morrinhos, a saber: Gauribas, Junco Manso, Curralinho e Alto Alegre, onde a maioria dos habitante são negros, e ninguém nunca ter falado, muito menos escrito se houve escravidão em Morrinhos? Algo estava muito errado, de onde vieram os negros que habitavam naquelas localidades? Esses questionamentos precisavam serem respondidos, e não me restava mais nada, se não fazer uma faculdade de história, mas, como o meu sonho de ser historiador estava engavetado há muitos anos, e eu não tinha a mínima ideia onde estava a chave, resolvi quebrar a gaveta.

Todavia, seria muito reducionista, justificar esse trabalho apenas por essa relevância, visto que, o que está descrito acima, é uma realidade em vários municípios do Brasil. Por isso, foi necessário uma problemática mais *Lato*, pois, pessoas de vários países e culturas distintas são sujeitos nessa história, desde; colonizadores portugueses que ocuparam as terras que hoje fazem parte do Município de Morrinhos de várias regiões de Portugal, à africanos capturados em diversos países da África e trazidos para trabalharem escravizados nas fazendas que originaram o supramencionado município.

Ao analisarmos o processo de concentração de terras no município de Morrinhos, percebemos que uma seleta minoria é detentora de grandes extensões, e quase sempre esses proprietários são brancos, descendentes dos proprietários das primeiras fazendas, e tem seus os sobrenomes entrelaçados em decorrência de casamentos endogâmicos, até os dias de hoje. Enquanto que por outro lado, a grande maioria da população, negra, parda, moram nas imediações da antigas fazendas, em terras cedidas, ou na periferia habitando em casas de taipa, com condições mínimas de habitação.

Entrementes, quando começaram as pesquisas de campo ainda no 1º semestre do curso, as quais, diga-se de passagem forma mais de 20 ao longo desse trabalho, seria difícil imaginar o arcabouço de informações que seriam captadas e registradas neste trabalho, pois

sendo o município de Morrinhos oficialmente jovem (emancipou-se em 1959), sem arquivo público, e sem trabalhos acadêmicos que abordem o tema, e com poucos memorialistas que discorreram sobre a ocupação colonial das terras que hoje fazem parte do município, ou a implantação das primeiras fazendas. Trabalhar com o tema da escravidão seria um tabu a ser quebrado, e para que esse trabalho se tornasse referência foi necessário uma árdua busca por informações em diversos livros que abordassem a ocupação colonial na Ribeira do Acaraú, e a garimpagem de fontes, em: Inventários, registro de casamentos, atestado de óbitos, dentre outras, referentes aos primeiros colonizadores da Ribeira do Acaraú, e Vila de Sobral, arquivados no Núcleo de Documentação Histórica (NEDHIS), do Curso de História da Universidade Vale do Acaraú (UVA), e claro, algumas fontes orais.

Contudo, durante a construção desse trabalho, no que concerne ao povoamento das terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, outrora dentro dos limites da Região denominada Ribeira do Acaraú, depois Vila de Sobral, diversos livros foram usados referência, tais como: *Raízes Portuguesas na Ribeira do Acaraú*[5], e a Série de livros: *Cronologia Sobralense*[6] do Pe. Francisco Sadoc de Araújo; *Notas Históricas para a Cidade de Sobral*[7], do também Pe. Fortunato Alves Linhares; e *Notas para a História de Sobral*[8], de José Vicente França Cavalcante.

Entretanto, quando começamos as leituras, percebemos que os pesquisadores trataram do tema de forma descritiva, reunidas cronologicamente a partir de um amontoado de datas. Tomando posse do que disse Walter Benjamin, ao afirmar que "Escrever história é dar fisionomia as datas[9]" percebemos que o processo de ocupação das terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos estava nas entrelinhas, o que nos causou uma inquietação ainda maior para encontrarmos a localização das Fazendas que deram origem ao supracitado município, as quais começaram a ser instituídas no primeiro quartel do século XVIII,

---

[5]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 213.

[6]- Idem. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XX- 1604-1950**. 2ª edição. Volume 1/5- Fortaleza: Edições ECOA, 2015.

[7]- LINHARES, Fortunato Alves, Pe. **Notas históricas da Cidade de Sobral**. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza. ANNO XXXVI, 1922. pp. 254-293.

[8]- CAVALCANTE, José Vicente Franca. **Notas para a História de Sobral**. In: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO XXIII, 1909. p. 160-178.

[9]- BENJAMIN, W. 2006. Passagens. Belo horizonte. Editora UFMG: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. p. 518.

No tocante a questão da escravidão no Ceará e na Ribeira do Acaraú, algumas obras mereceram destaque como a tese de doutorado; *"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822)*[10], e a dissertação de mestrado: *Irmandade e Festa: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1854)*[11], os quais, discutem a respeito de negros que conseguiram construir riquezas através do próprio trabalho, mesmo numa sociedade escravista racial, e a presença negra a partir da Irmandade do Rosário, marcada na memória da população local como ambiente de confraternização, respectivamente. Ambas as obras são do professor residente da Universidade Vale do Acaraú, Doutor Raimundo Nonato Rodrigues de Souza. Uma outra obra muito importante para esse trabalho foi: Negros no Ceará[12], de Antônio Eurípedes Funes, o qual, aborda a escravidão no Ceará, seus conflitos e a resistência negra.

Trabalhar com fontes escritas, orais, e obras que referenciem sobre o tema abordado, exige o esforço de entender e desmontar os discursos que se organizaram e se expressaram nas histórias da Ribeira do Acaraú. Todavia, como nas terras que hoje compõe o município de Morrinhos, os rasos discursos históricos sobre este tema são escassos, quando não inexistentes, a construção de um discurso histórico insólito como esse, faz com que o compromisso do historiador com o passado, como afirma Walter Benjamin[13], exigem sempre um estado de alerta. Visto que, se o trabalho do historiador/pesquisador é escarafunchar as possibilidades, isso primeiramente se faz questionando nossas próprias escolhas, tanto sobre as fontes e referências, quanto sobre as metodologias que serão considerados relevantes para a construção da ideia central do trabalho.

Contudo, no desvelar desse trabalho, foi necessário pensar formas de apresentar uma história local, que não tivesse começo e fim em si mesma, que este trabalho tenha apresentado uma história local com perspectiva global, seja exagero, todavia, quando discorremos sobre a ocupação colonial portuguesa nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, e no processo de escravização nestas mesmas terras, onde pessoas livres foram capturadas no continente africano, ou mesmo cativos nascidas no Brasil, vieram a ser utilizadas como da mão de obra motriz nas fazendas que deram origem do supramencionado município,

---

[10]- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. "**Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822).** 2015. 223 f. (Tese Doutorado).

[11]- Idem. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884).** Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho).

[12]- FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

[13] BENJAMIN, Walter**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras Escolhidas III).

foi preciso levar em consideração que tanto os colonos, quanto os escravizados vieram de outro continente, ou de outras regiões, os quais traziam consigo, outras culturas, novas técnicas de trabalho e outras religiões. Como nos diz SCHMIDT e CAINELLI;

> Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos.[14]

Isso nos leva a perceber que para o historiador conseguir fazer essa intercalação entre o local e o global é necessário uma boa quantidade de fontes e muitas leituras de referência a serem analisadas na área para que seja capaz de conduzir as atividades de forma contextualizada. Em primeiro lugar precisa ter consciência de que não se pode estudar o local como um fim em si mesmo, sem que este esteja interligado no tempo e no espaço com as dimensões regional, nacional e até mundial. Em segundo lugar é imprescindível que construído uma base teórica e metodológica consistente. Pois sem essa base, o máximo que se conseguirá fazer é a pura e simples transmissão de informações descritivas, vazias e desconexas, que certamente serão incapazes de possibilitar ao leitor uma compreensão histórica daquilo que lhe foi repassado.

Para atender a problemática e objetivos propostos, usaremos uma metodologia, a qual neste trabalho, está sendo denominada de Afunilamento Didático, ou seja, o tema será abordado a partir do contexto, estreitando o foco, até chegar ao clímax, que são as terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, por exemplo: o subtema Ocupação Colonial, começará ser discorrido a partir da Capitania do Siará Grande, a qual, para tornar-se mais didático, neste trabalho está sendo chamada de Ceará Colonial; depois na Ribeira do Acaraú, culminado nas terras que fazem parte do município em questão. Para atender a problemática e objetivos propostos, essa monografia está dividida em três capítulos.

No **Primeiro**, buscaremos analisar o processo de ocupação colonial nas terras que hoje integram as extensões territoriais do município de Morrinhos, a partir da ocupação colonial do Brasil, Ceará, com uma maior ênfase Ribeira do Acaraú, através da identificação os primeiros sesmeiros, que após enviarem cartas a Coroa Portuguesa, apresentando-lhe suas provas de mérito, adquiriram as com caráter de benesse, com intuito de criarem gado.

---

[14]- SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

O fio condutor para analisarmos o processo de ocupação colonial na Ribeira do Acaraú, e posteriormente nas terras que hoje do município de Morrinhos, foi um pedido de doação de sesmaria feito junto a coroa por alguns moradores da capitania de Pernambuco;

> No dia 20 de setembro de 1683 foram concedidas algumas Sesmarias na Ribeira do Acaraú entre cujos requerentes eram Manoel de Goes e seu irmão Fernando Goes e mais 5 companheiros, os quais eram: Francisco Pereira Lima, Manoel de Almeida da Ruda, Pe. Amaro Fernandes de Abreu, Estevão de Figueiredo e Simão de Goes de Vasconcelos, todos moradores da Capitania de Pernambuco.[15]

O pedido feito por Manoel de Goes ao capitão-mor Bento de Macedo Farias, que concedeu a ele e seus companheiros Manoel Goes e seus companheiros receberam 3 léguas cada. Estas duas datas, conhecidas nesta ribeira com o nome de datas dos Goes, atingiram apenas até *um marco* – colocado no local onde se encontra hoje o município de Marco na Zona Norte do Estado do Ceará, sobre a demarcação e a ocupação. Mas, foi somente com a compra da Sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto pelo Capitão do Regimento de Ordenanças, Manoel Ferreira Fonteles, é que a questão da ocupação colonial das terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos começou a se corporificar.

No **Segundo Capítulo** procuraremos compreender como ocorreu o processo de implantação das primeiras fazendas que originaram o município de Morrinhos, suas localizações, fragmentações, mudanças de topônimos, ressaltando um esboço genealógico dos proprietários, e de que forma as posse das terras foi sendo transferida hereditariamente até os dias atuais.

O fio de Ariadne, que foi usado para não nos perdermos nesse labirinto documental e cronológico, foi o casamento do Português e Capitão do Regimento de Ordenanças, Manoel Ferreira Fonteles com Maria Pereira, em 1725, os quais depois de haverem casado, vieram morar na Fazenda Tucunduba, localizada as margens do Rio Acaraú, fundada especialmente para este fim. Pois assim como afirma Carlo Ginzburg: "o fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome"[16]. Nessa direção, buscamos, a partir das linhas que convergem para o *nome* de Manoel Ferreira Fonteles e os que dele descendem, os quais foram o fio condutor que nos permitiu perceber a rede de sociabilidades em que esses indivíduos

---

[15] ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 25.

[16]- GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: _. **A Micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. p. 175.

estavam inseridos; através de casamentos endogâmicos, exogâmicos e apadrinhamentos, onde os mesmos foram construídos, vividos, experimentados, num perpassar histórico que já dura quase três séculos, e que transformou os descendentes de Manoel Ferreira Fonteles nos maiores detentores de terras do município de Morrinhos.

No **Terceiro Capítulo**, analisaremos a mão de obra escrava nas fazendas que foram implantadas pelos primeiros colonos e seus descentes que fixaram morada nas terras que hoje pertencem ao Município de Morrinhos. Para entendermos esse processo, usamos como principal referência o trabalho da historiadora Luciara S. de Aragão e Frota, "*Estudo do Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Ceará -1974*[17]*"*, o qual faz uma abordagem descritiva, da questão econômica do criatório das Fazendas instaladas na Vila de Sobral, a partir da leitura dos documentos "Relações das plantações e criação de gado existente no termo da Vila de Sobral - 1788" Esse levantamento feito a fim que os proprietários das Fazendas de Criar e dos Sítios de Plantar Lavouras pagassem seus impostos a Câmara da Vila de Sobral. Apesar dos escravizados aparecerem apenas com dados estatísticos, foi importante para cruzarmos com as informações que foram descritas no inventários dos proprietários das Fazendas que deram origem do município de Morrinhos, que faleceram entre 1765 a 1805. A partir do cruzamentos destas fontes, buscamos identificar algumas especificidades dos escravizados, como: Cor, etnia, idade, valor estimado, e se tinha alguma enfermidade, e a localização fazendas onde eles se encontravam. Esta fase da pesquisa foi de extrema importância para entendermos a origem das Comunidades Remanescentes de Quilombolas, como elas se formaram, e quais são as famílias afrodescendentes.

[17]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume.

2. OCUPAÇÃO COLONIAL NAS TERRAS QUE HOJE FAZEM PARTE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS–CE.

2.1 CONCESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE

A concessão de sesmarias foi um importante instrumento da administração imperial portuguesa implantada nos territórios atlânticos para impulsionar a ocupação das terras e o uso produtivo das mesmas[18]. As concessões de sesmarias na Capitania do Ceará tiveram como marco inicial a petição feita por Martim Soares Moreno no ano de 1620[19], contudo, esse processo intensificou-se em fins deste mesmo século, quando os colonizadores invadiram o interior continental.

As doações consistiam em uma política de povoamento das terras "devolutas e desaproveitadas", não gastando a Coroa Portuguesa nenhum centavo com essa hercúlea empreitada, mas muito pelo contrário, havendo o aumento das "reais rendas" por conta do pagamento do foro e dos dízimos a "Deus" pelos sesmeiros. A petição de terras era um negócio lucrativo, no entanto, exigia grande investimento. Desta forma, a terra não era dada aos pobres, mas àqueles que já possuíssem alguma fortuna para custear as viagens pelos intermináveis e dispendiosos sertões. Além dos haveres, a própria vida era posta em cheque naquele meio selvagem e hostil, sortido de escaramuças entre índios e outros egoísticos colonos.

A conquista do território da Capitania do Siará Grande ocorreu por meio do combate aos indígenas e da concessão de suas terras em sesmarias para a atividade pastoril como pagamento aos serviços prestados na guerra contra os gentios, estas concessões começaram a ser postas em prática em maior frequência a partir do governo do Capitão-mor Sebastião de Sá[20]. Foi nas duas últimas décadas do século XVII e na primeira metade do século

---

[18] Os primeiros trabalhos clássicos sobre sesmarias no Brasil foram feitos pelos juristas Costa Porto, com o livro "**O Estudo do Sistema Sesmarial**", e Rui Cirne De Lima com "**Pequena História Territorial do Brasil**". Posteriormente, a socióloga Lígia Osório Silva ao analisar a Lei de Terras, também examinou o sistema sesmarial em "*Terras Devolutas e Latifúndio*. A historiadora Márcia Maria Menendes Motta retomou esta discussão no livro "*Nas fronteiras do poder*"

[19]- MOTA JUCÁ, Gisafran Nazareno Da. *[ant. 1620, Dezembro, 7, Ceará]* **REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei [D. Filipe II], a pedir concessão de doze léguas de terra na capitania do Ceará**. *Anexo: carta. AHU-CEARÁ, cx. 1, doc. 6. AHU_CU_006, Cx. 1, D. 5*. Catálogo de Documentos Manuscritos Referentes à Capitania do Ceará Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Lisboa-Fortaleza, 1998. p. 3.

[20] 3- "É de 7 de maio de 1678 a Carta Patente de sua 1ª nomeação e de 26 de setembro de 1684 a da 2ª. Como substituto do seu 1º governo, que se estendeu até 11 de setembro de 1682, tomou posse Bento de Macedo de Faria, escolhido a 29 de maio de 1681; substituiu-o da 2ª vez Thomaz Cabral de Olival, nomeado a 19 de julho de 1687".

XVIII que o processo de doação de terras intensificou-se na capitania quando, também, aconteceram os maiores confrontos na conhecida "*guerra dos bárbaros*"[21], os confrontos com as populações indígenas não só proporcionaram terras, mas também mulheres, como denunciou em 1708, o desembargador Christóvão Soares Reimão ao rei D. João V que, no Siará grande:

> (...) estão vários moradores com índias furtadas a seus maridos há quatro, dês, quinze annos sem lhes quererem largar, e fazendome os maridos requerimentos lhe não deferi por falta de jurisdição emviando-os para as justiças me responderão que não entendião e que havia de fazer, nem tinhão dinheiro que gastar (...). (AHU –Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Siará Grande. "Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D.João V].[22]

As Sesmarias eram outorgadas mediante pedido escrito em que o pretendente declarava o seu nome ou o do beneficiário, o lugar de sua moradia, a localização geográfica da terra solicitada e o objetivo que tinha em mente, este, em geral, na região nordestina, visava à criação de gados. Tristão de Alencar Araripe em sua "História da Província do Ceará" (Desde os tempos primitivos até 1850) explica essas concessões:

> No Brasil as terras eram perfeitamente desapropriadas; e as sesmarias consistiam na concessão de uma mínima parte deste imenso deserto que o braço europeu ia tentar rotear. Notável diferença devia, pois, haver nas sesmarias em Portugal e no Brasil. Ali questionava-se de propriedade anteriormente existente, e as extensões eram limitadíssimas: aqui a questão de propriedade anterior desaparecia, e era amplíssima a vastidão das terras. Requeridas as sesmarias, eram facilmente concedidas; e como concediam-se com desmesuradas extensões, depressa poucos terrenos restaram (...) As Datas eram concedidas com três léguas de comprimento e com uma de largura; todavia, muitas concederam-se com extensões exorbitantes. Para coibir o abuso, restringiu-se a amplidão das concessões: limitou-se a maior extensão a três léguas de comprimento e uma de largura.[23]

Outro fator importante para quanto a doação das sesmarias eram o conteúdo das cartas contendo informações sobre o pedido do sesmeiro com suas justificativas, os solicitantes requeriam resposta das autoridades responsáveis pela doação juntamente com as exigências que deveriam ser cumpridas pelo mesmo. A sesmaria possuía o caráter de mercê (benesse)

STUDART, Guilherme. **Para a questão Grossos, Capitão-mor Sebastião de Sá**. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza. ANNO XXX, 1916. p. 334.)

[21]- PUNTONI, Pedro. ***A guerra dos bárbaros:*** **povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil** (1650-1720). São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

[22] CARTA do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V] sobre a vistoria feita à terra da aldeia dos tapuias "Acoansus" e índios tabajaras na Serra da Ibiapaba. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. Memória Colonial do Ceará. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p. 255. O texto foi transcrito em PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825**). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822**). 2015. 223 f. (Tese Doutorado)

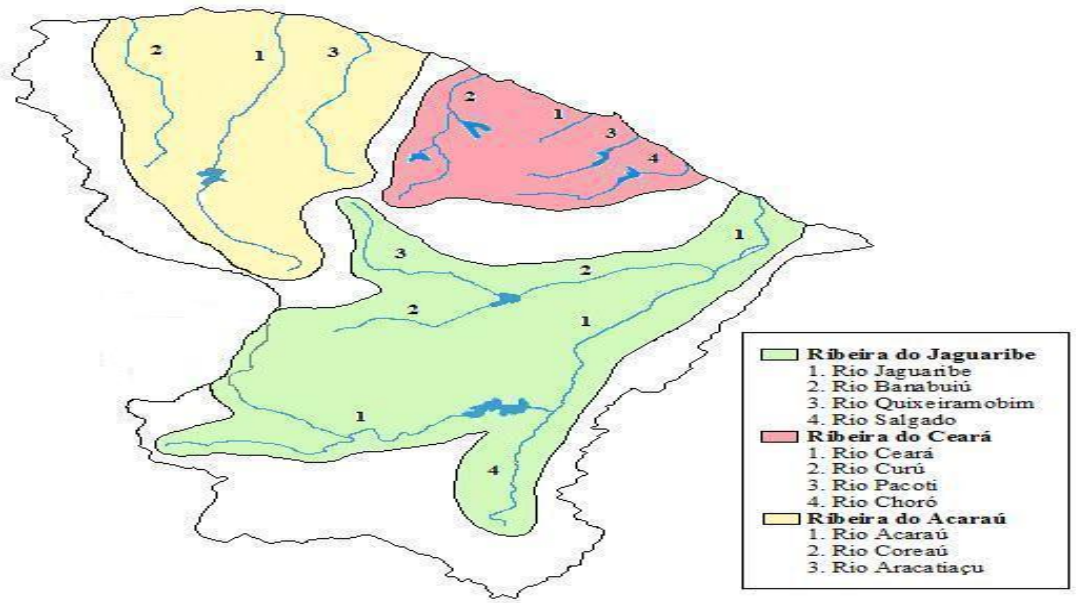
[23]-ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. pp. 132-33.

concedida àqueles que tinham condições de povoá-la e cultivá-la, tendo em vista que a obrigatoriedade do cultivo consistia na condição legitimadora da ocupação. Sobre esse processo Araripe comenta;

> Os concessionários pagavam pensão das sesmarias que tiravam, sendo de 4$000 réis anuais por légua de terra; depois foi diminuída essa pensão; e finalmente suprimiu-se, em atenção aos sacrifícios, que faziam os povoadores dos sertões, e às vantagens, que ao fisco resultavam da criação dos gados. Concedida uma sesmaria o concessionário era obrigado a demarcá-la judicialmente dentro de dois anos, e pedir depois a confirmação régia, sob pena de perder a mercê: o que se estabeleceu por lei de 1703 e 1753; mas essa disposição era geralmente desprezada[24].

A distribuição das sesmarias do Siará Grande seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Acaraú, Ceará, etc., (Ver mapa baixo) Feitas as concessões nas margens destes rios, passaram-se às doações nos seus afluentes. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania também estava ligada ao movimento de ocupação de terras para a criação de fazendas de gado e, em muitos casos, era a partir do fluxo do gado nestas áreas que as povoações começavam a ser formadas. Como por exemplo: Icó, Aracati, Sobral, Quixeramobim, Crato.

Mapa 01- Ribeiras dos principais rios da Capitania do Siará Grande



Fonte: Ribeiras da Capitania do Siará Grande. Apud NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748 - 1804).** 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.p. 28

[24]- ARARIPE, Tristão de Alencar, op. cit., p. 133.

Em 1720, grande parte do Siará grande havia sido doado em sesmarias para a efetivação de fazendas de criar, implementadas pelos sesmeiros que tinham participado da conquista das terras contra os indígenas.

> Das cercanias da Fortaleza passaram os exploradores às ribeiras do Pacoti, do Choró, do Pirangi, do Jaguaribe, do Palhano, do Figueiredo, do Banabuiú, do Riacho do Sangue, do Quixeramobim, do Acarahú, etc, etc, primeiramente nas barras, e depois pêlo curso dos rios: e assim por tôdo o centro, de sorte que no anno de 1720 mais ou menos, não havia um rio que não fosse conhecido e habitado.[25]

Nestas medições e demarcações das sesmarias as medidas utilizadas eram, de acordo com as concessões, a légua ou a braça. Para o caso da capitania do Siará grande, que teve como padrão a concessão de três léguas de comprimento por uma de largura, a área doada para o sesmeiro totalizava 13.068 hectares. Este cálculo leva em consideração que "cada légua media 3.000 braças e cada braça tinha dez palmos de comprimento ou 2,2 metros[26]"

2.2 CONCESSÕES DE SESMARIAS E OCUPAÇÃO COLONIAL NAS RIBEIRAS DO ACARAÚ

Tem-se notícia de que o nosso litoral já era todo conhecido em 1587; pois Gabriel Soares de Sousa[27] no seu *Tratado descritivo do Brasil*[28], escrito nesse ano em Madrid, descreve a costa litorânea do Brasil, do norte para o sul, trata da costa do Ceará, com indicação dos pontos principais. Eis a descrição de parte relativa ao Ceará:

> Deste Rio Grande Parnaíba, ao Rio dos Negros são sete léguas; o qual está em altura de 2 graus e 1 quarto; e do Rio-dos-Negros (Camocim) às Barreiras-Vermelhas (Jericoacoara) são 6 léguas, que estão na mesma altura; e em uma e outra parte têm os navios da costa surgidouro e abrigada.[29]

Ainda sobre a descrição referente do que viria ser a costa do Ceará, Gabriel Soares de Sousa relata que alguns os nativos da região os quais ele chama de gentio, afirmaram que o Rio da Cruz (Camocim) nascia de uma lagoa, e que também criavam-se pérolas, conforme veremos a seguir:

---

[25]- BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, de ASSIS BEZERRA, 1918.

[26]- PINTO, Francisco Eduardo. **Autos de medição e demarcação de sesmarias**. In: MOTTA.

[27]**-** Colonizador Português, dono de engenho, comerciante, sertanista, nasceu 1540, morreu em 1590 durante uma expedição no Nordeste brasileiro.

[28]- Clássico da literatura colonial que reúne dois textos; **O Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil *e o* Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem**. *Foram* compilados e publicados integralmente, pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen no século XIX, depois devolvido sua autoria a Gabriel Soares de Sousa.

[29]- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil, 1587**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1998. p. 48.

> Das Barreiras Vermelhas à Ponta dos Fumos são 4 léguas, a qual está em 2 graus e 1 terço. Desta ponta ao Rio da Cruz (Camocim) são 7 léguas, e está em 2 graus e meio, em que também têm colheita os navios da costa. Afirma o gentio, que nasce este rio de uma lagoa, ou junto dela, aonde também se criam pérolas, e chama-se Rio da Cruz, porque se metem nele perto do mar dois riachos em direitura um do outro, com que fica a água em cruz. Deste rio ao Rio do Parcel (Acaraú) são 8 léguas, o qual está em 2 graus e meio[30]

A leitura desta descrição mostra que a foz do Rio Acaraú (Parcel) já era conhecida pelos colonizadores, como também uma parte da Costa Oeste da Capitania do Siará Grande, de tal modo que no século XVI ela pode ser feita uma descrição riquíssima em detalhes. Sendo que mais tarde o interior das Ribeiras do Acaraú veio a ser ocupado a partir dos principais rios que eram; Mundaú, Aracatiaçú, Aracati Mirim, Coreaú e Acaraú, localizadas na zona norte da capitania do Ceará, os quais constituem uma imensa área de terras lavadas por águas fluviais e lacustres, propícias para o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio.

No final do século XVII toda ribeira do Acaraú foi conquistada e parcialmente ocupada por moradores de outras ribeiras do Ceará ou vindos de outras capitanias, visto que essa região esteve sob a jurisdição da Capitania do Maranhão (1621-1688), depois foi anexada à Capitania de Pernambuco (1688-1799) e, posteriormente, passou a Capitania autônoma do Ceará (1799-1822). Reconhecerem potencial na ribeira para a criação do gado, vacum e cavalar, e demais espécies, foram se estabelecendo fazendas de criar por uma e outra margem dos rios. A primeira sesmaria solicitada e doada na ribeira do Acaraú, 1682, foi uma concessão a 26 pessoas moradoras nas Capitanias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. A solicitação afirmou que a terra pedida iniciava à partir de um Rio, como veremos a seguir:

> Rio a que chamão os índios vulgarmente o Pará" e que se estendia do Rio Curu ao Acaraú. As referências sobre a Sesmaria apenas informavam, que começava "da costa do mar até cada humm delles supllicantes sejam satisfeitos das ditas três léguas em quadra a cada hum com todos os uteis que nella se acharem pera aproveitarem as terras" e a que solicitação das terras era em "remuneração dos seus serviços que tem feito e querem fazer a Coroa Real[31].

Nesse sentido, a expansão se materializa nas diversas entradas ao sertão do Acaraú como deixa claro os diversos pedidos de sesmarias, Sendo que também eram comuns as cláusulas de isenção, por parte do sesmeiro, do pagamento de tributos e a do gozo pleno, por

---

[30]- Ibidem. 1998, p. 48.

[31] Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros, v. 1, nº. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) **Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006, (Coleção Manuscritos). Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822***)*. 2015. 223 f. (Tese Doutorado)

ele e seus herdeiros, de todas as águas, campos, testadas, logradouros usáveis da área doada e demais úteis que nelas houver, sendo, porém, obrigado a dar caminhos livres ao conselho e aos particulares para fontes, pontes e pedreiras. Outros deveres do sesmeiro consistiam na efetiva ocupação e aproveitamento da terra recebida, dentro do prazo da lei, a apresentação do respectivo título para anotação no livro de registros, e a demarcação da sesmaria.[32]

Nº	REFERÊNCIA	RIBEIRA	SESMEIROS	ANO	ÁREA	MORADA	LOCALIZAÇÃO
01	Sesmarias Cearenses Vol. 01, n°. 29	Curu ao Acaraú	Domingos Ferreira Pessoa Francisco Gomes Domingos de Mendonça Manuel Dias de Carvalho Maria de Lemos Manuel Barreto da Silva Francisco Martins Barrada João de Nobalhas Correia Estevão Velho Cabral Maria Rodrigues da Costa Joana Barreta André Fernandes Francisco Luzia Barreta Antônio da Costa (CE) Francisco Soares Jorge Coelho de Sousa Gonçalo Coelho de Sousa Sebastiana da Fonseca Violante da Fonseca Gracia Barreta Maria Vicente Solentino Marinho Falcão	1682	3 X 1	Pernambuco, Rio Grande e Ceará	66 léguas do rio Paracuru até o Acaraú

Fonte: POMPEU SOBRINHO, Thomaz**. Sesmarias Cearenses** (1680-1822). Fortaleza: SUDEC, 1979. Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *"***Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822***)*. 2015. 223 f. (Tese Doutorado).

[32] COSTA PORTO. José da. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**, Recife: Imprensa Universitária, 1965.

Em contrapartida à concessão, o poder Régio, através de seus funcionários, concedeu e condicionou aos peticionários que sua obrigatoriedade era o dízimo dos frutos da terra, conforme vemos a seguir: "Dízimo a Deos que pagarão dos frutos que nelles ouverem e serão obrigados a dar caminhos livres ao conselho pera fontes e pontes e serão obrigados a povoa-las no termo da ley e eles perdirão o direito que tiverem"[33]. Nas Ribeiras do Acaraú os colonos foram de preferência se estendendo pelas margens dos rios, mais apropriados à fundação das fazendas de criação ou agricultura, razão porque as datas regularmente eram pedidas e concedidas da foz para o centro na proporção do aumento da população, conforme da quadro da página anterior.

Na solicitação de terra para ocupar com atividade agropastoris, o fundamental era que esta fosse propícia para o criatório e para a cultura de subsistência. Por isso nos pedidos existiam referências a locais de águas, como os grandes Rios Curu, Mundaú, Aracatiaçu, Acaraú, Coreaú e seus afluentes. Mas com o passar dos anos, estes sesmeiros e seus parentes, além de outros moradores, foram devassando o interior da Capitania e tendo informações sobre locais bons de pastos e águas. Em contrapartida à concessão, o poder Régio, através de seus funcionários, concedeu e condicionou aos peticionários que sua obrigatoriedade e o "dízimo a Deos que pagarão dos frutos que nelles ouverem e serão obrigados a dar caminhos livres ao conselho pera fontes e pontes e serão obrigados a povoa-las no termo da ley e eles perdirão o direito que tiverem"[34].

Nas Ribeiras do Acaraú os colonos foram de preferência se estendendo pelas margens dos rios, mais apropriados à fundação das fazendas de criação ou cultura, razão porque as datas regularmente eram pedidas e concedidas da foz para o centro na proporção do aumento da população. Nos títulos de sesmarias é, pois, frequente a cláusula: "respeitados os direitos dos Heréus (herdeiros) já providos desde a barra do Rio[35].

Conforme Araújo, no dia 20 de setembro de 1683 foram concedidas algumas Sesmarias na Ribeira do Acaraú entre cujos requerentes eram Manoel de Goes e seu irmão

---

[33]- **Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros**, v. 1, n. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) **Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928**. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos). Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822***)*. 2015. 223 f. (Tese Doutorado).

[34]- Ibidem, p. 68.

[35] - Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 66, **Alvará de 1º de abril de 1680**. Livro Grosso do Maranhão, 1905, p. 46.

Fernando Goes e mais 5 companheiros, os quais eram: Francisco Pereira Lima, Manoel de Almeida da Ruda, Pe. Amaro Fernandes de Abreu, Estevão de Figueiredo e Simão de Goes de Vasconcelos, todos moradores da Capitania de Pernambuco[36].

Por todos os requerentes serem moradores da Capitania de Pernambuco, Linhares afirma:

> Os povoadores da Ribeira não podiam ter outra procedência, pois já em 1683, aos 23 de setembro, Manoel de Goes e mais seis companheiros, naturais da Capitania de Pernambuco, cujos apelidos eram: Pereira, Almeida, Da Ruda, Abreu, Fernandes, Vasconcelos, todos troncos de famílias que ainda existem na região, obtiveram do Capitão mor Bento de Macedo uma data de sesmaria de três léguas de terra, para cada um; pelo Rio Acaracu (Acaraú) acima, a começar das águas doces do dito rio, perfazendo ao todo vinte e uma léguas, estendendo-se mais ou menos a sesmaria até o local onde foi edificada povoação do Riacho dos Guimarães[37].

Manoel de Goes antes de estabelecer-se na Ribeira do Acaraú, já era um homem de cabedais, percebe-se nesta escritura abaixo, que também era proprietário da Capela do Capítulo do Convento de S. Antônio do Recife, como se vê da escritura datada de 4 de abril de 1704:

> Declaro que meus testamenteiros do melhor da minha fazenda entregarão ao síndico dos religiosos de S. Antônio, cinquenta mil réis, para com o parecer do Reverendo Padre Guardião os pôr a juro seguro, para rendimento de uma missa quotidiana que tenho instituído no Capítulo do dito Convento para sempre. Declaro que tenho comprado ao Pe. Guardião e mais comunidade dos religiosos de S. Francisco deste Convento de Santo Antônio do Recife a Capela do Capítulo do dito Convento, para nela abrir um carneiro para sepultura do meu corpo e de todos meus ascendentes e descendentes para sempre, e lhes deixo por esmola duzentos e cinquenta mil réis. Declaro que doto trinta mil réis no rendimento de uma casa de pedra e cal em chãos próprios, na Rua do Colégio, para pagamento do dito Capítulo meu, para que faça a meu filho Cel. Simão de Goes de Vasconcelos administrador da dita casa para dar todos os anos ao síndico do Convento a quantia dotada[38].

Na petição Manoel de Goes e seus companheiros alegaram não haver terras disponíveis na Capitania de Pernambuco propícias para criarem a quantidade de gado vacum e cavalar que possuíam, alegaram também a dificuldade da viagem e bravura que tiveram ao enfrentarem matos fechados e terras de tapuias selvagens, ou seja, os requerentes elaboraram e enviaram uma verdadeira prova de mérito ao Capitão-mor Bento de Macedo Farias, transcreve-se abaixo a petição das Sesmarias:

> Porque não têm na Capitania de Pernambuco terras próprias capazes para a quantidade de gado vacum e cavalar os vinha comboiando até esta Capitania, por distância de

---

[36]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 55.

[37]- LINHARES, Fortunato Alves, Pe. **Notas históricas da cidade de Sobral**. *Revista do Instituto do Ceará*, ANNO XXXVI, 1922. pp. 254-293.

[38]- **Convento de Santo Antônio do Recife**, 1606-1956. Esbôço Histórico. Por Bonifácio Mueller, OFM Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. (Recife: Provincialado Franciscano, 1956. Apud Araújo, Vicente Freitas de. **Bela Cruz – Biografia do Município**. Fortaleza: Edição do Autor, 2009.

> duzentas léguas de matos fechados e tapuios bárbaros, (9) com muito dispêndio de suas vidas, e que rendo acomodar-se nesta Capitania, deliberaram buscar paragens convenientes, e caminhando desta para o Maranhão toparam o rio de nome Acaracu, na distância de 45 léguas, nas ribeiras do qual se podem colher fontes e pastar gados com aumento da Fazenda Real desta Capitania[39].

O capitão-mor Bento de Macedo Farias deferiu a petição concedendo 21 léguas de Terras rio acima a partir das águas doces, portanto, Manoel Goes e seus companheiros receberam 3 léguas cada. Araújo perscruta, e depreende que apenas dois sesmeiros conseguiram demarcar suas terras e ocupá-las. Estas duas datas, conhecidas nesta ribeira com o nome de datas dos Goes, atingiram apenas até *um marco* – colocado no local onde se encontra hoje o município de Marco na Zona Norte do Estado do Ceará, sobre a demarcação e a ocupação vejamos;

> Como a lei vigente de então determinava que se dentro de cinco anos as terras não fossem ocupadas, as Sesmarias seriam prescritas, algumas destas datas ficaram sem efeito. Cada companheiro recebeu 3 léguas de terra, seguindo rio acima, o que abrangia uma distância de 21 léguas a partir das águas doces. Ao que parece, apenas duas datas foram ocupadas, ficando prescritas as demais. Estas datas, conhecidas como datas dos Goes, foram marcadas 6 léguas a partir do mar, onde foi fixado o marco de limites. Daí surgiu o nome Marco dado a cidade de São Manuel, nas margens do rio.[40]

Mas foi somente no ano de 1697 que foi feita a primeira tentativa de colonização da Ribeira do Acaraú pelo Sargento-mor Leonardo de Sá, o qual teria chegado ao Ceará por volta de 1670. Mesmo sem ter oficializado os pedidos de sesmarias, diversos solicitantes ocuparam terras na ribeira do Acaraú e, conforme Araújo, foi organizada uma expedição ao sertão do Acaraú chefiada pelo coronel Leonardo de Sá, cap. Félix da Cunha Linhares, Antônio Marques Leitão e o ajudante Bento Coelho de Morais[41]. Essa expedição, provavelmente, foi realizada no ano de 1697, pois o Sargento-mor Leonardo de Sá informou numa solicitação de sesmaria de terras no rio Acaraú, no ano de 1702, que ele ocupava a terra solicitada desde este período[42].

No dia 13 de setembro do mesmo ano, O Sargento-mor Leonardo de Sá e o Capitão Antonio da Costa Peixoto fazem chegar às mãos do Procurador da Coroa Portuguesa, João do

---

[39]- **Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros**, v. 1, n. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

[40]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 67.

[41]- Ibidem, p. 67.

[42]**- Carta de sesmaria que se passou ao Sargento mor Leonardo de Sá**. In: Documentação Histórica pernambucana. Sesmarias. Recife: Secretária de Educação e cultura, 1954, v. 1, p.80.

Rego Barros um pedido da Sesmaria e esse informa ao Capitão Geral de Pernambuco. Ainda de acordo com Araújo, no "Dia 13 de Fevereiro de 1702 o Procurador da Coroa, João Rego Barros, informa ao Capitão Geral de Pernambuco ser deferível o pedido de sesmaria feito por Antonio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá no rio Acaraú, o qual foi atendido a 14 outubro desse ano"[43].

Leonardo de Sá alegava ter servido de soldado, onde havia penetrado pelo interior dessa região em viagem de reconhecimento de terreno que desejava solicitar por Sesmaria e no desejo de civilizar e domesticar os indígenas. Na petição que dirigiu a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, Governador de Pernambuco, solicitando confirmação Sesmaria que o Capitão-mor Gil Ribeiro lhe concedera, diz textualmente Leonardo de Sá;

> "Ser ele suplicante o primeiro povoador da dita Ribeira e havendo respeito do excessivo gasto que fez e dispendeo de sua fazenda em fazer aldear o gentio bravo que nella habitava, reduzindo-os ao grêmio da Igreja como consta das certidões do vigário daquella Capitania e dos messionários, sendo o suplicante povoador das terras no ano de 97 em que não havia tributo nem pensão como consta das certidões dos padres da Companhia, messionários da serra da Ibiapaba, cuja causa deve ser izenta a confirmação da dita data ..."[44]

Um mês depois são confirmadas várias sesmarias por Dom Martins Mascarenhas de Alencastro, Capitão-Geral de Pernambuco. "Entre estas sesmarias, está a que foi concedida a Antonio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá, medindo três léguas de terra seguindo o curso de rio, com meia légua de largo para cada do dito rio[45]. Ressalta-se que, esses militares moravam na região de Siupé e que pediram registro de sesmarias à Coroa nas primeiras décadas do XVIII anteriormente ocupadas por si e seus familiares[46].

O Capitão Antonio da Costa Peixoto, igualmente contemplado, era consogro[47] do Sargento-mor Leonardo de Sá, e, talvez por isso, Leonardo de Sá não requereu data para a sua outra filha, Paula de Sá, casada com Nicolau da Costa Peixoto, que teria recebido, a 14 de outubro de 1702, terras que hoje fazem parte do município de Bela Cruz. Os filhos de Antonio do Costa Peixoto também receberam Sesmarias na Ribeira do Acaraú, dar-se maior destaque para Nicolau da Costa Peixoto; este, a 14 de outubro de 1702, requereu a confirmação de uma data de terra de duas léguas de comprido por uma de largo para cada

---

[43]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 73.

[44]**- Carta de sesmaria que se passou ao Sargento mor Leonardo de Sá**. Documentação Histórica Pernambucana- Sesmarias- Vol. I, p. 80- Recife- 1954.

[45]- Ibidem, Vol. 2. p. 101.

[46]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Op. Cit*., p. 56.

[47]- O sogro da nora ou do genro, em relação aos pais destes.

banda do Rio Acaraú, alegando que a dita sesmaria lhes foi concedida pelo Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro[48].

No registro de doação e confirmação da sesmaria, D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, do Conselho de Sua Majestade Rei de Portugal, Governador e Capitão Geral de Pernambuco e Capitanias subordinadas, incluindo aí a Capitania do Siará Grande, faz saber que Maria de Sá e Nicolau da Costa Peixoto, moradores no Siará, lhes apresentaram petição declarando que o Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro lhes concedeu aludida data de terras na Ribeira do Acaraú e porque querem a sua confirmação, pedem que seja feito o competente registro, na forma da legislação da Coroa Portuguesa que disciplinava a concessão de Sesmarias. Conforme nos atesta Araújo:

> A 14 de outubro de 1702, o Capitão mor Francisco Gil Ribeiro concedeu extensa sesmaria, nas margens do rio Acaraú, preenchendo os vazios não ocupados por Manoel de Goes e seus companheiros que haviam recebido terras, a 20 de setembro de 1683. Essa nova sesmaria foi concedida a Maria de Sá, mulher do Capitão Félix da Cunha Linhares, e a Nicolau da Costa Peixoto, medindo duas léguas do Rio Acaraú. Maria de Sá era cunhada de Nicolau da Costa Peixoto que, por sua vez, era filho de Antônio da Costa Peixoto que foi vereador da primeira Câmara Municipal de Aquiraz[49].

É certo que Nicolau da Costa Peixoto fixou residência na Ribeira do Acaraú possivelmente no local onde hoje se encontra a cidade de Bela Cruz, e ali fez doação de terras necessárias ao sustento do culto religioso e para a constituição do Patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

É digno de nota ressaltar que foi Nicolau da Costa Peixoto quem vendeu parte de suas terras para Manoel Ferreira Fonteles, e foi nestas terras compradas que ele instalou as margens esquerda do Rio Acaraú a Fazenda , vindo à ser nessa fazenda que Manoel Ferreira Fonteles fixou residência[50] e construiu a família que seriam os proprietários das fazendas Que deram origem dos Municípios de Morrinhos e Marco, sendo que a Cidade de Marco é originária de uma fazenda do mesmo nome, pertencente a Francisco Ferreira Fonteles (Rios), filho de Manoel Ferreira Fonteles e dona Maria Pereira. Sendo assim, o município do Marco surgiu de uma fazenda agropastoril que existiu nas terras que hoje fazem parte do Município de Morrinhos.

---

[48]- **Carta de sesmaria que se passou a Nicolau da Costa Peixoto**. Documentação Histórica Pernambucana- Sesmarias- Vol. 2, p. 101 e 105- Recife- 1954.
[49]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 81.
[50]- Ibidem, p. 81.

3. FAZENDAS AGROPASTORIS: O GÊNESE FORMATIVO DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS-CE.

A povoação da Capitania do Siará Grande se deu à partir das entradas dos principais rios, Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Acaraú, Ceará, etc., como já foi posto anteriormente. A fertilidade das terras da Ribeira do Acaraú avocavam promessas de oportunidade de sobrevivência, e com muito trabalho até se poderiam construir ou aumentar suas riquezas, pois o solo era (é) propício ao cultivo do algodão, da mandioca, de alguns cereais e até cana de açúcar, enquanto que os campos e as caatingas se adaptavam à criação de bovinos, caprinos, suínos e outros. Esse era o pensamento comum dos latifundiários e criadores de gado que adquiriram sesmarias e decidiram fixar residência nas terras da Ribeira do Acaraú, sendo que essa mesma ideia de adquirir riquezas também atraía jovens lusitanos do outro lado do oceano, como aconteceu com o Capitão do Regimento de Cavalaria, Mateus Mendes de Vasconcelos, que veio ao Brasil a convite do seu então, futuro sogro, Tenente do Regimento de Ordenanças[51], Manoel Ferreira Fonteles.

Geralmente as fazendas agropastoris constituíam as sedes das sesmarias, e quando o sesmeiro vendia faixas de terras de alguma delas, ou os filhos do mesmo se casavam e obtinham faixas de terras como dote, presente de casamento, ou até mesmo quando o proprietário falecia e as terras eram divididas entre os herdeiros acontecendo com que a sesmaria se fragmentasse, geralmente ocasionava a criação de diversas fazendas originária de uma mesma sesmaria, fazendo com que novas famílias ali se estabelecessem, aumentando o números de fogos, formando povoados, fortalecendo laços de sociabilidade mediante apadrinhamento e principalmente através de casamentos endogâmicos e exogamâmicos, instituindo representantes junto as Câmaras Municipais, criando fluxos comerciais entre as fazendas circunvizinhas, essa fora a dinâmica da gênese formativa do município de Morrinhos, a qual trataremos mais à frente.

As fazendas agropastoris na Ribeira do Acaraú, assim como as demais fazendas espalhadas pelos sertões à partir da metade do século XVIII foram as sedes dos povoamentos, Jucá Neto, nos diz que:

> Já na primeira metade do século XVIII, a fazenda de gado dispersa no sertão sediou o povoamento. Foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de

[51]- SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 97.

> acumulação de renda no sertão. Além disso, foi sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias[52].

Dentro das sesmarias, as fazendas localizavam-se em pontos estratégicos, muitas vezes em locais elevados e sempre próximos à rios, lagoas ou riachos, corroborando com essa afirmação estão as seis fazendas que originaram o município de Morrinhos, visto que as mesmas foram instituídas as margens do rio Acaraú, e algumas construídas em pontos elevados como à Fazenda Crôa. Também é digno de nota ressaltar que basicamente todas as atividades das fazendas estavam ligadas as necessidades produtivas da economia local, e quando havia fartura vendiam-se e trocavam-se o excedente. No que se refere a dinâmica estrutural das fazendas que deram origem do município de Morrinhos, além da casa grande, haviam o curral, o celeiro, a senzala, e um compartimento onde geralmente os senhores usavam para manter relações extraconjungais com as escravas de sua simpatia.

Outro fator que nos ajuda a entendermos criação e consolidação das fazendas que deram origem ao município de Morrinhos é a "Nova Estrada das Boiadas", pois as fazendas foram construídas as margens da "Nova Estrada das Boiadas" ou aconteceu o inverso, Todavia, o que podemos afirmar é que a supracitada estrada ligava o vale do rio Acaraú, no Ceará, e o Piauí à Paraíba, pelo Ceará, e um outro ramal partia para Sobral seguindo para o porto de Acaraú, corroborando com nossa afirmativa Studart Filho nos atesta que:

> A Estrada Nova das Boiadas ligava o vale do rio Acaraú, no Ceará, e o Piauí à Paraíba, pelo Ceará. Vindo da direção da Paraíba, passava por Pau-dos-Ferros, ultrapassava o rio Jaguaribe na altura da atual cidade de Jaguaribe, seguia pelo riacho do Sangue, cruzava o rio das Pedras, chegava ao rio Banabuiú e encontrava o rio Quixeramobim para alcançar a cidade de Quixeramobim. De lá, um ramal seguia para Crateús, entrando no Piauí pelo rio Poti. Outro ramal partia para Sobral seguindo para o porto de Acaraú, na bacia do rio Acaraú e em direção a Granja, rumo ao porto de Camocim, na bacia do rio Coreaú[53].

Quatro das seis fazendas que deram origem ao município de Morrinhos situava-se as margens da Estrada Novas das Boiadas, referente ao ramal que partia de Sobral e seguia para o porto de Acaraú, essas quatro fazendas eram; Fazenda Curralinho fundada em 1743 pelo Capitão Português Mateus Mendes de Vasconcelos; Fazenda Areal criada em 1777 por Antônio Mendes de Vasconcelos, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos; As terras que compunham a Fazenda Crôa, primeiramente pertenceram à Joaquim de Araújo Costa, filho de Pedro de Araújo Costa, e depois, provavelmente por motivos de herança foi adquirida por seu filho João

---

[52]- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Os primórdios da Organização do Espaço Territorial e da Vila Cearense** – algumas notas Anais do Museu Paulista. v. 20. n.1. jan.- jun. 2012.
[53]- Ibidem, p. 9.

Pedro de Araújo em 1846, o qual, fundou uma fazenda e pôs o topônimo de Crôa; Fazenda Morrinho criada aproximadamente em 1754 pelo Capitão Português Manuel da Cunha Linhares, depois foi repassada por motivos desconhecidos a seu sogro José da Costa e Sá, sendo que anos depois também por razões desconhecidas, a Fazenda Morrinho foi adquirida por Pedro de Araújo Costa, o qual era sobrinho de ambos.

Porém, as margens esquerda do Rio Acaraú, estava localizada a Fazenda Tucunduba, fundada pelo Tenente Português Manoel Ferreira Fonteles, em 1725, e a Fazenda Junco Manso implantada em 1833, por Antonino Gomes da Frota, filho do Major Inácio Gomes da Frota, o qual era casado com Ana Maria Joaquina de Jesus, filha do Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, sendo que o mesmo era filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, e neto de Manoel Ferreira Fonteles, proprietário da Fazenda Tucunduba. Ressaltamos ainda que a Estrada Nova das Boiadas localizava-se as margens direita do Rio Acaraú, e a ordem das Fazendas nestas sentenças não seguem a ordem cronológica, mas, sim a ordem geográfica, na perspectiva do Ramal Sobral sentido Porto do Acaraú, como pode ser observado no mapa abaixo.

Mapa 02: Fazendas Que deram origem do Município de Morrinhos-CE.

Fonte: Elabora por Fábio Júnior Avelino, e editada por Francisco Ariel dos Santos, especialmente para esse trabalho.

À partir das observações do mapa na página anterior, percebemos que as Fazendas Agropastoris que deram origem ao Município de Morrinhos, estavam todas localizadas as margens do Rio Acaraú, e a maioria bem próxima da Nova Estrada das Boiadas.

Daremos continuidade ao trabalho começando descrever supramencionadas fazendas agropastoris por ordem cronológica. Sendo assim, iniciaremos pela Fazenda Tucunduba fundada em 1725, um outro detalhe importante que devemos nos atentar, são o grau de parentesco entre os proprietários das fazendas que originaram o município de Morrinhos, o qual, evidencia um certo nível de sociabilidades entre elas, o que irá refletir diretamente na formação da elite oligárquica morrinhense, onde a mesma ainda é muito forte na atual conjuntura política do Município.

3.1 FAZENDA TUCUNDUBA

A fazenda Tucunduba ficava dentro dos limites de terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, como nos atesta um levantamento feito pela Câmara Municipal de Sobral no ano de 1788, como relata Araújo;

> A fazenda cujo o nome lembra abundância de Tucum ou Palmeiras, tinha <meia légua de terra, de comprido, e meia légua de largo, tudo de uma só banda do rio Acaraú à margem esquerda> confinava ao Norte com a fazenda salgado e, ao Sul com as fazendas Raiz e Várzea Redonda.[54]

Entende-se que ela ficava nas terras morrinhenses por que as fazendas vizinhas citadas acima continuam nos mesmos lugares, com os mesmos topônimos, e próximo a elas existem uma lagoa com o nome da fazenda, e a maioria dos habitantes da região tem os sobrenomes Fonteles, Ferreira, Rocha, Adriano, Germano, de Maria, e Maria, e afirmam serem descendentes de Manoel Ferreira Fonteles e sua prole. No entanto, a fazenda antes de receber esse topônimo encontrava-se nas terras da sesmaria de Nicolau da Costa Peixoto, que aproximadamente em meados do terceiro decênio do Século XVIII, vendeu ao Tenente Manoel Ferreira Fonteles, que a escolheu para fixar residência depois de seu casamento com Maria Pereira, filha do português Francisco Ferreira Brandão.

[54]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume Apud ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 67-68.

Uma vez casados, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, vieram para a fazenda em meados de 1725, trazendo consigo Luísa Ferreira, filha do referido Tenente com uma índia Tapuia, como nos conta o Araújo:

> Enquanto residia em Aquirás Manoel Ferreira Fonteles conheceu uma índia tapuia, de nome Maria Fernandes, com quem passou a viver maritalmente. Desta relação amorosa nasceu uma menina que foi batizada em 1718, tomando o nome de Luísa. Esta casou-se a 26 de novembro de 1733 com o Português Caetano Soares Monteiro, Filho de Simão Marques Leitão e Catarina Soares Monteiro, naturais de Sobral da Lagoa, Óbidos, Portugal.[55]

Caetano Soares Monteiro veio de Portugal ainda jovem e morou um bom tempo com seu sogro, Tenente Manoel Ferreira Fonteles, que os estimava muito, possivelmente isso influenciou para que o casal adquirisse a Fazenda Olho D`agua das Picadas, a qual, era uma sesmaria que o supracitado Tenente recebeu através de requerimento em 1726, conforme no atesta Araújo, "No dia 10 de outubro de 1726, Manoel Ferreira Fonteles obtém confirmação de sesmaria de três léguas na ribeira do Acaraú, vizinho às terras que já lhe pertencem e que se chamam Olhos D´agua[56]".

Com a doação da referida sesmaria por parte do sogro como dote de casamento, o casal Caetano Soares Monteiro e Luiza Ferreira, passaram a residir junto com sua numerosa prole, sendo que a fazenda Olho D`agua das Picadas por muitos anos manteve fortes laços familiares e comerciais com as outras fazendas pertencentes aos descendentes do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, como a Fazenda Curralinho, pertencente a Mateus Mendes de Vasconcelos, Fazenda Morro dos Rocha, pertencente a Manuel Ferreira da Rocha e Fazenda Morrinho pertencente a Pedro de Araújo Costa, Fazenda Crôa pertencente a João Pedro de Araújo Costa, os quais eram, genro, filho, genro-neto, trineto, respectivamente, do referido Tenente. Essas fazendas tinham fortes laços de proximidades, seja com casamentos endogâmicos, apadrinhamentos, comércio, o que incluía venda e trocas de escravizados.

O Tenente Manoel Ferreira Fonteles, proprietário da fazenda, teve grande influência política na ribeira do Acaraú, sendo inclusive eleito Juiz Ordinário da Ribeira do Acaraú, como nos diz Araújo:

> Foi Juiz Ordinário da câmara de Fortaleza no ano de 1741. No dia 26 de julho de 1745 foi eleito Juiz Ordinário da Ribeira do Acaraú, como posse no dia 22 de abril do ano

---

[55]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 66.
[56]- Ibidem. op. cit. p. 113.

> seguinte. Na fazenda fundou uma escola que foi a primeira a funcionar na ribeira do Acaraú.[57]

No campo religioso, o supracitado Tenente também teve grande destaque sendo um dos grandes contribuintes para a construção da capela de Santana do Acaraú, cuja a obra findou-se no dia 9 agosto de 1739[58]. O Tenente Manoel Ferreira Fonteles casou aproximadamente em 1725 com Maria Pereira, filha de Francisco Ferreira Brandão com quem mantinha fortes laços de amizade, do casamento de Manoel Ferreira Fonteles com Maria Pereira, nasceram seis filhos:

> 1-Maria Ferreira Fonteles, nascida em 1729, c.c. o Português Capitão Mateus Mendes de Vasconselos.
> 2-Ana Ferreira do Espírito Santo, nascida em 1732, c.c o Ajudante Português Francisco de Farias Almeida.
> 3- Manoel Ferreira (Rocha) Fonteles Filho, nascido em 1740, c.c Ana Ferreira da Conceição.
> 4- Bibiana Ferreira, c.c Quintiliano Dias Leitão.
> 5- Tomé Ferreira [Fonteles] de Sousa, nascido em 1747, c.c Maria José de Verçosa.
> 6- Francisco Ferreira Fonteles (Rios) Gêmeo com o precedente, c.c Inácia Ferreira Verçosa, 2ª- com Ana Quitéria de Jesus.[59]

Os seis filhos, ditos legítimos do supracitado tenente, nasceram na fazenda, e foram tronco de numerosas famílias na ribeira do Acaraú, com destaque para Maria Ferreira a qual casou com o Português Mateus Mendes de Vasconcelos, que recebeu de dote de casamento a fazenda Curralinho. Esse casal é o tronco das famílias; Mendes e Vasconcelos, ambas se espalharam pela ribeira do Acaraú, sendo que os Mendes e os Vasconcelos, ainda residem em Morrinhos, de sorte que a grande maioria mora no localidade de Curralinho onde era a sede antiga fazenda.

Ana Ferreira do Espírito Santo casou-se com português, Ajudante Francisco de Farias Almeida, desse casal provém a numerosa família Santos, Farias e Sousa. Enquanto que Francisco Ferreira Fonteles (Rios) que era casado com Inácia Ferreira Verçosa, e em 2ª núpcias com Ana Quitéria de Jesus, desse casal descende a numerosa e majoritariamente abastada, família Rios, a qual ainda mantém destaque político no Vale do Acaraú.

Na fazenda Tucunduba em 1788, administrava-se uma considerável produção Agrícola, sendo plantados anualmente:

> 5000 covas de mandioca, o que produzia 200 arrobas de farinha, 1 hectare plantado de milho, o que correspondia a aproximadamente 300 arrobas de sementes de milho, 100 braças plantadas de algodão, o qual produzia 50 arrobas de caroço por safra. O

---

[57]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 68.
[58]- Ibidem. p. 68.
[59]- Ibidem. p. 68-69.

> referido Tenente também criava 28 cabeças de gado de açougue, 100 vacas parideira, 10 poltros, 30 novilhos, 25 garrotes, 70 cabras, e 46 cabritos[60].

A mão de obra da fazenda era basicamente 02 escravos africanos, os filhos do supracitado Tenente, e provavelmente trabalhadores livres assalariados. Contudo, toda essa produção anual revela que a Fazenda Tucunduba era um enorme propriedade.

3.1.1 O CASO DO OUVIDOR-MOR ANTONIO LOUREIRO DE MEDEIROS.

A fazenda que se localizava nas terras que hoje fazem parte o Município de Morrinhos, é consideravelmente relevante para a historiografia cearense, pois foi lá, que em 1732, o Português Antonio Loureiro de Medeiros, Ouvidor-mor da capitania do Siará, era bastante conhecido por suas arbitrariedades no poder judicial, além de muito ganancioso, era também um homem rixoso e articuloso na arte da intriga, como nos diz Araújo[61], "Loureiro era inimigo dos jesuítas e quis impedir a instalação do hospício de Aquiraz, além de querer intrigar os jesuítas com os missionários de outras ordens religiosas".

Percebe-se que o Ouvidor Loureiro era muito astucioso, tentou subornar o Cel. Sebastião Sá, afim de se apropriar, e explorar uma possível mina de prata na sesmaria do referido Coronel, localizada na Ribeira do Acaraú, sendo que, possivelmente essa sesmaria seja a fazenda Sapó. Antonio Loureiro de Medeiros foge de Fortaleza para a fazenda Tucunduba, como relata, Araújo:

> Em companhia de seu primo João de Medeiros, protegido pelo um séquito armado, conduzindo o arquivo da Ouvidoria e da Câmara. Fugiu com dupla intenção: escapar de entregar seu cargo ao sucessor e desforrar da desobediência do Cel. Sebastião de Sá que não quis atender a sua intimação para comparecer a Aquiraz no dia 11 de julho de 1730 para informar sobre a suposta mina de prata existente nas terras de sua sesmaria. Escolhia a Ribeira do Acaraú para sua fuga, pelo fato de ter aí um conhecido ex-vereador da câmara de Aquiraz com que mantinha frequente relacionamento, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles... refugiando na fazenda em uma ipueira que tomou o nome, que ainda hoje conserva o nome de Ipueira do Juiz. Aí permaneceu Loureiro até o mês de setembro quando se viu procurado pela expedição de Domingos Fernandes Barbosa que partira de Fortaleza no dia 23 de agosto.[62]

Em agosto de 1732, é designada de Fortaleza uma expedição chefiada por Domingos Fernandes Barbosa com 50 soldados mercenários, um Alferes, quatro Sargentos, dois tambores, uma trombeta, 106 índios aliados, e 35 soldados de cavalaria. Sentindo-se

---

[60]- FROTA, Luciara Silveira de Aragão (Org.). **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974. 2 volume, p. 214.
[61]- Idem, **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 137.
[62]- Ibidem, p. 135.

acuado, e sem perspectiva de vitória, o então ex-Ouvidor-Mor Antonio Loureiro de Medeiros, resolve fugir da Ribeira do Acaraú vai para Fortaleza, sobre isso Araújo nos conta que;

> O Ex- ouvidor Loureiro que queria ainda exercer ilegalmente o seu cargo, foge da Ribeira do Acaraú com seu séquito, rumo a Fortaleza onde "metido em uma casa zombas das autoridades. Cerca sobre e sob o fogo de duas balas miúda, rende-se e é preso"[63]

Após ser preso, o ex- ouvidor por ordem régia é levado para ser julgado em Lisboa. O local onde se refugiou o Ouvidor Loureiro, é hoje a localidade de Juiz, situado as margens do Rio Acaraú, distante aproximadamente 06 Km da sede do município de Morrinhos.

3.1.2 A FRAGMENTAÇÃO DA FAZENDA TUCUNDUBA

O tenente Manoel Ferreira Fonteles faleceu no dia 30 de abril de 1761, com 74 anos de idade, seu corpo foi sepultado na capela de Santana do Acaraú, capela essa que ele mesmo ajudara a construir, deixou testamento, onde percebe-se que seu cabedal foi dividido entre seus filhos, e deixando esmolas para os afilhados como era costume na época, segue-se abaixo a cópia do testamento;

> Aos trinta de abril de mil setecentos e sessenta e um faleceu da vida presente de doença que Deus lhe deu o Tenente Manoel Ferreira Fonteles, de idade de sessenta e poucos anos mais ou menos, freguês deste curato, casado com Rosaura Maria Mendonça, por contrato e escritura e arras, natural da freguesia de Meixomil , entre Douro e Minho, bispado do Porto, filho legítimo de Domingos Velho da Cruz e de sua mulher Maria Ferreira Pinto, morreu em solene testamento, no qual deixa seus testamenteiros a Caetano Soares Monteiro e a seus filho Manoel Ferreira da Rocha. Deixa que se façam dois ofícios de corpo presente por sua alma, fora o da obrigação. Item, deixa por sua alma uma capela de missas. Item outra capela de missa pelas almas. Outra capela de missas por seus pais, pai e mãe, todas com esmola de duzentos e quarenta por cada missa. Item deixa de esmola a sua mulher vinte e cinco vacas e três bestas mulas. Deixa para desencargo de sua consciência à matriz desta freguesia quatro poldros de ano e meio acima. Deixa por esmola ao seu afilhado Manoel, filho de Caetano Torres, digo Soares Monteiro uma besta. Item deixa ao seu afilhado Francisco, filho de Francisco Faria de Almeida, um poldro de ano e meio. Item deixa de esmola a seu afilhado Manoel, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, um poldro de ano e meio. Ultimamente, instituiu por herdeiros do restante de sua terra seus filhos Manoel Ferreira da Rocha, Tomé, Francisco e Bibiana para igualmente repartirem. Foi envolto em hábito franciscano, sepultado na capela de Santa Ana desta freguesia e encomendado de licença minha, pelo R. P. Inácio Gonçalves da Silva. Faleceu com todos os sacramentos, de que fiz este assento em que me assigno. Manoel da Fons-Jayme, cura do Acaraú.[64]

Depois da morte do Tenente Manoel Ferreira Fonteles a fazenda foi cada vez mais se fragmentando, devido a divisão de seu cabedal entre seus herdeiros, claramente percebido

---

[63]- Ibidem, p. 141.

[64]- **Livro de Óbitos, Sobral, 1774**, fl. 26v. apud ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- 500p.

no testamento acima, como não havia deixado filho do segundo casamento, a viúva Rosaura Maria Mendonça ficou residindo na sede da fazenda, juntamente com alguns filhos do Tenente, que haviam casados e moravam com suas famílias, como é o caso de Bibiana Ferreira c.c com Quintiliano Dias Leitão[65], e Manoel Ferreira Fonteles Filho c.c Ana Maria da Conceição. Os outros filhos tiveram possessões nas imediações, como acontece com Manoel Ferreira da Rocha[66], neto do Capitão Manoel Ferreira Fonteles, porém, filho adotivo, o qual herdou uma faixa de terra, provavelmente um fragmento da fazenda, e que anos tarde passou a pertencer a Alexandre Pereira da Rocha[67], que fora casado, e era viúvo de Tomásia Ferreira da Rocha, irmã de Manoel Ferreira da Rocha, sendo que Alexandre, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, nomeou a faixa de terra, Fazenda Morro dos Rochas.

Mesmo após da morte do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, e conseguintemente a partilha, conforme o testamento acima nos mostra, a fazenda ainda subsistiu por longos anos, como nos diz Araújo acerca de um levantamento feito pela a câmara municipal de Sobral em 1788, sobre os bens semoventes:

> 28 cabeças de gado de açougue, 100 vacas parideiras, 10 poltros, 30 novilhos, 25 garrotes, 70 cabras e 46 cabritos>> possui mais 2 escravos, uma engenhoca, 3 machados, duas enxadas, duas foices e um cavador. Quanto a produção agrícola, dispunha de 100 mão de milho de colheita e 25 braças de terra plantadas de algodão onde colhia 6 arrobas em caroço por safra.[68]

Estes dados demostram que mesmo depois da fragmentação a fazenda produzia bens semoventes consideráveis. O tenente Manoel Ferreira Fonteles e sua fazenda foram muito importantes não só para história do Município de Morrinhos, mas, também para a história da ribeira do Acaraú, como para a história do Ceará, visto que o próprio Tenente já foi Juiz ordinário da Câmara de Fortaleza, como também muitos de seus descendentes foram homens influentes na Ribeira do Acaraú e na Província do Ceará, tendo sido a fazenda referência na Ribeira do Acaraú por muitas décadas, ao ponto do historiador; Pe. Sadoc de Araújo,

---

[65]- Quintiliano Dias Leitão, era filho Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, paraibanos moradores no Cocó, arrabalde de Fortaleza.

[66]- Manoel Ferreira da Rocha era filho de Manoel Ferreira Fonteles Filho e dona Ana Maria da Conceição, todavia, no testamento do Cap. Manoel Ferreira Fonteles ele é nomeado um dos Testamenteiros e chamado de filho do falecido, porém, entende-se que fosse filho de criação.

[67]- Alexandre Pereira da Rocha era filho de Mateus Mendes de Vasconselos c.c. Maria Ferreira Pinto (Fonteles), filha do Tenente Manoel Ferreira Fonteles e sua primeira esposa Maria Pereira. Portanto sobrinho de Manoel Ferreira da Rocha.

[68]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume. p. 241.

referenciá-lo como o Adão do Vale Acaraú, o que é no mínimo controverso, visto que nestas terras haviam povos nativos a milhares de anos.

Nas terras que faziam parte da fazenda hoje existem diversas localidades como; Juiz, Poço Branco, Espinhos dos Lopes, Intans. O que tem em comum essas localidades? A grande maioria dos habitantes são brancos, descendentes de Manoel Ferreira Fonteles e sua prole, sendo comprovado pelo sobrenome dos mesmos, que são; Fonteles, Rocha, Adriano, Germano, e Mariano, sendo os três últimos são variações, mas, todos são descendentes direto do referido Tenente. Como afirma a senhora Dalva Fonteles de 84 anos.

> Meu pai, José Ferreira Fonteles morreu no 66 com 84 anos, era filho do meu avô Francisco Fonteles cansou de falar pra nós, que o avó dele Manoel Ferreira da Rocha, que era pai do meu avô, herdou essa um pedaço dessas terras e casa do pai dele, quando eu era menina eu sabia onde era tapera, que era perto da lagoa **Tucunduba**, onde nós morava com nossa família, os Fonteles, Rocha, Adriano, Germano, Mariano, sempre foi daqui, que dizer de lá (risos) nas casas tudo é família.[69] (Grifo nosso).

Então, com base nas descrições da localização da fazenda e nesses relatos, entende-se que a mesma situava-se em terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, e não no Panacuí, localidade do município vizinho de Marco[70] no Estado do Ceará, visto que a localidade de Panacuí fica à aproximadamente 40 quilômetros a contar das margens do Rio Acaraú, crer-se então que essa afirmativa não condiz com a descrição da localização citada por ele mesmo, onde afirma que; a fazenda media " Meia légua de terra de comprido, com meia légua de largo, tudo de uma só banda do rio Acaraú"[71]. A banda do Rio Acaraú que o autor se refere, é a margem esquerda.

Ainda sobre a localização da Fazenda, Araújo, continua dizendo que "A margem esquerda do Rio Acaraú e confinava ao norte com as fazendas, Salgado, de Mateus Mendes de Vasconcelos, e ao Sul com as fazendas Raiz e Várzea Redonda"[72]. Salgado, Raiz e Várzea Redonda como já foi dito antes, são localidades do município de Morrinhos, e estão bem próximas da margem esquerda do Rio Acaraú, sendo que as mesmas, estão aproximadamente a menos de um quilômetro de distância do Rio Acaraú e são comunidades vizinhas a localidade de Tucunduba, zona rural do município de Morrinhos.

---

[69]- Maria Dalva Fonteles Rocha, 84 anos, nasceu na localidade de Juiz, distante 10 km da cidade de Morrinhos. Entrevista realizada por Fábio Júnior Avelino no dia 15/09/2017, em sua residência no localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce.

[70]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 296-297.

[71]- Idem.1991, p. 68.

[72]- ARAÚJO *loc. cit*. p. 62.

3.2 FAZENDA CURRALINHO

Em agosto de 1706, nascia na pequena aldeia de Travanca, Portugal, Mateus Mendes de Vasconcelos, e sobre seus ascendentes nos afirma Araújo, que o mesmo era filho de Matheus Mendes de Vasconcelos, como era comum na época, os portugueses que vinham para colônia recebiam com prazer seus conterrâneos que moravam na metrópole, e assim aconteceu. Sabe-se que no início da década de 40 do século XVIII, ele já se encontrava na Ribeira do Acaraú[73], pois assim que chegou foi procurar seu conterrâneo, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles e passou a morar na fazenda, onde passou a trabalhar. Nessa época seu anfitrião tinha três filhos, Maria Ferreira com 11, Ana Ferreira com 8, e Manuel Fonteles Filho recém-nascido. 3 anos depois Mateus Mendes de Vasconselos recebe Maria Ferreira Pinto como esposa, ele então com 37 anos e ela com 14, a cerimônia religiosa do matrimônio aconteceu no dia 19 de Setembro de 1743 como na certidão de casamento, descrita a seguir;

> Aos dezenove do mês de septembro de mil setecentos e corenta e três anos, feitas as diligências necessarias e corridos os banhos sem se descobrir impedimento algum canônico como consta da certidão delles que fica em meo poder, em minha presença e das testemunhas o Rdo. Pe. Mestre Frey Luiz Barreto e o tenente-coronel Manoel Ferreira Fonteles, pessoas conhecidas, se receberam solenemente por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino, MATHEUS MENDES DE VASCONSELOS, filho legitimo de Matheus Mendes de Vasconselos e de sua molher Anna Carvalho, Natural da Freguesia de Refosos, Arcebispado de Braga, e assistente nesta freguesia do Acaracu, com MARIA FERREIRA PINTO, filha do tenente Manoel Ferreira Fonteles e de sua molher Maria Pereira, natural desta freguesia de N. Sra. Da Conceição do Acaracu, Bispado de Pernambuco, logo receberam as bênçãos nupciais, de que fis este assento e assignei. Pe. Lourenço Gomes Lelou, cura e vigário da Vara de Acaracu. Pe. Luiz Barreto. Ten-Cel. Manoel Ferreira Fonteles.[74]

Uma vez casados, Mateus Mendes de Vasconcelos e dona Maria Ferreira Pinto passaram a residir numa faixa de terra recebida como dote de casamento, a qual deram-lhe o nome de Fazenda Curralinho, antes de ser doada ao casal possivelmente essa faixa de terra havia sido adquirida por pedido de sesmaria pelo Tenente Manoel Ferreira Fonteles, visto que o mesmo havia recibo a confirmação de uma data sesmaria em 1726 vizinho as terras que já eram suas, à qual chamava-se Olho D´água das Picadas. Percebe-se isso ao analisar os limites da Fazenda Curralinho, conforme descreve Araújo, citando um estudo realizado pela SUDEC, sobre as declarações de bens prestados a Câmara Municipal de Sobral em 1788, segundo o supracitado documento a Fazenda Curralinho tinha a seguinte extensão e limite; “Duas léguas

---

[73]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 80.

[74]- **Livros de Casamentos de Sobra**l, 1742-1779, fl. 86v. *Apud* ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 81.

de terra de comprido com uma de largo, as margens do rio Acaraú, tudo de uma só banda, que principia das extremas de Agostinho Moreira Moura (São Joaquim) e finda com as terras de Caetano Soares Monteiro (Olhos D´água)[75]".

Analisando-se a descrição territorial da Fazenda Curralinho percebe-se que o seu tamanho era considerável, visto que geralmente o tamanho das datas concedidas em pedidos de sesmaria eram de três léguas comprimento com uma de largura, ou seja os recém casados ganharam de dote quase que a sesmaria concedida a Manoel Ferreira Fonteles em 1725. É digno de nota ressaltar que Caetano Soares Monteiro proprietário da Fazendo Olho D´água, atual localidade de Pilões, que extremava com a Fazenda Curralinho, Caetano, assim como Mateus Mendes de Vasconcelos, também era genro do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, e como o mesmo, recebeu a dita fazenda como dote de seu casamento com Luisa Ferreira.

Do casamento de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, nasceram 7 filhos; os quais são importantes para entendermos a formação das fazendas que deram origem do Município de Morrinhos.

> **1**-Sargento-mor MANUEL FRANCISCO DE VASCONSELOS, casou-se com Maria Joaquina da Conceição, filha de Luís de Sousa Xerez. E Ana Tereza de Albuquerque, a 26 de novembro de 1767. O casal foi residir na fazendo Marco, hoje sede do município, e posteriormente no Salgado.
> **2**-Alferes JOSÉ FERREIRA BRANDÃO. Casou-se com Francisca de Sousa, filha de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 2 de março de 1767, na matriz da Caiçara. O casal foi residir na fazenda Pedra de Fogo.
> **3**- ANTONIO MENDES DE VASCONSELOS, batizado em maio de 1758. Casou duas vezes. A 1ª com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Alvares Pereira, a 5 de fevereiro de 1777, na fazenda Jaibaras de Cima, propriedade do sogro. O casal passou a residir na fazenda Areal, onde faleceu Ana Joaquina a 27 de agosto de 1795. O viúvo Antônio Mendes casou, em segundas núpcias, com Teodora Inácio de Meneses, viúva de Antônio Soares Apoliano Bulcão, em Uruburetama. Antonio Mendes faleceu tuberculoso a 6 de janeiro de 1816, deixando descendência dos dois matrimônios como consta na <<Cronologia Sobralense>>.
> **4**-JOAQUIM FERREIRA FONTELES, nascido em 1757. Casou-se com Ana Maria do Espírito Santo, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, na capela de Santana do Acaraú, a 29 de julho de 1793. O casal passou a residir no Curralinho. Faleceu a 3 de outubro de 1800.
> **5-** Tenente ALEXANDRE PEREIRA DA ROCHA, nascido a 25 de fevereiro de 1760. Casou três vezes. 1ª., com Tomásia Ferreira Fonteles, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, a 9 de setembro de 1792, na capela de Santa Cruz (Bela Cruz). O casal passou a residir no Curralinho. Tomásia Faleceu a 28 de outubro de 1798, tendo o viúvo Alexandre casado, em segunda núpcias com Francisca Maria de Jesus, filha do Capitão Antônio de Sousa Carvalho e Maria do Nascimento, a 26 de novembro de 1801. Falecendo Francisca Maria a 14 de maio de 1826, Alexandre convolou terceira núpcias com Inácia de Meneses, cujo termo de casamento não encontrei, filha de Inácio Bezerra de Meneses e Maria Madalena de Sá.

[75]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará.** Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume. p. 214.

> **6-** ROSA MARIA DA CONCEIÇÃO. Casou com o ajudante Manoel Carneiro da Costa e Tereza de Jesus, a 9 de janeiro de 1766. O casal passou a residir na fazenda Sapó. Deste matrimônio provém a numerosa família Carneiro. O ajudante Manoel Carneiro da Costa faleceu em 17 de dezembro de 1811 e dona Rosa Maria, no ano de 1814.
> **7-** ANA MARIA DE VASCONSELOS, batizada a 27 de dezembro de 1750. Casou-se com o Português Manoel Lourenço da Costa, filho de Manoel Lourenço da Costa e Suzana Lourenço da Costa, a 5 de outubro de 1767, na capela de Santana do Acaraú. O casal o residir na fazenda <<Olho d`Água>>. Ana Maria faleceu a 14 de abril de 1786. É tronco da família Lourenço.[76]

O Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos juntamente com seus filhos fizeram da fazenda Curralinho um enorme cabedal, prova disso é que, no ano de 1788 o referido capitão fez uma declaração dos bens semoventes da fazenda, conforme transcrito abaixo:

> Caprinos: 160 cabras e 60 cabritos; Ovino: 40 0velhas e 20 cordeiros; Cavalar: 60 éguas parideiras, 16 poldrinhos e 20 cavalos de fábrica; Vacum: 170 cabeças de açougue (dos quais vendera 40 cabeças no porto de Itapajé (Itarema) a Manoel Rodrigues Ribeiro para transportar a Pernambuco a negócio), 60 novilhos, 90 garrotes e 140 bezerros que ferrou, 11 escravos, 4 machados, 5 enxadas, duas foices e um cavador.[77]

Assim como as demais fazendas que deram origem ao município de Morrinhos, a mão de obra escrava era a força motriz que fazia as fazendas funcionarem, tendo em vista que na fazenda Curralinho havia um criatório de gado considerável, Portanto entende-se que o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos comprou esses 11 escravos para trabalharem tanto com os animais como na produção agrícola, o que revela que o referido Capitão era um homem de muitas posses, julga-se isso pela quantidade de escravos em sua fazenda, pois a média de escravos nas demais fazendas que originaram o município de Morrinhos eram de 5, que sobre isso trataremos no próximo capítulo.

Ainda sobre as terras que hoje fazem parte o município de Morrinhos, o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, declarou naquele mesmo ano possuir a fazenda Salgado, a qual, em sua antiga dimensões encontra-se duas localidades morrinhenses, o primeiro leva o mesmo nome da antiga fazenda e o segundo chama-se Junco Manso I, que hoje é reconhecido como uma comunidade Quilombola sobre o qual trataremos mais à frente. A supracitada fazenda tinha as seguintes extensões;

> Meia légua de terra de comprido por uma de largo para uma só banda do Rio Acaraú, que principia com as terras do filho Manuel Francisco de Vasconselos (Marco) e finda com as terras do Capitão Manoel Ferreira Fonteles no sítio denominado.[78]

---

[76] - ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 84-85.

[77]- Idem. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p 82.

[78] - FROTA, Luciara S. de Aragão. **Estudo de Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Estado do Ceará**- SEDUC, Fortaleza, 1974, Vol. 2. p. 445.

Na faixa de terra da antiga Fazenda Salgado, hoje encontra-se as localidades de Salgado e Junco Manso I, como já foi supramencionado, obstante que, há forte resquícios da presença dos Mendes e Vasconcelos, sendo mais nítido no sobrenome dos moradores da localidade de Salgado, enquanto que na população afrodescendente do Junco Manso I, os quais seus antepassados foram escravizados e trazidos para as terras que hoje fazem parte o município de Morrinhos, depois da abolição foram morar nas proximidades da fazendas de seus antigos algozes, no tocante que as leis abolicionistas entraram em vigor a partir do século XIX, somente para reiterar, trataremos desse assunto nos próximo capítulo.

Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos era um grande proprietário de terras, pois além das terras já citadas, encontra-se segundo a já referenciada declaração de bens a Prefeitura Municipal de Sobral[79], também há um atestado de posse de uma fazenda denominada Pedras de Fogo, que media meia légua de comprido com 600 braças de largura. Como estas terras, segundo o supracitado autor, ficava de uma só banda do Rio Acaraú e principiava nas testadas das terras de Manuel Carneiro da Costa (Fazenda Sapó), genro de Mateus Mendes e findava com as terras dos herdeiros de Cláudio de Sá Amaral (Santana). Entende-se que hoje nas terras dessa antiga fazenda, estejam as localidades de Pedras de Fogo e Parapuí, pertencentes ao município de Santana do Acaraú, porém, após a morte do proprietário de Mateus Mendes de Vasconcelos, é provável que ela tenha ficado para seu filho, o Alferes José Ferreira Brandão, e permanecido com o mesmo topônimo.

No dia 7 de Janeiro de 1793 faleceu o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos com 90 anos de idade na fazenda Curralinho conforme atesta o termo de óbito transcrito abaixo:

> Aos sete de janeiro de mil setecentos de noventa e três faleceo com os sacramentos Matheos Mendes de Vaconselos, de noventa annos de idade pouco mais ou menos, cazado que foi com Maria Ferreira Pinto, foi o corpo sepultado na Capela de Santa Anna, filial desta Matriz do Sobral em habito da Ordem Nossa Senhora do Carmo, de que era Irmão Terceiro, do que para constar fiz este termo e assignei. Bazilio Francisco dos Santos. Cura e Vigário da Vara de Sobral.[80]

Após a morte de Mateus Mendes de Vasconcelos, a fazenda Curralinho ficou por um breve espaço de tempo sobre administração da viúva, dona Maria Ferreira Pinto e dos seus filhos, sendo que, dois anos depois, no dia 2 de julho 1795 falece também dona Maria Ferreira, a qual o termo de óbito transcrevo a seguir;

---

[79]- FROTA, Luciara S. de Aragão. **Estudo de Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Estado do Ceará**, SEDUC. Fortaleza, 1974, Vol. 2, p. 445.

[80]- Livro de Óbitos de Sobral 1774-1798, fl.199 v. *Apud* ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 83.

> Aos dous de julho de mil setecentos e noventa e cinco faleceo da vida presente com todos os sacramentos Maria Ferreira, viúva de Mateus Mendes, de idade de mais de setenta pouco mais ou menos, moradores de Curralinho desta freguesia e foi sepultada na Capela de Santa Anna, filial desta Matriz de Sobral, envolta em hábito franciscano, de que para constar fiz este termo e assignei. Pe. Joaquim Costa Mendonça. Cura e Vigário da Vara de Sobral.[81]

Infere-se que depois da morte do casal. Cap. Mateus Mendes de Vasconcelos e dona Maria Ferreira Pinto, e cumprido as determinações do inventário, a Fazenda Curralinho tenha ficado com Joaquim Mendes [Ferreira] de Vasconcelos o qual era casado com Ana Maria do Espírito Santo, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, Manuel Ferreira, como o nome deixa claro era de filho de Manuel Ferreira Fonteles, e também com Alexandre Pereira da Rocha, casado com Tomásia Ferreira Fonteles, filha de Manuel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição. É válida essa percepção, pois dos filhos de Mateus Mendes de Vasconcelos, apenas Joaquim Mendes (Ferreira) de Vasconcelos e Alexandre Pereira da Rocha passaram a residir na Fazenda Curralinho, conforme nos relata Araújo, "O casal passou a residir no Curralinho[82]".

Do casamento de Joaquim Mendes (Ferreira) de Vasconcelos e Ana Maria do Espírito Santo, nascera Maria Ferreira [de] Vasconcelos, aproximadamente em 1795, sendo que, possivelmente tenha falecido em 1868. Obstante que a mesma casou com Luiz Francisco Alves[83], e uma vez casados foram residir na Fazenda Curralinho, o que pode ser atestado conforme censo agropecuário do Estado do Ceará de 1920, visto que no ano de recenseamento Curralinho pertencia à Antonio Minervino [Alves], o qual era filho de Luiz Francisco Alves e Maria Ferreira de Vasconcelos. Conforme pode ser analisado abaixo.

Sant'Anna

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
Antonio Minervino..	Curralinho

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará, p. 220.

[81]-Ibidem. fl. 199 v. Apud. ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 84.
[82]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 81.
[83]-Árvore Genealógica Mundial Geni. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Maria-Ferreira/6000000019211514918#/tab/revision>. Acesso em: 23 Nov. 2018.

Entende-se que a descrição do supramencionando censo referente a Curralinho trata-se apenas de uma fração de terra dentro das extensões da antiga Fazenda Curralinho. No entanto, com o decorrer dos anos as terras que outrora faziam parte da antiga Fazenda de propriedade de Mateus Mendes de Vasconcelos foram fragmentando-se, e consequentemente adquirindo outros topônimos como: Umari, Altinho, Alto alegre, Boa Esperança, Santo Izídio, Caninana.

É digno de nota ressaltar a presença constante dos Sobrenomes; Vasconcelos, Mendes, Araújo, Soares, referentes as pessoas mais abastadas dessas localidades. Enquanto que os sobrenomes; Faustino, Secundo, Nascimento, são nítidos na população negra dessas localidades, os quais habitam nas localidade de Curralinho de Cima e Alto Alegre, localidades estas que estão entre as mais pobres do município de Morrinhos.

Sendo que moradores das localidades de Curralinho de Cima, e Alto Alegre identificam-se como Afrodescendentes, e recentemente organizaram-se em duas associações denominada; Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes de Quilombolas de Alto Alegre (ACOMARQ), e Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombolas de Curralinho (ARQUICE). Contudo, recentemente as receberam a certificação oficial como Comunidade Remanescente de Quilombola da Fundação Cultural Palmares.

É digo de nota ressaltar que Mateus Mendes de Vasconcelos e Dona Maria Ferreira Pinto com sua numerosa prole, deixou enorme descendência no Vale do Acaraú, especialmente no Município de Morrinhos e Santana do Acaraú, onde diversas ruas da cidade receberam o nome de seus descendentes, homens públicos que foram prefeitos, vereadores e professores. Ainda hoje na localidade de Curralinho, lugar da antiga fazenda, o sobrenome Mendes e Vasconcelos é muito comum, principalmente na grande maioria dos proprietários das terras da localidade.

No entanto, a geografia da atual localidade do município de Morrinhos, o qual, herdou o nome da antiga fazenda, está divido em dois Curralinho, tanto geograficamente, como socialmente. O Curralinho onde residem os descendentes dos Portugueses que ocuparam no segundo quartel do século XVIII as terras onde hoje está situada a localidade, são os atuais proprietários das terras, representados pelas famílias, Rocha, Mendes, Vasconcelos e Araújo. Enquanto que os moradores da comunidade Quilombola habitam no *Curralinho de Cima*, em

casas de taipa[84], nas terras cedidas pelos descendentes dos proprietários das antiga fazendas há mais de um século. A comunidade se formou nas imediações das atuais casas grandes, exatamente onde eram dos seus antepassados da terceira e quarta geração, coincidindo com abolição da escravidão no Ceará em 1884.

O que chama atenção para esse fato, é que, mais de um século depois os afrodescendentes continuam morando em casas de taipa, e a faixa de terra onde eles construíram suas casas, não podem ser vendidos ou negociados, apenas servem para eles morarem e fornecerem de mão de obra barata para os proprietários das terras. Onde os mesmos trabalham nas plantações de milho, feijão, mandioca, etc., durante o inverno, e na extração da folha da carnaubeira durante o verão.

3.3 FAZENDA MORRINHO

A ocupação das terras que faziam parte da fazenda Morrinho, começou em Meados do Século XVIII. O capitão Manuel da Cunha Linhares foi o primeiro proprietário da fazenda Morrinho[85], Manuel da Cunha Linhares que segundo o já referenciado autor, era um português, que veio para o Brasil com intuito de construir muitos cabedais:

> Manuel da Cunha Linhares, nasceu no dia 20 de maio de 1718 na freguesia de Santa Marinha de Linhares, Concelho de Paredes de Coura, Portugal, veio para o Brasil em 1736 e passou a residir na fazenda São José propriedade do Capitão Domingos da Cunha Linhares.[86]

Possivelmente o Capitão Manuel da Cunha Linhares recebeu essa faixa de terra como dote de casamento com Luísa da Costa Araújo filha do Cel. José da Costa e Sá, conforme Araújo:

> Casou com Luísa da Costa Araújo pelo ano de 1754, filha do Coronel José da Costa e Sá, Português, natural de Santa Lucrécia de Louro, e de Josefa Maria de Jesus, natural do Recife [...] Após do casamento foi residir na fazenda Castelo, ribeira do Rio Aracatimirim, perto de Almofala, onde exerceu influente liderança política. Foi Juiz Ordinário da Vila de Sobral, durante o ano de 1774, e Vereador de Fortaleza em 1755. Foi também Juiz Ordinário de Fortaleza no ano de 1763. Faleceu a 30 de novembro

---

[84]- As casas de Taipa tipicamente morrinhense, são feitas de madeira e barro cru. As madeiras que formam a casa são: **Forquilhas** (Tronco de árvores de aproximadamente 30cm de diâmetro, com uma bifurcação na ponta, o tamanho varia de acordo com a altura da casa) **Enchimento** (troco de árvores de aproximadamente 15cm de diâmetro colocadas em posição vertical, num espaço de 15cm uns dos outras, o tamanho varia de acordo com a altura da casa, serve também para serem colocados pregados ou amarrados na carnaubeira, para formar o teto.), **Varas** (geralmente tem 5cm de diâmetro, e são colocadas na posição vertical e amarradas com palhas de carnaubeira, feito cordas) Carnaubeira (árvore típica da região, na construção da casa eles ficam na parte do teto. **Telhas** (geralmente as telhas da região tem 35 de comprimento com 14 de largura) **Barro** (colocado água e batido, é colocado entre os espaços dos enchimentos e das varas, e também no chão.

[85]- Ibidem, p. 148.

[86]- Ibidem, p. 107.

> de 1792, com 74 anos. Sua mulher Luísa da Costa morreu a 11 de março de 1788, com 51 anos.[87]

Do casamento com Luísa da Costa Araújo, o Capitão Manuel da Cunha Linhares teve os seguintes filhos:

> 1. **Tenente Inácio da Cunha Araújo**. Nascido em 1755, c.c. Maria Francisca Avelar. [...] Faleceu a 20 de julho de 1810.
> 2. **Maria do Carmo**, nascida em 1757, c.c. o português Antônio Miguel de Sousa.
> 3. **Ana Rita dos Anjos**, c.c. o Cap. José Tavares do Amaral.
> 4. **Francisca Tersa de Jesus**, nascida a 24 de fevereiro de 1761, c.c. o Cap. Manuel de Oliveira Dias.
> 5. **Luísa da Costa Cunha**, c.c. seu primo Pedro José da Cunha, filho de Antonio José Rodrigues e Luisa da Costa[88].

Mas, como a fazenda Morrinho não tinha nenhum nome oficial na época, era conhecida apenas como fazenda do Capitão Linhares, todavia, por nela haver em seu interior uma elevação de solo bem definida, formando um serrote ou morro que poderia ser avistado a quilômetros, achou-se por bem nomeá-la, Fazenda Morrinho, e devido ela está instalada muito próxima da rota de comércio Nova Estrada das Boiadas, ela poderia ser facilmente encontrada por qualquer viajante, conforme pode ser visto na figura abaixo abaixo:

Figura 01. Rio Acaraú, ao fundo Serrote do Cafim.

Rio Acaraú, ao fundo o Morro que previsualizava a fazenda Morrinho, a qual posteriormente serviu de inspiração para o nome do Município de Morrinhos-Ce. Fonte Internet. Disponível em: https://www.ferias.tur.br/cidade/1528/morrinhos-ce.html

Segundo o casal de memorialistas, João Leonardo Silveira e Maria Luzia Rocha Silveira, "O Capitão Manuel da Cunha Linhares vendo os benefícios que esse morro trazia, passou a chamar sua fazenda de "Fazenda Morrinho" pois assim ficaria melhor para viajantes

[87]- Ibidem, p. 108.
[88]- Ibidem, p. 108.

e visitantes localizarem o local"[89], Visto que a Fazenda Morrinho ficava dentro da rota conhecida como Estrada das Boiadas que ligava Sobral ao Porto de Acaraú, como mostra o mapa na próxima página. Entre vários outros destinos, a Estrada Nova das Boiadas ligava também o vale do rio Acaraú no Ceará, ao Piauí e a Paraíba. Outro ramal partia para Sobral seguindo para o porto de Acaraú[90].

Navios de médio porte vindos de Recife, São Luís ou até mesmo de Portugal aportava no litoral, trazendo e levando portugueses vindo da Metrópole ou de outras partes da Colônia, que além de notícias trazidas e levadas, comercializavam desde mantimentos como: vestuário, peças de lousas, prata, escravos, carne seca, animais silvestres da Serra da Ibiapaba. Esses navios também traziam homens de negócios e jovens que sonhavam em conseguir na Ribeira do Acaraú grandes cabedais.

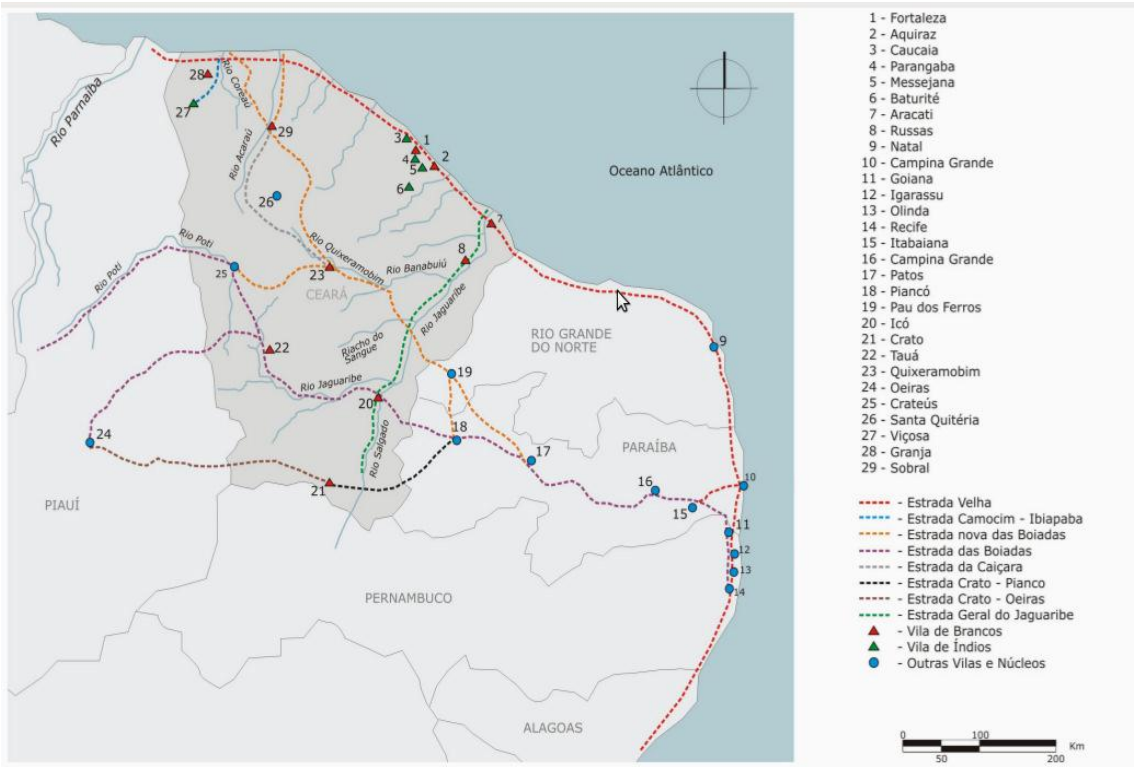
Muitos desses portugueses e luso-brasileiros que se instalaram na Ribeira do Acaraú, começaram sua ocupação desenvolvendo atividades intrinsecamente da terra, como: agricultura, criação de gado, e exploração das mais variadas riquezas ofertadas pela própria localização natural, gerando anseios de bens e rentáveis negócios na região, e por sua proximidade com a Estrada das Boiadas (Ver mapa na página seguinte) a Fazenda Morrinho recebeu uma certa notoriedade de seu proprietário, o Cap. Manuel da Cunha Linhares, o qual sem ter fixado morada na Fazenda e ao mesmo tempo sem querer se desfazer da mesma, repassou por meios incógnitas para seu sogro José da Costa e Sá.

Assim sendo, os mesmos foram o primeiro e o segundo proprietários da Fazenda Morrinho respectivamente. O coronel José da Costa e Sá, era homem de muitos cabedais, e assim como seu genro e concunhado Capitão Manuel da Cunha Linhares não quis fixar residência na Fazenda Morrinho, e por motivos escusos repassou à seu sobrinho recém-chegado de Portugal Pedro de Araújo Costa, que tinha como criador da referida fazenda João da Silveira Dutra. Segundo Araújo[91], Pedro de Araújo Costa quando veio de Portugal no quarto decênio do Século XVIII, junto com mais dois irmãos; o Capitão José de Araújo Costa e Manoel de Araújo e Sá. Todavia, Pedro de Araújo Costa fixou residência na Fazenda Morrinho que anteriormente pertenceu aos seus tios Manuel da Cunha Linhares e José da Costa e Sá.

---

[89]- SILVEIRA, João Leonardo/ SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e Sua Gente**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda., 2009. p. 29.
[90]- STUDART FILHO, Carlos. **Vias de Communicação do Ceará Colonial**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO LI, 1937, p. 36.
[91]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 157.

Mapa 03- Estrada Nova das Boiadas.



Fonte: Mapa elaborado por Clóvis Ramiro Jucá Neto, (Primórdios da Rede Urbana Cearense) à partir das informações contidas no texto Vias de communicação do Ceará colonial de Studart Filho (1937).

Algumas décadas depois, mais precisamente em 1780, Pedro de Araújo Costa case-se com Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira, filha do Tenente Português Manuel Ferreira Fonteles e dona Maria Pereira, do casamento de Pedro de Araújo Costa e Maria José de Jesus nasceram os seguintes filhos:

> 1- Joaquim de Araújo Costa, c.c. Joana Maria do Nascimento, filha de Antonio Soares Bulcão e Teodora Inácia de Menezes, a 20 de setembro de 1805. O casal passou a residir o casal passou a residir na fazenda Sabuba.
> 2- Francisco de Araújo Costa, c.c. Rita Maria de Vasconselos, filha de Joaquim Réis Gomes e Antonia Maria do Espírito Santo, a 6 de agosto de 1811. Vindo a falecer poucos anos depois.
> 3- Emerência de Araújo, c.c. o Português Domingos Dias Silva, filho de Cosme Gomes e Maria do Rosário, a 31 de janeiro de 1808, na capela de Almofala, na presença do Pe. Francisco Moreira de Sousa.
> 5-Francisca de Araújo Costa, c.c. José Silveira Dutra e sua segunda mulher Maria da Conceição Araújo, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral[92].

Em 1788, Pedro de Araújo Costa administrava uma grande produção agrícola na fazenda morrinho, sendo anualmente cultivado; feijão, milho, mandioca, algodão, na referida fazenda também havia criação de diversos animais como; gado vacum, potros, cabras, ovelhas.

[92]- Idem. p. 478.

a mão de obra ficava sobre responsabilidade do vaqueiro João da Silveira Dutra, que também capitaneava 8 africanos escravizados, e possivelmente alguns trabalhadores livres. Segundo afirma Araújo: "Pedro de Araújo Costa, morreu no dia 19 de julho de 1797 com 70 anos de idade, na Fazenda Morrinho [93], deixando uma prole com muito prestígio nas terras que hoje fazem parte o município de Morrinhos.

No decorrer dos anos a Fazendo Morrinho foi fragmentando-se, e no século XX, segundo o censo agropecuário do Estado do Ceará[94], concernente ao município de Santana do Acaraú, pois nessa época Morrinhos era apenas uma Vila do supramencionado município, a fazenda Morrinho está fragmentada e consequentemente dividida em diversas faixas de terras, sendo que, os proprietários por razões ignotas, mantiveram o mesmo topônimo da antiga fazenda, constata-se isso, ao analisar-se no supradito censo, o qual relata os seguintes proprietários: Miguel Antonio (Vasconcelos), Antonio Avelino da Rocha, Joaquim Coriolano (Rocha), Jonas Telles de Menezes, Francisco Tiburcio Soares (Vasconcelos Araújo) o qual era filho de João Tiburcio Soares (Araújo) e Maria Philomena Vasconcelos.

Ainda segundo o já exteriorizado censo de 1920, percebe-se em apenas um dos proprietários o sobrenome Araújo, no caso, Francisco Tiburcio Vasconcelos Araújo, No entanto, há sobrenomes de outras famílias também proprietárias de terras como: Rocha, Menezes, conforme o quadro abaixo.

Sant'Anna

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
Miguel Antonio	Morrinho
Antonio Avelino da Rocha	»
Joaquim Coriolano	»
Jonas Telles de Menezes	»
Francisco Tiburcio Soares	Fazenda Morrinho

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará, p. 220.

[93]- Idem. p.158.

[94]- Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920**. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará, p. 220.

Todavia, não foi perscrutado como esses proprietários adquiriram essas faixas de terras que compunham anteriormente a totalidade da fazenda Morrinho, Mas, é digno de nota ressaltar que os Araújo Costa como era costume na época, casavam-se e dava-se em casamento a seus parentes que eram os Fonteles, Vasconcelos, Silveira, Rocha, Menezes. Por conseguinte, esses casamentos endogâmicos construíram a elite morrinhense, que por séculos formaram a principal oligarquia cidade, e ainda hoje tem forte influência política no Município de Morrinhos. Assim sendo, o topônimo da antiga Fazenda Morrinho, deu origem ao nome do Município de Morrinhos, acrescido o "s" devido aos outros morros que encontra-se dentro de suas extensões.

3.4 FAZENDA AREAL

A Fazenda Areal era inicialmente uma faixa de terra de 900 braças[95] de comprimento, por 452 de largura, a qual recebeu esse nome pela quantidade de areia que havia dentro de suas dimensões, a mesma situava-se vizinho a fazenda Curralinho, entende-se que essa faixa de terra seja uma fração do restante da Sesmaria adquirida pelo Tenente Manoel Ferreira Fonteles no dia 10 de Outubro de 1726[96], sendo que, dessa Sesmaria, duas léguas de comprido com uma de largo havia sido doada a Mateus Mendes de Vasconcelos como dote de casamento com Maria Ferreira Pinto, filha do supracitado coronel, conforme já foi dito acima.

Portanto, entende-se que algum tempo depois essa faixa de terra tenha sido adquirida por Mateus Mendes de Vasconcelos por motivos desconhecidos, mas que, com o casamento de Antonio Mendes de Vasconcelos, o mesmo adquiriu junto a seu Pai Mateus Mendes de Vasconcelos, para que ele uma vez casado, passasse a residir com sua família recém formada, conforme atesta Araújo;

> Antonio Mendes de Vasconcelos filho de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, casado com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Alvares Pereira, no dia 5 de janeiro de 1777 o casal passou a residir numa faixa de terra adquirida junto a Mateus Mendes de Vasconcelos e o mesmo denominou Fazenda Areal. Com o falecimento de sua esposa Ana Joaquina de Jesus, no dia 27 de Agosto de 1795, Antonio Mendes de Vasconcelos casou-se em 2ª núpcias com Teodora Inácia de Menezes, viúva de Antonio Soares Bulcão[97].

---

[95]- COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e Medidas Periodo Colonial Brasileiro: Denominações e Relações. FEA-USP, 1944, p. 3. Uma braça de Sesmaria portuguesa no Brasil Colônia, equivalia a 2,2 Metros, portanto as 900 X 452 braças adquirida por Antonio Mendes Vasconcelos, equivaliam à 1,98 Km X 1,01 Km respectivamente.

[96] ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 113.

[97]- Ibidem. p. 84.

Do casamento de Antonio Mendes de Vasconcelos com Ana Joaquina de Jesus em Janeiro de 1777, desse matrimônio nasceram-lhes os seguintes filhos;

> 1- Francisco Ferreira Gomes, c.c. Maria José de Andrade e Ana Maria da Trindade, 12 de Fevereiro de 1798, na Capela de São José. Deste casal provém da a numerosa família Andrade.
> 2- Antonio Ferreira Gomes, c.c. Maria Inácia da Conceição, filha de Antonio Soares Bulcão e Teodora Inácia Teles de Meneses, a 7 de Setembro de 1811, na Capela São José.
> 3- Ângela Maria de Jesus c.c. Joaquim Pereira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua segunda mulher Maria da Conceição Araújo, a 23 de Outubro de 1797, na Capela de Santa Cruz.
> 4- Maria Alves Pereira c.c Manoel da Silveira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua segunda mulher Maria da Conceição Araújo, a 10 de setembro de 1801, na fazenda Arraial [Areal].
> 5- Vicente Ferreira de Vasconcelos, c.c. Antonia Maria do Espírito Santo, filha de José Pedro da Costa e Antonia Maria do Espírito Santo.
> 6- Manoel Pinto Brandão, c.c. Francisca Tomásia Veras, conhecida por dona Branca, filha de Antonio Alves Ferreira Veras[98].

No dia 27 de agosto de 1795 falece Ana Joaquina de Jesus, primeira esposa de Antonio Mendes de Vasconcelos, tendo então ficado viúvo, ele contrai segundas núpcias com Teodora Inácia Teles de Meneses viúva de Antonio Soares Bulcão, o qual fora assassinado no dia 2 de novembro de 1793 no sítio Jacu, Serra da Uruburetama, por um africano escravizado, sendo que o mesmo estava sobre seu senhorio. Dessarte, Antonio Mendes de Vasconcelos, mesmo depois do segundo casamento continuou morando na Fazenda Areal. Todavia, do segundo casamento dos viúvos, Antonio Mendes de Vasconcelos e Teodora Inácia Teles Meneses, nasceram cinco filhos, os quais são;

> 1- Joaquim Ferreira de Vasconcelos, c.c. Francisca do Espírito Santo.
> 2- Ana Sabino, c.c. José Joaquim de Carvalho, filho de Joaquim José Carvalho e Maria Francisca do Nascimento.
> 3- Francisca das Chagas c.c. seu primo Gabriel Cristovão de Meneses, filho de Gabriel Cristovão de Meneses e sua segunda esposa Rosa de Santa Maria Lins.
> 4- Rosa Maria da Conceição c.c. com o Ten. Cel. José Inácio de Vasconcelos, filho de Inácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros, a 3 de Agosto de 1826, no Sítio Arraial.
> 5- Angélica Maria de Vasconcelos, c.c. Tomás Lourenço de Vasconcelos de Maria, filho de José do Espírito-Santo e Quitéria Maria de Vasconcelos, a 3 de agosto de 1826, na Matriz de Sobral[99].

O casal, José Inácio de Vasconcelos e Rosa Maria da Conceição, bisneto e neta de Mateus Mendes de Vasconcelos respectivamente, visto que, Inácio José de Vasconcelos pai de José Inácio de Vasconcelos, era filho de Ana Maria de Vasconcelos, e esta filha de Mateus

[98]- Ibidem. p.471.
[99]- Ibidem. p. 471.

Mendes de Vasconcelos, por conseguinte, Rosa Maria da Conceição era filha de Antonio Mendes de Vasconcelos e este filho de Mateus Mendes de Vasconcelos.

Após casarem-se, o casal foram viver numa faixa de terra dentro das extensões da Fazenda Areal, a qual José Inácio de Vasconcelos recebera de seu sogro Antonio Mendes de Vasconcelos até então proprietário de uma parte da referida fazenda. Por sua vez, João Pedro de Vasconcelos nasceu no dia 2 de março de 1827, e assim como José Inácio de Vasconcelos, também era filho de Inácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros, posto isto, detinha da mesma da raiz genealógica de seu irmão José Inácio.

De acordo com Araújo, "João Pedro de Vasconcelos casa-se com Maria do Lourença da Frota no dia 12 de julho de 1849"[100], sendo que, Maria Lourença era filha de Galdino Gomes da Frota e "Ana Joaquina da Conceição Vasconcelos, a qual nascera no dia 15 de Setembro de 1810 e falecera à 23 de Fevereiro de 1853[101]".

Ana Joaquina era filha de Félix Francisco de Vasconcelos, e este filho de Manuel Francisco de Vasconcelos, o qual era filho de Mateus Mendes de Vasconcelos. Enquanto que, Galdino Gomes da Frota pai de Maria Lourença, de acordo com Gentil, Lourença "Nascera no dia 08 de Novembro de 1808 e falecera no dia 05 de Julho de 1873, Sábado as 9:00h da manhã, em Santana do Acaraú, aos 64 anos de idade[102]" Por conseguinte, o mesmo era filho do Major Inácio Gomes da Frota, conforme Araújo, o "Major Inácio Gomes da Frota, nascido em 1780, c.c. Ana Maria Joaquina de Jesus, filha do Cap. Manuel Francisco de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, a 28 de Outubro de 1806, do casal nasceram 20 filhos, [...]. Faleceu a 19 de Março de 1859, com 79 anos[103]."

Com base nesses dados, tanto José Pedro de Vasconcelos como Maria Lourença da Frota eram descendentes diretos dos antigos proprietários da Fazenda Areal, ele Bisneto, ela Trineta de Mateus Mendes de Vasconcelos, o qual ainda detinha uma fração da faixa de terra, que havia sido uma antiga Sesmaria solicitada e conseguida por seu sogro, Manoel Ferreira Fonteles, em 1726. Visto que apenas 1,98 Km X 1,01 Km estava sob posse de Antonio Mendes de Vasconcelos, ainda restava 4,02 Km X 4,99 Km, da légua que inicialmente foi dividida ao

---

[100]- Ibidem. p. 471.
[101]- GENTIL, José da Frota, **Genealogias dos Frota**, (São Paulo: Edições Loyola), 1967. p. 189.
[102]**-** Ibidem. p. 110. Apud Arruda, Assis. Genealogia sobralense: **Os Frotas – 1742-1999** – Volume 6, Tomo VI. Sobral, Ce.: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 2000, p. 1794.)
[103]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 123.

ser entregue a referida fração a Antonio Mendes. Do casamento de José Pedro de Vasconcelos e Maria Lourença Frota Vasconcelos, nasceram os seguintes filhos; como atesta Gentil;

> 1- João Agripino De Vasconcelos [...] Morreu solteiro no Amazonas.
> .....
> 2- José Hermínio Da Frota Vasconcelos [...] 1º c.c. Maria José de Vasconcelos, 2º c.c. Maria Filomena de Vasconcelos.
> .....
> 3- Maria Isabel Agripina Da Frota [...] casou-se com João Pedro de Vasconcelos.
> .....
> 4- Francisco Das Chagas Frota Vasconcelos [...] c.c. Teresa Ester Assis Araújo Vasconcelos.
> .....
> 5- Diogo Da Frota Vasconcelos [...] casou-se com a índia Liberata Torcano.
> .....
> 6- Antônio Coutinho Da Frota [...] c. 1.° c. Cândida Portela Bezerra, filho de Francisco Bezerra e de Lúcia Portela. [...]c. 2º c. Tereza Portela Bezerra, irmã da 1a. mulher Cândida.
> .....
> 7- Miguel Da Frota Vasconcelos [...] (Bacurau), casou-se com Antônio [Antônia] Freire, filha de José Freire e de Rosalina Freire (Mãe Dinha). Miguel, n. em 1855 e fal. a 19/08/1938.
> .....
> 8- Teresa Da Frota Vasconcelos [...] 1ª mulher de José Joaquim de Araújo Vasconcelos (Capoeira.)
> .....
> 9- Ana Adélia Frota Vasconcelos [...] (Donana), n. a 13/01/1875, 3. ° mulher de Antônio José da Costa Cysne, n. em Sant'Ana 13/06/1843.
> .....
> 10- Maria Do Carmo Frota Vasconcelos casou-se com José Bento Vasconcelos, filho de Bento José Vasconcelos e de Maria Donata.
> .....
> 11- Francisca Da Frota Vasconcelos, [...] faleceu solteira[104].

Com bases nesses dados, entende-se que provavelmente o casal José Pedro de Vasconcelos e Maria Lourença da Frota Vasconcelos, tenham adquirido uma faixa de terra, por razões desconhecidas, dentro das extensões da Fazenda Areal, e mantido o mesmo topônimo, sendo que mesma possivelmente tenha sido amanhada por seu segundo filho, José Hermínio da Frota Vasconcelos, o qual assumiu o papel de primogênito, uma vez que, João Agripino de Vasconcelos foi morar no Estado do Amazonas, e por lá morreu solteiro, conforme foi supradito.

Por sua vez, José Hermínio Vasconcelos da Frota nasceu em 1850, e casou-se com Maria Filomena de Vasconcelos, provavelmente em 1880, por conseguinte, o casal passou a ser proprietário de uma faixa de terra denominado Fazenda Areal, sendo possivelmente a que pertencia a seus pais ou uma fração da mesma, conforme nos diz Lourival, "José Hermínio de Vasconcelos nascido em 1850, [casado com] Maria Philomena de Vasconcelos, que eram os

[104] GENTIL, José da Frota, **Genealogias dos Frota**, (São Paulo: Edições Loyola), 1967. p. 870.

proprietários da Fazenda Areal, distante dois quilômetros de distância ao lado sul do povoado de Morrinhos, [...] José Hermínio, no dia 17 de Julho de 1927 [faleceu de doença na próstata][105].

Segundo o censo agropecuário do Estado do Ceará de 1920, referente ao município de Santana do Acaraú, pois nessa época Morrinhos era apenas uma Vila do supracitado município, a fazenda Areal está fragmentada e consequentemente dividida em três faixas de terras, sendo que a mesma permaneceu com o mesmo topônimo, percebe-se isso, ao analisar-se no referido censo, o qual descreve os proprietários da seguinte forma;

Sant'Anna

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
José Herminio de Vasconcellos	Areal
Manoel Peregrino	»
Antonio Regino de Vasconcellos	Areal

Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará, p. 220.

Além de José Hermínio de Vasconcelos, o supracitado censo também registra como Proprietário da Fazenda Areal, Manoel Peregrino [de Vasconcelos], o qual, segundo Arruda, fora casado com Maria José[106], sendo que o mesmo era filho de João Peregrino de Vasconcelos e Ana Bienvinda Capistrano de Vasconcelos. Ana Bienvinda Capistrano de Vasconcelos era filha de Joana dos Anjos c.c. João Capistrano de Vasconcelos. Joana dos Anjos da Frota Vasconcelos era filha de Galdino da Frota, filho de Inácio Gomes da Frota e Ana Joaquina de Jesus, sendo esta mesma filha do Cap. Manuel Francisco de Vasconcelos e este filho de Mateus Mendes de Vasconcelos. Por conseguinte, João Capistrano de Vasconcelos era filho de José Inácio de Vasconcelos e Rosa Maria da Conceição, filha de Antonio Mendes de Vasconcelos e este filho de Mateus Mendes de Vasconcelos. Como nos diz Araújo:

> No dia 3 de Agosto de 1826, No Sítio [Fazenda] Areal, casamento de José Inácio Vasconcelos, filho de Inácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros, com sua prima Rosa Maria da Conceição, filha de Antonio Mendes de Vasconcelos e Teodora Inácio de Meneses. Deste casal são filhos:

[105]- ROCHA, Lourival João, (In Memorian), **Histórias que eu sei contar**. Fortaleza; Gráfica e Editora, 2017, p. 24.
[106]- Arruda, Francisco de Assis Vasconcelos. Genealogia sobralense: **Os Frotas – 1742-1999** – Volume 6, Tomo VI. Sobral, Ce.: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 2000, p. 262.

.....

> 6- João Capistrano de Vasconcelos c.c. Ana dos Anjos Frota, filha de Galdino Gomes da Frota e Ana Joaquina de Vasconcelos, a 15 de Agosto de 1850.[107]

O referido censo também registra como sendo proprietário da Fazenda Areal, Antonio Regino de Vasconcelos [de Araújo], filho de João Regino de Vasconcelos e Maria do Carmo Araújo. O memorialista João Lourival Rocha relata que "Joaquim Coriolano Rocha vendeu a Fazenda Areal a João Regino de Vasconcelos, em 1924 por quatro contos de Réis[108]".

Com base nesse relato do supracitado memorialista, entende-se que Joaquim Coriolano Rocha vendeu uma faixa de terra a João Regino de Vasconcelos, a qual também era denominada Fazenda Areal não em 1924, mas sim, no final da última década do século XIX, pois o João Regino Faleceu em 1902, conforme relatado pelo sr. Altamir

> Antonio Regino de Vasconcelos Araújo, era filho do João Regino [de Vasconcelos] e da dona Do Carmo, me pai dizia que ele tina herdado um pedaço da fazenda areal do João Regino, casa do João Regino e depois o Antonio Regino morou ainda tá em pé, é lá no Areal, quando vocês vem pela pista dar pra ver.[109]

Quanto a Joaquim Coriolano Rocha, conhecido como Cafim, o qual nasceu no dia 19 de Janeiro de 1865 e faleceu no dia 25 de Agosto de 1948[110], apesar do nome dele não está registrado no censo agropecuário do Ceará de 1920, sabe-se que ele também possuiu uma faixa de terra com o topônimo de Fazenda Areal, no entanto, permanece escuso com ele adquiriu essa propriedade. Segundo o casal de memorialistas, João Leonardo Silveira e Maria Luzia Rocha Silveira:

> Nas margens do Rio Acaraú próximo a fazenda Morrinho, contam nosso antepassados que veio para estas terras o senhor José Coriolano Rocha, filho do Sr. Joaquim da Rocha e de sua Dona Maria da Rocha residentes em Santa Cruz, hoje município de Bela Cruz, aqui se estabeleceu montando a fazenda Areal [Areal]. [...] A Fazenda Areial [Areal] localizava-se nas divisas no quarteirão Areal, a partir do poço da Arara, hoje poço da cabrita. Ao Sul vai até o Riacho da Sensata, hoje riacho do Sangradouro, próximo ao atual Matadouro Público[111].

---

[107]- ARAÚJO, F. Sadoc de, **Cronologia Sobralense- Séculos XVIII e XIX- 1800-1840**. 2ª edição. Vol. II, Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 164.

[108]- ROCHA, Lourival João, (In Memorian), **Histórias que eu sei contar**. Fortaleza; Gráfica e Editora, 2017, p. 28.

[109]- João Altamir da Rocha, 87 anos, a citação foi dita numa entrevista na residência do mesmo, na localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce, no dia 15/09/2017.

[110]- ROCHA, Lourival João, (In Memorian). *Op. cit.* p. 25.

[111]- SILVEIRA, João Leonardo/ SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e Sua Gente**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda., 2009. p. 46.

Ao analisarmos o relato na página anterior, percebemos que essa faixa terra, a qual Sr. José Coriolano Rocha montou uma fazenda e pôs o nome Fazenda Areal, já existia bem antes deste chegar na fazenda em questão. Pois ao fazermos uma análise mais profunda do contexto em questão, entendemos que a faixa de terra adquirida pelo Sr. José Coriolano Rocha e posteriormente vendida por quatro contos de Réis à João Regino de Vasconcelos era provavelmente uma fração da antiga sesmaria adquirida por Manoel Ferreira Fonteles, que depois foi repassada para seu genro Mateus Mendes de Vasconcelos, e por conseguinte, foi adquirida por Antonio Mendes de Vasconcelos, neto e filho respectivamente de ambos. Entende-se que depois do falecimento dos mesmos, a faixa de terra ficou de posse de seus herdeiros. Porém, possivelmente essa faixa de terra foi adquirida por Joaquim Coriolano Rocha, como dote de casamento, visto que o mesmo casou-se com Maria José de Vasconcelos, filha de José Inácio de Vasconcelos e Rosa Maria da Conceição, bisneto e neta de Mateus Mendes de Vasconcelos, respectivamente.

No ano de 1933 Joaquim Coriolano Rocha fez um inventário e distribuiu suas terras entre seus herdeiros, entretanto, o mesmo deu uma boa esmola para a Paróquia de Sant'ana, a qual a capela de Morrinhos pertenceu até 1942. Como nos diz os memorialistas, João Leonardo Silveira e Maria Luzia Rocha Silveira:

> [...] Sendo por isso mesmo um proprietários de terras, agricultor e criador de respeito. Existe uma versão, como peso de veracidade, contada por seus familiares, que o Sr. Joaquim Coriolano Rocha, ao chegar à idade de 68, na data de 1933, quis promover o inventário de suas terras entre seus filhos, mas antes de fazê-lo, separou uma faixa de terra no centro do povoado, medindo 130 braças de largura por 6 quilômetros de comprimento para o patrimônio da Capela Sagrado Coração de Maria. Deixando as partes laterais da terra para doar entre seus 9 filhos, recebendo cada um, 65 braças de largura com o mesmo comprimento de 6 quilômetros[112].

O mais intrigante desse relato, é o silêncio dos memorialistas sobre como Joaquim Coriolano Rocha, adquiriu essa enorme quantidade de terras, pois José Coriolano Rocha seu pai, quando chegou nas terras que hoje fazem parte o município de Morrinhos, não trouxe abundância de bens matérias, segundo o Sr. Jurandir:

> O Cafim [Joaquim Coriolano Rocha], era irmão do meu avô, o meu bisavô, José Coriolano Rocha, quando chegou aqui, vindo das bandas do Riachão, não tinha nada, num sei como o Cafim arrumou essas terras não, só sei que meu avô, Antonio André da Rocha dizia para nós que quando ele era jovem ele trabalhava na fazenda Areal, lá eles cultivava mandioca, algodão, milho, feijão, batata doce, era muita coisa que eles

[112]- Ibidem. p. 55.

> plantava, disse também que tinha uns nego que trabalhava lá só pela comida, o dono da fazenda dizia que era porque ele não tinha pra que querer dinheiro.[113]

Por ser uma propriedade agropastoril, na fazenda Areal plantava-se diversos legumes para subsistência familiar, criava-se gado de diversas espécies, como era comum nas demais fazendas que deram origem do Município de Morrinhos nos séculos XVIII e XIX. Não obstante, é digno de nota ressaltar que os senhores dessas fazendas utilizava-se mão de obra escrava, como foi citado pelo Sr. Jurandir.

É nítido essa afirmativa ao perceber-se a quantidade de afrodescendentes que moram nas imediações dessas fazendas, os quais ainda hoje habitam em casas de taipa, nas terras cedidas por esses senhores, os afrodescendentes estão se organizando em comunidades quilombolas, com intuito de lutarem por uma melhor qualidade de vida. Na faixa de terras onde havia as extensões da Fazenda Areal, está hoje grande parte da Zona urbana do município de Morrinhos, e um bairro periférico denominado Areal, topônimo da Antiga Fazenda. Conquanto, permanece obscuro como o Sr. Joaquim Coriolano Rocha adquiriu tão grande faixa de terra, a qual segundo João Leonardo Silveira e Maria Luzia Rocha Silveira, abrangeu quase todo o povoado de Morrinhos[114].

3.5 FAZENDA CRÔA

A Fazenda Crôa era uma faixa de terra de aproximadamente 300 braças de comprimento com 125 de largura, localizava-se a margem esquerda do Rio Acaraú, principiava com a Fazenda Curralinho, e findava nas testadas da Fazenda Areal. A Fazenda Crôa no terceiro quartel do século XIX pertencia a João Pedro de Araújo, "João Pedro Araújo, dono da Fazenda Crôa, à margem esquerda do Rio Acaraú, município de Morrinhos[115]".

João Pedro de Araújo era filho de Joaquim de Araújo Costa, o qual era casado com Joana Maria do Nascimento, Conforme Araújo, "Joaquim de Araújo Costa c.c Joana Maria do Nascimento, filha de Antonio Soares Bulcão e Teodora Inácia de Menezes, a 20 de setembro

---

[113]- José Jurandir da Rocha 89 anos, a citação foi dita durante numa entrevista na residência do mesmo, no Bairro São José, Morrinhos-Ce, no dia 17/10/2017.
[114]- SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e sua gente.** Fortaleza- Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda. 2009. p. 47.
[115]- SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Histórias de sua História**. Sobral-Global Gráfica. 2010. p. 66.

de 1805. Joaquim faleceu a 06 de agosto de 1863[116]". Por conseguinte, Joaquim de Araújo Costa era filho de Pedro de Araújo Costa, Português natural de Santa Lucrêcia, de acordo com Freitas:

> O segundo dos três irmãos portugueses, Pedro de Araújo Costa fixou residência na fazenda Morrinho[...], antiga propriedade de seu tio José da Costa e Sá. Casou-se em 1780, com Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira Fonteles. Esta, filha de Manoel Ferreira Fonteles, [...] Pedro de Araújo Costa faleceu a 19 de junho de 1797, com 70 anos[117].

João Pedro de Araújo era neto de Pedro de Araújo Costa e trineto de Manoel Ferreira Fonteles antigo proprietário Fazenda Tucunduba, e das terras que mais tarde seriam a Fazenda Curralinho e a Fazenda Crôa como já foi posto antes. Estima-se que a faixa de terra que formava a Fazenda Crôa fosse uma fração da Antiga Fazenda Morrinho, adquirida por motivos ignotos, e batizada com o topônimo Crôa. João Pedro de Araújo casa-se com Maria José de Araújo no dia 8 de setembro de 1846, conforme Araújo:

> 1846, 8 de **setembro** (3ª feira): Casamento de João Pedro Araújo, filho de Joaquim de Araújo Costa e Joana Maria do Nascimento, com Maria José de Araújo, filha de Antonio Ferreira Gomes e Maria Inácia de Menezes. Deste Matrimônio nasceram:
> 1. Miguel Orcel de Araújo, c.c. sua prima Maria Cândida de Araújo, filha de Vicente Ferreira de Araújo e Teresa Rosalina, a 31 de julho de 1879.
> 2. José Pompílio Araújo, c.c. Teresa Cristina de Moura, filha de Bento José de Vasconcelos e Maria Donata de Meneses, a 27 de setembro de 1871.
> 3. Antonio Acúrcio de Araújo, c.c. sua sobrinha Maria José, filha de João José da Costa e Ana Maria de Araújo, 5 de julho de 1894.
> 4. Francisco Boanerges de Araújo.
> 5. Ana Maria de Araújo c.c. João José da Costa, filho de Luis José da Costa e sua segunda mulher Teresa Inácia da Conceição, a 30 de setembro de 1875.
> 6. Maria Máxima de Araújo c.c. seu cunhado João José da Costa, a 12 de outubro de 1882.
> 7. Maria do Carmo c.c. Miguel Gervásio de Vasconcelos, filho de Vicente Ferreira da Rocha e Alexandrina Alves da Conceição, a 14 de julho de 1870. [...]
> 8. Maria Hermínia c.c. Procópio Soares.
> 9. Maria Carminada, solteira[118]. (Grifo do autor)

Na fazenda Crôa, como nas outras fazendas que deram origem do município de Morrinhos nos séculos XVIII e XIX, haviam plantações de algodão, milho, feijão, mandioca, criava-se gado vacum, cavalar, havia caprinos e ovinos.

No entanto, o que diferenciava a Fazenda Crôa das demais que originaram o município de Morrinhos, era que dentro dos seus limites havia um barro propício para

---

116- ARAÚJO, F. Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 479.
117- ARAÚJO, Vicente Freitas de. **Bela Cruz – Biografia do Município**. Fortaleza: Edição do Autor, 2009- p. 308.
118- ARAÚJO, F. Sadoc de. Vol. III, op. cit. p. 51-52.

construção de tijolos e telhas, potes, alguidares, etc., Conforme Silveira & Silveira, João Pedro de Araújo possuía na Fazenda Crôa alguns africanos ou afrodescendentes escravizados:

> As escravas Cosma e Damiana, irmãs gêmeas eram duas mucamas [...] Foram compradas pelo senhor da casa grande, João Pedro de Araújo, dono da Fazenda Crôa, à margem esquerda do Rio Acaraú, Município de Morrinhos, que também tinha o pelourinho onde haviam argolas de ferro para amarrar os escravos à noite para dormirem. [...] todas [a] escravas [o] dormiam na Senzala[119].

Eram os escravizados que trabalhavam na casa grande, nas lavouras e cuidavam animais, a olaria da Fazenda Crôa foi referência na região por mais de um século, os tijolos e as telhas usadas na construção de casas das terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, como nas circunvizinhanças à partir do terceiro quartel do século XIX, eram provenientes da olaria da Fazenda Crôa, segundo o afrodescendente de 92 anos, Sr. Geraldo Faustino:

> Eu trabalhei tanto com barro que o povo me apelidou de Geraldo bar, eu trabalhei fazendo tijolo e telha na olaria da Crôa, meu Pai Raimundo Faustino também trabalhou lá com barro, mais era mais na agricultura, na Crôa o pessoal conta que a olaria tem 100 ano, depois tal de Dodô morreu a olaria se mudou mais pra perto do Morrim, porque o Acúrcio filho dele trabalhava com gado, mais o povo dizia que era os escravo do Dôdo que fazia us tijolão, as telhona[120].

Nas terras onde eram as extensões da Fazenda Crôa, bem próximo ao Rio Acaraú, existe uma olaria onde muitas pessoas ainda sobrevivem da fabricação de tijolos e telhas, um fato comum, é que muitos dos lá trabalham, são afrodescendentes. A olaria é cedida para eles trabalharem, todavia, as más condições de trabalho e a pouca produção, faz com que esses trabalhadores livres, trabalhem praticamente para alimentarem suas famílias.

Em alguns tijolos construídos na Fazenda Crôa em meados do século XIX, é possível encontrar uma insígnia ainda não identificada, (como se pode observar na figura na página posterior), todavia, estima-se essa insígnia seja marca da família de afrodescendentes que trabalhavam no ofício da olaria. Como dito anteriormente, muitas pessoas, a maioria afrodescendentes, ainda trabalham em olaria nas terras que antigamente pertencia a João Pedro de Araújo. É digno de nota ressaltarmos, que o baixo custo dos produtos, e as péssimas condições de trabalho estão cada vez mais afastando os profissionais que trabalham nessa área,

---

[119]- SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Histórias de sua História**. Global Gráfica. 2010. p. 66.

[120]- Geraldo Faustino, afrodescendente, 91 anos. Entrevista realizada em sua residência na Comunidade Quilombola de Curralinho

FIGURA 02: Tijolo do Século XIX

Tijolo produzido com mão de obra escrava na olaria da Fazenda Crôa no terceiro quartel do séc. XIX, mede 75 cm de comprimento x 40 cm largura, pesa aproximadamente 12 quilos, foi encontrado nas ruínas da Casa Grande da Fazenda, à aproximadamente 300m da olaria. Foto: Fábio Avelino.

No censo agropecuário do Estado de Ceará de 1920 não aparece o topônimo Crôa, o que nos leva a crer que a Fazenda havia sido desmembrada, e as terras eram distribuídas entre os herdeiros após a morte de João Pedro de Araújo. Antônio Acúrcio de Araújo, um dos filhos de João Pedro de Araújo, possivelmente herdou partes das terras da antiga Fazenda Crôa, e pôs o topônimo de Fazenda São Matheus, entendemos ser assim, por que a Fazenda São Mateus foi instalada dentro das extensões territoriais que pertencia a Fazenda Crôa. Corroborando com essa afirmativa está o Censo Agropecuário em questão, no qual encontramos Antonio Acúrcio de Araújo como sendo proprietário de uma faixa de terras denominada Fazenda São Matheus, vejamos;

Sant'Anna

	PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
72	Antonio A de Araujo	Fazenda São Matheus

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará, p. 220.

No lugar da antiga fazenda São Matheus propriedade de Antonio Acúrcio de Araújo, podemos facilmente encontrar as ruínas da Casa Grande, é digno de nota ressaltarmos que não temos informações que a mesma usasse mão de obra escrava nos seus afazeres, todavia, podemos afirmar ela utilizou-se de mão de obra barata, pois as pessoas que foram escravizadas na Fazenda Crôa, propriedade de seu pai, João Pedro de Araújo, continuaram morando nas suas imediações, em casas de taipas, com condições mínimas de habitação, nas terras cedidas pelos dos algozes de seus antepassados.

Após a morte de João Pedro de Araújo, no final do século XIX, a faixa de terra que Compunha a Fazenda Crôa foi fragmentada e dividida entre seus herdeiros. A faixa de terra onde jazia a supramencionada fazenda, foi anexada a localidade de Curralinho de Baixo, onde os proprietários são brancos de origem portuguesa e tem os sobrenomes: Araújo, Mendes, Vasconcelos, Soares e Rocha, os quais, detêm a posse das terras, enquanto que no Curralinho de Cima, moram as famílias afrodescendentes em faixas de terras cedidas apenas para morarem em casas de taipa, sendo lhes há até pouco, proibidos construírem casas de alvenaria.

No local onde fora construída a Casa Grande da Fazenda Crôa, encontra-se apenas ruínas, enquanto que a olaria foi desativa a algumas décadas, deixando várias crateras no local, porém, o barro do local ainda é muito apreciado pelos artesãos que trabalham com barro na região.

3.6 FAZENDA JUNCO MANSO

Inicialmente a Fazenda Junco Manso, surgiu com a fragmentação da Fazenda Salgado após a morte do Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos em 1793, pressupondo-se que uma faixa de terra dentro dos limites da Fazenda Salgado tenha ficado como herança para seu filho, Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, que após seu casamento com Maria Joaquina da Conceição na Fazenda Marco, propriedade de seu tio Francisco Ferreira Fonteles (Rios) o qual fora casado com Inácia Maria da Conceição, dos quais provém a numerosa família Rios, apelido dado a Francisco Ferreira Fonteles, que depois de casado adquiriu uma faixa terra e construiu uma casa entre os dois braços do Rio Acaraú, fundando uma Fazenda e batizando com o topônimo de Marco[121]. A fazenda recebeu esse topônimo por que ficava próxima o marco onde terminava as divisas de uma sesmaria de Manoel Góis Monteiro, um dos primeiros

[121]- ARAÚJO, F. Sadoc de, **Cronologia Sobralense- Séculos XVIII e XIX- 1801-1840**. 2ª edição. Vol. II, Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 219.

colonizadores da Ribeira do Acaraú[122]. O Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos casou-se com Maria Joaquina da Conceição no dia 26 de novembro de 1767, conforme Araújo:

> Na fazenda Marco perante as testemunhas Capitão-mor Manoel José do Monte, Mateus Mendes de Vasconcelos e Luis de Sousa Xerez, com assistência do Pe. João Salvador de Aranda realiza-se o casamento de Manoel [Manuel] Francisco de Vasconcelos, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, [...] e de sua mulher Maria Ferreira Pinto, com Maria Joaquina da Conceição, filha de Luis de Sousa Xerez, natural de Goiana, e de sua mulher Ana Teresa de Albuquerque, natural de Moribeca, Este casal fixou residência na fazenda Salgado, na Ribeira do Acaraú[123].

Uma vez casados e fixado residência na Fazenda Salgado de propriedade de seu Pai, Mateus Mendes de Vasconcelos, Manuel Francisco de Vasconcelos e sua mulher Maria Joaquina da Conceição tiveram os seguintes filhos:

> 1. Ana Maria da Conceição, c.c. o Major Inácio Gomes da Frota, filho de Felipe Gomes da Frota e Josefa Dionísia Linhares, a 28 de outubro de 1806.
> 2. Josefa da Conceição Vasconcelos, c.c. o Alferes João Rodrigues Lima e Maria Soledade, a 25 de novembro de 1800, na Capela da Meruoca.
> 3. Capitão Diogo José de Sousa, c.c. Constância Maria do Carmo, filha de Francisco Ferreira da Ponte e Maria do Carmo do Espírito Santo, a 15 de Julho de 1810, na Matriz de Sobral.
> 4. José Joaquim de Vasconcelos, c.c. Maria Joaquina Santana, filha de Antonio José de Faria e Bernada Rodrigues Coelho, a 27 de junho de 1803, na Matriz.
> 5. Alferes Manoel Inácio de Vasconcelos, casou-se duas vezes. A primeira com Maria José do Espírito Santo, filha do Capitão Manoel Ferreira Fonteles (Filho) e Ana Maria da Conceição, a 25 de julho de 1787, na Capela de Santana. A segunda, com Ana de Araújo Costa, filha de Anselmo de Araújo Costa, e Francisca dos Santos Xavier, a 7 de outubro de 1797, na Capela da Merouca em presença do Frei Vital da Penha.
> 6. Maria Manoela, c.c. José Alexandre da Rocha, filho de Manoel Ferreira Fonteles (Filho) e Ana Maria da Conceição, a 15 de novembro de 1795, na Capela de Santana.
> 7. Felix Francisco de Vasconcelos, c.c. Quitéria Maria de Jesus, filha de Manoel Ferreira Fonteles (Filho) e Ana Maria da Conceição, a 8 de setembro de 1806, na Capela de Santa Cruz.
> 8. Padre Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos, nasceu em 1781 e faleceu, em Sobral, a 18 de Janeiro de 1831.
> 9. Quitéria, Faleceu criança.
> 10. Rita, Faleceu criança[124].

O Major Inácio Gomes da Frota após haver casado com a primogênita do Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, Ana Maria da Conceição, estabeleceu-se numa faixa de terra vizinho as extensões da Fazenda Salgado, possivelmente adquirida como dote de casamento, a qual pressupõe-se que as terras que foi batizada com topônimo de Fazenda Poço Branco pelo casal supramencionado, inicialmente pertencia ao Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos inclusa dentro dos limites da Fazenda Salgado.

---

[122]- Silva, José Alfredo**. In Breve História do Município de Marco**, Prefeitura Municipal de Marco – Ce, Fortaleza, INESP, 2002, p. 37.
[123]- ARAÚJO, F. Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 337.
[124]- Ibidem. p. 337-338.

Do conjúgio do Major Inácio Gomes da Frota e Ana Maria da Conceição, nasceram os seguintes filhos:

1. **MIGUEL FRANCISCO DA FROTA,** [nasceu à] 18/03/1816 e fora batizado na fazenda do Salgado a 10 de maio do mesmo ano pelo franciscano Frei Manuel da Ascensão. Pro-pároco de Sobral de 1842 a 1846, [faleceu em 1882]
2. **PEDRO GOMES DA FROTA**: Nasceu em 1809. Tenente-coronel da Guarda Nacional, negociante matriculado em Sobral, casou-se a 19 de abril de 1849, com **MARIA JACINTA DO MONTE LINHARES**, n. a 8 de setembro de 1830, filha de Antônio Januário Linhares17, casado em 2.as núpcias em Sobral, a 25 de maio de 1827 com Maria Jacinto do Monte. Pedro faleceu em 23 de dezembro de 1887.
3. **MANOEL DE MARIA DA FROTA VASCONCELOS**, [nasceu] [entre1819 e 1820], [...] Manuel de Maria casara-se a 15/11/1849, em Santana do Acaraú, com sua prima **CONSTÂNCIA MARIA DO CARMO**, fal. a 26/11/1911, filha do capitão José Rodrigues Lima e de sua mulher, Úrsula Balbina, [vindo à falecer], "Em 22 de março de 1895, às 4 horas da tarde, em dia de sexta-feira.
4. **JOSÉ FROTA MARIA VASCONCELOS (JOSÉ DA FROTA VASCONCELOS:** Nasceu em dezembro de 1819 e fal. a 17/09/1877. c. em SantAna a 18/08/1836 c. **ISABEL BALBINA PEREIRA DUTRA**.
5. **ALEXANDRE DE MARIA FROTA DE VASCONCELOS:** Nasceu aos 24/05/1822 e fal. a 22-8 de 1872. Foi casado duas vezes: 1. a 27-7 -1843 c. **Ana do Carmo Florinda de Sousa**, n. 18/04/1825 e fal. a 18/07/1851(?), filha de Diogo José da Sousa e de Constança Maria do Carmo; 2.c. **FRANCISCA TEODORA SOARES**,n. 4/04/1835,filha de Ana Luiza Soares (nascida 6/10/1803 e fal. 21/08/1870), casou-se a 23/07/1820 c. José Pedro Soares (filho de Antônio Soares Bulcão,n. 16/02/1761, fal. a 2/11/1793,e de Teodora Inácia de Menezes). José Pedro, n. 17/09/1792 e fal. 6/02/1851.
6. **ANTONINO DA FROTA VASCONCELOS:** Nasceu a 10/05/1811 e fal. aos 28/11/1862, sendo sepultado no cemitério Sant'Ana. Casara-se a 13/09/1833, em casa do pai, na fazenda do Poço Araras ou Buraco das Araras, que possuia também a fazenda de , perto de Inácio que morava no Poço Branco — com **ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO MENEZES** (tia Aninha do Buraco), n. a 26/07/1818 e fal. Pelos fins de 1900, de 17/01/1901.
7. **GALDINO GOMES VASCONCELOS DA FROTA**, n. a 08/11/1808, sábado às 9 hs. Da manhã, em Santana do Acaraú, aos 64 anos. Viveu toda a vida na Fazenda Bom Jardim, no município de Santana do Acaraú, onde criou seus 14 filhos Casou-se duas vezes. A 1ª, a 02/09/1829, em Santana do Acaraú, com **ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS**, n. a 15/04/1810 e fal. a 23/02/1853, Joaquina era, filha de Félix Francisco de Vasconcelos e de Constança Maria do Carmo. A 2ª, a 05/06/1855 com **MARIA DO LIVRAMENTO DE VASCONCELOS**, filha de Inácio José de Vasconcelos e de Joana da Costa Medeiros.
8. **JOÃO GOMES DA FROTA VASCONCELOS**, [Possivelmente faleceu criança].
9. **MARÍA DA PENHA FROTA:** Nasceu a 10/05/1821 e se casou a 28/11/1837 com o comendador **JOÃO TOMÉ DA SILVA**, natural do Acaraú, n. a 11 /02/1815, filho legítimo de Joaquina Maria Pereira da Silva (fal. a 19/07/1838, filha de José Luiz Pereira Brandão, 09/06/1830 com 82 anos de idade) e de Tomé de Sousa e Silva,n. na ilha de S. Tomé, Portugal e fal. a 8 de abril de 1837 com mais de 60 anos. [...]Maria da Penha faleceu a 21/08/1877.
10. **MARIA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO FROTA:** Nasceu ern SantAna do Acaraú, casou-se a 12/05/1840 com **JOSÉ INÁCIO FERREIRA DA ROCHA**, este em segundas núpcias, filho de Manuel Ferreira da Rocha e Maria Joaquina Teresa de Jesus,
11. **ISABEL GENUINA DA FROTA:** Nasceu a 29/07/1831 e fal. em 20/04/1872, às 7 hs. da manhã. Casou-se a 31/10/1848 com **FRANCISCO FERREIRA DA PONTE E SILVA**, n. a 14/09/1826 e fal. a 26/05/1901, filho do capitão Vicente Ferreira da Ponte e Ana Florência Ribeiro da Silva, n. em 1798 e fal. a 13/01/1829.
12. **RITA REGINALDA DA VERA CRUZ FROTA**, foi a primeira mulher de **JOSÉ INÁCIO FERREIRA DA ROCHA**, filho de Manuel Ferreira da Rocha e de Maria Ferreira Pinto. José Inácio faleceu a 28/05/1892.

13. **MARIA TERESA HEROÍNA DA FROTA.**
14. **FRANCISCA GOMES DA FROTA.**
15. **MARIA DO CARMO FROTA.**
16. **CONSTANÇA CÂNDIDA DA FROTA**
17. **MARIA DA FROTA**
18. **ANA DA FROTA[125].** (Grifos do Autor).

O Major Inácio Gomes da Frota e Ana Maria da Conceição, além de possuírem a Fazenda Poço Branco, possuíam também a Fazenda Poço do Araras ou Buraco das Araras, as quais eram vizinhas, enquanto que, a Fazenda Araras era próxima há um afluente do Rio Acaraú de mesmo topônimo, sendo que nas terras da antiga Fazenda Araras, encontra-se hoje a localidade Araras do Município do Marco, distante à aproximadamente oito quilômetros da sede do município supracitado, enquanto que, a antiga Fazenda Poço Branco, hoje é uma localidade do Município de Morrinhos. No entanto, o sexto filho, Antonino Gomes da Frota após casar-se com Ana Joaquina da Conceição Menezes no dia 13 de setembro de 1833 na Fazenda Poço da Arara de propriedade de seu Pai, Major Inácio Gomes da Frota, adquiriu por razões incógnitas, uma faixa de terra possivelmente fracionada da Fazenda Poço Branco e Fazenda Poço do Araras, visto que a Fazenda Junco Manso, a qual foi batizada com esse topônimo, ficava entre elas, como ainda hoje está entre as respectivas localidade. Arruda nos conta que após instalarem-se na Fazenda Junco Manso, o casal tiveram os seguintes filhos:

1. **MANUEL DA FROTA MENEZES:** Nasceu a 20/04/1837 e desapareceu aos 15/02/1840 da fazenda Poço das Pedras, roubado por uns ciganos.
2. **ANTÔNIO AUGUSTO DA FROTA MENEZES:** Nasceu a 17/09/1838 e se c. a 29/11/1873 c. **DALINDA EMÍLIA DE MESQUIT**A, no Recolhimento da Glória no Recife, filha de Joaquim Gilceno de Mesquita e de Monolina Rosa. Antônio era advogado no Recife mas, por desavenças conjugais, mais tarde veio morar em Fortaleza com a sobrinha Cândida e outros parentes.
3. **MARIA DO ESPÍRITO SANTO FROTA:** Nasceu a 15/06/1840 e fal. a 17/11/1916. Casou-se em S. Ana a 7/05/1857 com **JOSÉ PEREIRA DUTRA DE VASCONCELOS** [Filho de Joaquim Pereira Dutra e Angélica Mendes de Vasconcelos, filha de Antonio Mendes de Vasconcelos e Teodora Inácia de Menezes].
4. **ANA SENSATA DA FROTA:** Da Ordem Terceira de N. Sá. do Carmo. N. 30/12/1841 e fal. 26/06/1916 em l Sobral.
5. **ISABEL DE MARIA FROTA:** Da Ordem Terceira de N. Sá. do Carmo, n. em S. Ana, [na Fazenda Junco Manso], aos 9/03/18[18] e fal. em Sobral aos 27/03/1916.
6. **JOSÉ AUGUSTO DA FROTA MENEZES:** Nasceu a 4/01/1845 *em S.* Ana e falecido solteiro em Fortaleza a 7/07/1900, voluntário da guerra do Paraguai.
7. **FRANCISCO LAURINDO DA FROTA MENEZES:** Nasceu a 8/03/1847 e fal. em 26/06/1906 em Sobral.

[125]- GENTIL, José da Frota, **Genealogias dos Frota**, (São Paulo: Edições Loyola), 1967. p. 870. *Apud* Arruda, Francisco Assis Vasconcelos. **Genealogia sobralense: Os Frotas – 1742-1999** – Volume 6, Tomo VI. Sobral, Ce.: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 200, p. 167 *et seq.*

> 8. **JOÃO AUGUSTO DA FROTA (Pe) -** Nasceu em [Fazenda Junco Manso] Sant'Ana do Acaraú[126] (Ceará) a 24/01/1849 e faleceu em Fortaleza a 2/04/1942. Matemático de renome, reputado orador sacro, latinista, filólogo, grande conhecedor da ciência astronómica. Foi discípulo do célebre astrónomo Padre Secchi, diretor do Observatório Astronómico do Vaticano.
> 9. **MIGUEL DA FROTA MENEZES:** Nasceu a 27/10/1850 e fal. 15/12/1851.
> 10. **MARIA DO CARMO FROTA:** Nasceu a a 12/06/1852**,** casou-se em Sobral aos 19/01/1867 com **Raimundo Rodrigues Lima**, n. em S. Ana a 1- 7- 1841, filho de Francisco Rodriguas Lima, de S. Ana, e de Francisca das Chagas de Jesus (Mocinha), também de S. Ana.
> **TERESA CRISTINA FROTA:** Nasceu a 15/10/1853, c. ern Sobral a 25/11/1871 c. Joaquim Lopes Cavalcanti, seu primo, filho de Antônio Lopes Freire e Mariana Calvalcanti; fal. em Fortaleza. 14 /11/1940.
> 11. **CÂNDIDA ARGENTINA DA FROTA MENEZES:** Irmã Maria Angélica da Cruz, em religião, n. a 27/10/1855, em 15/10/1898 sito do Bom Pastor no Rio, das mãos do Mons. José Cruz Saldanha, capalão (*sic)* juntamente com a cearense Rosa de Jesus Rocha. Fal. a 13/12/1... na Bahia como superiora de todas as casas do Brasil[127]. (Grifos do autor)

Os filhos de Antonino Gomes da Frota continuaram a proliferação do sobrenome Frota na região da Ribeira do Acaraú, alguns permaneceram nas terras que hoje fazem parte do munícipios de Morrinhos, pois os Antoninos como ficaram conhecidos os filhos e netos de Antonino Gomes da Frota, participaram da construção do povo que hoje tem o gentílico de morrinenhse[128].

Não obstante que, dos filhos de Antonino Gomes da Frota é digno de nota ressaltar, o Pe. João Augusto da Frota, o qual, nasceu na Fazenda Junco Manso, propriedade de seu pai, Antonino Gomes da Frota, em 1849, vindo à falecer em Fortaleza no ano de 1942[129], As terras que compunham a Fazenda Junco Manso estão hoje dentro dos limites geográficos do Município de Morrinhos. O Pe. João Augusto da Frota foi um conhecido matemático de sua época, estudou astronomia com o famoso astrônomo Italiano Pe. Angelo Secchio, foi membro da Academia Cearense de Letras, e fundador membro do Instituto do Ceará[130], foi também um ferrenho abolicionista do Ceará, e um excelente orador.

---

[126]- O Pe. João Augusto da Frota nasceu na Fazenda Junco Manso, a qual no ano do nascimento do mesmo, 1847 fazia parte do município de Sobral, visto que Santana do Acaraú só iria ganhar o status de Vila, com denominação de Curral Velho em 1862, enquanto que, a elevação do localidade à categoria de município ocorreu por meio da Lei 1 740, de 30 de agosto de 1876, com a denominação de Santana. Nas terras onde localizava-se a Fazenda Junco Manso, hoje há uma localidade do município de Morrinhos com o mesmo topônimo.

[127]- Arruda, Francisco de Assis Vasconcelos. Genealogia sobralense: **Os Frotas** – 1742-1999 – Volume 6, Tomo VI. Sobral, Ce.: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 200, p. 188.

[128]**-** SILVEIRA, João Leonardo/ SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e Sua Gente**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda., 2009. p. 34.

[129]- FROTA, João Augusto da, padre (1849-1942). **Os mortos do Instituto em 1942**. t. LVI, 235-239. Disponível em *«Índice da Revista do Instituto do Ceará»*. *institutodoceara.org.br/*

[130]- Relação dos Sócios do Instituto do Ceará. Disponível em: *«Relação de Sócios do Instituto do Ceará» institutodoceara.org.br*

Após a morte de Antonino Gomes da Frota em 1862, aconteceu um processo de fragmentação das terras que inicialmente compunha a Fazenda Junco Manso, modo semelhante ao que adveio com as demais fazendas que deram origem do Município de Morrinhos. No início do século XIX, estima-se que a faixa de terra que integrava a Fazenda Junco Manso tinham aproximadamente 400 braças de largura, com 600 de comprimento, tudo isso, as margens direita do Rio Acaraú, principiava com as terras de seu pai, Major Inácio Gomes de Vasconcelos, e findava nas terras de seu primo Joaquim Ferreira Rios, filho de Francisco Ferreira Fonteles (Rios)[131]. Na supramencionada fazenda, como nas demais da região, plantava-se feijão, milho, mandioca, batata doce, arroz, algodão. Criava-se gado vacum, cavalar, ovinos, caprinos, e animais de carga.

No final do século XIX, a Fazenda Junco Manso era propriedade de José Freitas Rios, filho de Joaquim Ferreira Rios. O senhor Chico Lucas, afrodescendente nativo da fazenda Junco Manso, nos diz que:

> Freitas Rios [também] era vendedor de sal e peixes, e outras coisa, que ele trazia da praia do Acaraú para revenda na Serra Grande [Ibiapaba] [...] adquiriu as terras que hoje é o Junco Manso, depois veio morar na Casa Grande. Até uns anos atrás a casa velha ainda tava uns pedaços em pé, mas a negrada carregava os tijolão [...] o Sr. Freitas não casou nem deixou filho, aí deu as terras pra igreja do Marco[132].

Na década de 50 do século XX, o Sr. Freitas Rios decide vender partes de suas terras e doar o restante para a Paróquia São Manuel de Marco, e foi morar na cidade do Marco. Quanto a inspiração para o topônimo, depreende-se que a Fazenda Junco Manso tinha dentro de seus limites uma planta chamada Junco, corroborando com essa afirmação, nos conta o memorialista Silveira:

> A origem do nome Junco Manso vem de uma planta que existia na região, chamada Junco, que nascia geralmente nas lagoas, onde várias vacas bebiam na lagoa e comiam as folhas dos Juncos. Como as vacas eram muito mansas, [...] [Os proprietários da Fazenda] atribuíam a mansidão das vacas ao fato delas comerem as folhas de Junco, daí [colocaram] o nome [da Fazenda] Junco Manso.[133]

Nas terras que compunham a antiga fazenda Junco Manso, hoje encontra-se uma localidade de mesmo topônimo, localizada à aproximadamente dois quilômetros da sede do Município de Morrinhos, sendo que sua população é majoritariamente afrodescendente. Na

---

[131]- SILVA, José Alfredo. **In Breve História do Município de Marco**, Prefeitura Municipal de Marco – Ce, Fortaleza, INESP, 2002, p.158). p. 37.

[132]- Entrevista Realizada com o Sr. Chico Lucas na localidade de Junco Manso no ano de2008. *Apud* EFMM Carminha Vasconcelos, Alunos do 7º ano**. Diversidade Cultural: Conhecer para Valorizar.** 2008. Morrinhos-Ce.

[133]- SILVEIRA, Geraldo. Morrinhos: **Um pouco de Sua História. Morrinhos-Ce. 1999**, p. 234.

localidade de Junco Manso recentemente foi fundada uma associação de remanescentes de quilombolas, denominada de Associação dos Agricultores Remanescentes de Quilombolas de Junco Manso (ARQUIJUM- CNPJ: 20.507.838/0001-83), a qual, foi criada com o intuito de lutar pela titulação das terras que eles moram, e resgatar e difundir a cultura afro, como também promover à auto-identificação dos moradores da localidade como sendo os remanescentes dos africanos que trabalharam escravizados na Fazenda Junco Manso.

A comunidade dos Remanescentes de Quilombola do Junco Manso até este momento ainda não recebeu a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, porém, o processo está em tramitação, em estágio bastante avançado. Todavia, o sentimento de ancestralidade quanto as suas ascendências africanas já se irradiou na comunidade.

4. ESRAVIDÃO NEGRA NAS TERRAS QUE HOJE FAZEM PARTE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Antes de começar a dissertamos sobre a Escravidão Africana nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, mais especificamente à começar das fazendas agropastoris que deram origem ao município, faz-se necessário usarmos uma metodologia didática de afunilamento, ou seja, para que você, nobre amigo leitor, entenda com maior clareza, iremos contextualizar esse tema começando pela Escravidão Africana no Brasil Colonial, em seguida abordaremos a Escravidão Africana na Capitania do Siará Grande, que por objetivo didático, nesse trabalho será usado o termo Ceará Colonial, e em seguida será abordado o tema na Província do Ceará, a qual, seguindo essa mesma abordagem didática, será chamada apenas de Ceará.

Logo após, discorreremos sobre o tema na Ribeira do Acaraú, à partir de análises de inventários post-mortem, assentos de batismos, atestados de óbitos, dentre outros. Todavia, antes de tratarmos do assunto nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, do Estado do Ceará, iniciaremos à partir do Curato da Vila de Sobral, a qual, recebeu este status em obediência a Carta Régia de 22 de julho de 1766, expedida pelo governador de Pernambuco, Manuel da Cunha Menezes, que ordenou este ouvidor geral e corregedor da comarca do Ceará, erigisse em vila todos os povoados com mais de cinquenta fogos (casas de morada), segundo Araújo, essa carta tinha por objetivo maior, reunir, vigiar e punir os vagabundos e criminosos que viviam à percorrer a Capitania[134]. Contudo, foi através dessa Carta que foi criada a Vila de Sobral com o nome de Vila Distinta e Real de Sobral, o que foi solenemente feito a 5 de julho de 1773, com o levantamento do pelourinho[135].

Começaremos pela Vila de Sobral por percebermos que os proprietários das fazendas agropastoris que deram origem ao município de Morrinhos tiveram uma ativa participação política, social e religiosa nesta Vila. Corroborando com isso, está Manoel Ferreira Fonteles proprietário da Fazenda Tucunduba, a qual foi a primeira fazenda agropastoril a ser instalada nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, onde mesmo foi juiz Ordinário da Ribeira do Acaraú, e fomentador da criação da Vila de Sobral[136]. Todavia,

---

[134]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense, Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª ed. Vol I. Fortaleza: Edições ECOA, 2015, p. 329-330.
[135]**-** GIRÃO, Raimundo. MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1ª Ed, 1939, p. 139.
[136]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 68.

questões censitárias também contribuíram bastante para que nós optássemos por iniciar à partir da Vila de Sobral.

Por fim, abordaremos a Escravidão Africana no município de Santana do Acaraú, mais especificamente nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos. É razoável destacar que o povoado de Morrinho tornou-se Vila pelo ato estadual de 19/07/1897[137], ratificado pelo decreto nº 1.156 de 4 de dezembro de 1933 assinada pelo Interventor Federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, sendo que sua emancipação política foi homologada pela lei número 3.798/57 no dia 6 de Setembro de 1957[138]. Como foi visto, as terras que hoje compõe o município de Morrinhos pertencia ao Município de Santana do Acaraú, e este ao Município de Sobral, o livro "O Santana do Acaraú", nos diz que:

> Alcançando a condição de povoado no dia 03 desse mesmo mês de Novembro de 1862, a Assembleia Provincial por lei N.º 1012, tinha elevado a povoação de Santana, à categoria de vila na do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior todavia, A elevação do Localidade à categoria de Município provém de Lei nº 1.740, de 30 de agosto de 1876, com a denominação de Santana[139].

Posto essa informações acima, também destacaremos que os proprietários da fazendas agropastoris que deram origem ao município de Morrinhos, foram figuras importantes tanto no campo político, quanto no campo religioso do município de Santana do Acaraú, cabendo aqui destacar a participação de Manoel Ferreira Fonteles na construção da Capela matriz de Santana do Acaraú, cuja mesma foi inaugurada no dia 9 de agosto de 1739, sendo que tanto Manoel Ferreira Fonteles, quanto Mateus Mendes de Vasconcelos seu genro e proprietário da Fazenda Curralinho, foram sepultados nesta Capela em 1771 e 1793 respectivamente. Entrementes, assim como na Vila de Sobral, as questões censitárias também influenciaram para que nosso trabalho sobre a escravidão nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos fizessem essas escalas históricas/geográficas antes de focarmos nas terras supramencionadas.

4.1 ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL COLONIAL

Antes de começarmos a tratar sobre escravidão, faz-se necessário definirmos o que é escravidão. Assim sendo, a escravidão pode ser definida como um sistema de exploração de

---

[137]-Histórico de Morrinhos-CE. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/morrinhos/historico Último acesso em: 11/10/2019.

[138]- SILVEIRA, João Leonardo/ SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e Sua Gente**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda., 2009. p. 61.

[139]- **O Município de Santana**, Sobral 1926. p. 178.

trabalho, no qual o indivíduo (escravo) é propriedade do outro, podendo ser vendido, doado, emprestado, alugado, hipotecado ou até mesmo confiscado. A Convenção sobre a Escravatura de Genebra nos diz que a "Escravidão é o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade[140]".

Uma das principais características da escravidão é a subjugação de um ser humano à outro, seja por meio de ameaças, violência física ou psicológica, Pinsky nos relata que:

> A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. Esse tipo de relação não se limita, pois, à compra e venda da força de trabalho, como acontece, por exemplo, no Brasil de hoje, em que o trabalhador fornece sua força de trabalho ao empresário por um preço determinado, mas mantém sua liberdade formal. Na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las[141].

Em meados do século XVI à Coroa Portuguesa precisava de mão de obra para desbravar a sua nova colônia, contudo, é correto afirmar que a mesma já usufruía da escravidão africana, pois, segundo Chiavenato, "Há registros de que, no fim do século XV, Lisboa chegou a ter 10% de negros em sua população[142]". A primeira grande expedição portuguesa à África com o objetivo de aprisionar escravos que se tem registro partiu de Lagos em 1444, chefiada por Lançarote de Freitas que comandando seis navios desembarcaram na ilha de Zaar, onde capturaram vários africanos[143].

No começo do século XVI, cerca de 20% da população de Portugal era formada por escravos africanos, a partir de 1539 entraram no Reino aproximadamente 12 mil escravos a cada ano[144]. O negócio foi tão lucrativo que o Rei D. Manuel I (1495-1521), eufórico pelos bons lucros obtidos nas Navegações e da Criação do senhorio da Guiné, o qual abrangia as possessões portuguesas que se estendiam pelo Golfo da Guiné, humildemente se proclamou "Senhor da Navegação, da Conquista e do Comércio da Etiópia, da Arábia, da Pérsia[145].

---

[140]- Convenção sobre a Escravatura assinada em Genebra, em 25 de setembro 1926, p. 1.

[141]- PINSKY, Jaime, **A Escravidão no Brasil** (Repensando a História). 21ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 7.

[142]- CHIAVENATO, Júlio José. 1939- **O Negro no Brasil: Da Senzala à Abolição**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999. (Coleção Polêmica), p. 28.

[143]- ZARURA, Gomez Eannes de. **Crônica do Descobrimento e da Conquista da Guiné**. Publicado por J. P. Aillaud, Paris, 1841. Introduzida e Ilustrada com algumas Notas por Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (2º Visconde de Santarém).

[144]- CHIAVENATO, Júlio José. op. cit., p. 29.

[145]- FERNANDES, Isabel Alexandra. **Reis e Rainhas de Portugal**. Lisboa, Texto Editora, 4ª Ed. 2001, p. 36.

Quando os colonizadores portugueses invadiram as terras tupiniquins e se depararam com os indígenas pelados na beira da praia, houve um fetiche instantâneo, e algumas coisas prenderam logo à atenção dos colonizadores, Caminha maliciosamente descreveu as "vergonhas tão altas, tão cerradinhas tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, [elas] não tínhamos nenhuma vergonha[146]", diz maliciosamente, por que ao menos três vezes na Carta ele fala das vergonhas das indígenas. Porém, logo o encantou acabou, e a ganância dos colonizadores portugueses falaram mais alto do que seus instintos libidinosos, e a relação tomou outros rumos, digamos, mais lucrativos para a coroa portuguesa.

Para explorar a colônia, era preciso mão de obra, e havendo nativos em abundância, por que não escraviza-los, talvez tenha pensado os colonizadores portugueses, e assim eles fizeram, capturaram milhares e milhares de índios submetendo-os a servidão. O artigo 23 do Regimento do Governador-geral do Brasil de 17 de dezembro de 1548, elaborado a mando de D. João III, e trazido ao Brasil por então Governador-Geral do Brasil Tomé de Sousa, no qual continha os princípios de nortear a administração colonial do Brasil por Portugal, diz que a "Principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica[147]", o que na prática significava conquistar o índio para cristianizar, acarretando na escravização indígena como ferramenta para explorar a colônia.

Enquanto não se organizou a escravidão africana, o índio foi crucialmente importante para o processo de colonização, tanto como escravo, quanto como aliado. Nos primeiros trintas anos, as terras da nova colônia recebeu pouca atenção, efetivamente o processo de colonização começou pela ocupação da terra e a escravização dos indígenas, no Tratado da Terra do Brasil, Pero Magalhães Gândavo, registrou que:

> Os moradores desta costa do Brasil todos têm terras de sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães da terra, e a primeira cousa que pretendem alcançar, são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra: e uma das cousas por que o Brasil não floresce muito mais, é pelos escravos que se alevantaram e fugiram para suas terras e fogem cada dia: e se estes

---

[146]- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do Descobrimento do Brasil**. Porto Seguro, 1º de Maio de 1500. Fundação da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 11/11/2019.

[147]- **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil**, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Acesso em: 11/11/2019. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf

> índios não foram tão fugitivos e mudáveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil[148].

Os indígenas foram primeiramente escravizados justamente por ser a mão de obra disponível em grande quantidade para que os portugueses pudessem explorar a Colônia. A escravização dos indígenas era mais barata, Porém, uma série de fatores tornavam-na mais complicada de sustentar-se. Primeiro, havia uma questão cultural**,** pois os indígenas não estavam acostumados com uma rotina de trabalho que visasse a produção de excedentes, já que sua cultura de trabalho era a de subsistência. Além disso, há o fato de que o trabalho na lavoura, pois que nas sociedades indígenas, este trabalho comumente realizado pelas mulheres. Outro complicador relacionava-se com a questão demográfica, visto que as populações de indígenas, principalmente as do litoral, reduziu-se sensivelmente na medida em que avançava a colonização portuguesa. Isso se explica pelo fator biológico, pois doenças trazidas pelos portugueses eram fulminantes para os nativos, mas também pelos conflitos com os portugueses e pela escravização, os quais resultavam na morte de indígenas aos milhares.

FIGURA 03: O Caçador de Escravos (Óleo sobre Tela), Jean-Baptiste Debret.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital Acesso: 12/11/2019

As fugas também eram uma questão relevante, pois os indígenas, que possuíam amplo conhecimento do território, conseguiam fugir e dificilmente eram recapturados. Por

[148]- GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasi**l. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 53.

último, há a questão dos jesuítas**,** que criavam dificuldades para a escravização dos indígenas pelos colonizadores.

Entrementes, a escravidão indígena só interessou realmente aos primeiros colonos, contra ela ficaram a Coroa portuguesa, a Ordem dos Jesuítas, os quais, direto ou indiretamente estavam envolvidos com o tráfico de escravos da costa africana, e claro, os próprios mega-traficantes que não queriam concorrência. Enfim, vários fatores contribuíram para que os colonizadores portugueses optassem pela escolha do escravo africano ao invés do indígena, Fausto nos conta que:

> A escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles[149].

Como vimos acima, a cultura indígena era incompatível com trabalho forçado, intensivo e compulsório que os colonizadores lhes submeteram, eles apenas faziam o necessário para sobreviverem, não lhes interessam o acúmulo demasiado. Um fator outro a ser destacado que influenciou bastante para que a escravidão indígena ficasse em segundo plano, foi a forte oposição das Ordens Religiosas, cabendo registar aqui, a Ordem dos Jesuítas, a qual era contra a escravidão indígena basicamente motivada por suas concepções missionárias, ou seja, transformar através do ensino, os indígenas em bons cristãos, o que acarretava também em adequar os indígenas aos hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colônia. O Padre Antônio Vieira ministrou um sermão onde deixa latente sua posição contra a escravidão indígena, vejamos:

> Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio[150].

---

[149]- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996, p.28.
[150]- VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermões.** Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

Ao analisarmos o texto acima percebemos, mais um dos acalorados sermões do Pe. Antônio Vieira, no qual, o mesmo ousou fazer uma alegoria da condição dos indígenas escravizados que trabalhavam nos engenhos de açúcar da Bahia no século XVII, com a Paixão de Cristo. É digno de nota ressaltarmos o mérito que as ordens religiosas tiveram em tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos portugueses, porém, não devemos menosprezar o fato de que muitos deles não tinham qualquer respeito pela cultura indígena.

Além dos fatores citados acima, um dos motivos mais pertinentes para o fim da escravidão indígena que durou aproximadamente 221 anos, foi a resistência dos índios, a condenação da Igreja e a expansão da agricultura da cana de açúcar, a qual gerava muitos lucros para os senhores de engenhos, proporcionando-os a comprarem mais escravos africanos, o que significava mão de obra qualificada para a indústria açucareira.

Todavia, as lei que puseram fim a escravidão indígena foram promulgadas por Marquês de Pombal nos anos de 1755 e 1778, respectivamente. Contudo, a substituição da predominância indígena para a africana na composição da força de trabalho escravo aconteceu aos poucos e ao longo de aproximadamente meio século, Schwartz nos afirma que:

> Quando os senhor de engenho, individualmente, acumulavam recursos financeiros suficientes, compravam alguns cativos africanos, e iam acrescentando outros à medida que e crédito tornavam-se disponíveis. Em fins do século XVI, a mão de obra dos engenhos eram mista do ponto de vista racial, e a proporção foi mudando crescentemente em favor dos africanos importados e sua prole. Nas décadas de 1550 e 1560 praticamente não havia cativos africanos nos engenhos do Nordeste[151].

No Brasil, os negros foram introduzidos através das companhias de tráfico negreiro, que eram responsáveis pelo abastecimento regular dos portos da Bahia, Rio de Janeiro e Recife, contudo, não se tem um número exato da quantidade de escravos recebidos, como também, da procedência, pois, a captura dava-se em qualquer parte do território africano e esses negros eram embarcados sem a discriminação da tribo e do local de captura, juntamente com os demais que já haviam sido capturados e embarcados.

Tudo isso, deveu-se à falhas na documentação desses carregamentos, porém, os estudiosos do tráfico negreiro, passaram a comparar as características culturais apresentadas ao chegarem ao Brasil, com os padrões de cultura das regiões de captura ou do seu habitat. Estima-

[151]- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos na sociedade colonial, 1550-1635**. Tradução Laura Teixeira Mota. Companhia das Letras- São Paulo, 1988.

se que em 1538, chegavam os primeiros escravos, num carregamento regular de tráfico, num navio de Jorge Lopes Bixorda, segundo nos informa Afonso d'E. Taunay[152].

Com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, houve uma autorização para que os senhores de engenho comprassem e introduzissem escravos africanos da Guiné e da ilha de São Tomé. Mesmo com alguns protestos o tráfico continuou na Bahia, São Vicente e em todas as capitanias. Houve uma grande entrada de negros advindos da Guiné, do Congo, de São Tomé, Moçambique e de outros pontos da África. As estimativas variam de 50 a 60.000 negros anuais, o que dá 5 a 6 milhões por século ou 4 a 18 milhões para os três séculos de tráfico regular[153].

Todavia, como foi dito anteriormente a região de proveniência dos africanos que foram capturados e trazidos ao Brasil, dependia de vários fatores, entre os quais estavam a organização do tráfico, as condições locais na África, e em certo grau, a preferência seletiva dos compradores brasileiros. Fausto nos relata que:

> No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século[154].

Esses números se distribuíram em proporções desiguais pelas várias Capitanias do Brasil Colonial e Províncias no Brasil Imperial. Para os campos agrícolas de cana-de-açúcar e de algodão, no Nordeste, da cana de açúcar e café, no Rio de Janeiro e São Paulo, os trabalhos de mineração em Minas Gerais e os serviços domésticos e de "ganho" em todos os pontos do Brasil, nas capitais e cidades costeiras. O quantitativo da população escrava era mais significativa em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, seguindo-se os demais Estados.

Os principais centros importadores de escravos foram Salvador, Recife e o Rio de Janeiro. Os traficantes baianos utilizaram se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no recôncavo[155]. Com a descoberta do ouro por grupos de paulistas, no

---

[152]- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **"Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil colonial**", in *Anais do III Congresso de História Nacional*, vol. III, Rio de Janeiro, 1941.
[153]- COLÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império**, Rio de Janeiro, 1927, cap. IX, p.283.
[154]- FAUSTO, Boris. **Escravidão no Brasil**. EDUSP. São Paulo, 1996, p. 29.
[155]- Ibidem, p. 29.

interior da América portuguesa, região hoje conhecida como Minas Gerais, ocorrida em algum momento entre os anos de1693-1695,[156] gerou um aumento na demanda por escravos no Brasil, propiciando um incremento na partida de navios negreiros a partir do porto de Salvador.

Logo a Bahia tornou-se um dos maiores centro abastecedores de mão-de-obra escrava para a região aurífera. Foi lá também onde mais se concentrou a grande massa de escravos no Nordeste. O tráfico foi dominado por navios da Bahia e de Pernambuco, que, graças ao fumo, principalmente, concorriam vantajosamente com os traficantes de escravos portugueses, escorrendo para a capital brasileira as maiores cifras do comércio escravista

No início do século XIX, Salvador tinha tantos escravos de origem africana, que o médico e explorador alemão Robert C. Avé-Lallemant, na sua Viagem pelo Norte do Brasil, chegou a afirmar que se ele não soubesse que Salvador ficava no Brasil, ele facilmente poderia pensar que estava numa capital de algum país da África, pois tudo parecia negro, e que:

> Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não soubesse que ela ficava no Brasil, poder-se-ia tomá-la, sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro[157].

Todavia, com a descoberta do ouro no final do século XVII, e o desenvolvimento das atividades comerciais em meados do século XVIII, a cidade Rio de Janeiro viveu um momento significativo em consequência do trânsito de metais preciosos e de escravos, tornando-se o maior centro abastecedor de mão de escrava, ultrapassando Salvador, na Bahia.

Entretanto, inicialmente, a cidade do Rio de Janeiro não foi beneficiada com a descoberta do ouro nas Minas Gerais. A população passou por um período de encarecimento dos alimentos e da mão de obra africana, diante das necessidades da região aurífera[158]. Os rebanhos de bois e os comboios de mulas circulando por caminhos distantes do Rio de Janeiro complicavam mais ainda o abastecimento.

---

[156]- BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 61.

[157]- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: INL/ Ministério da Educação e Cultura, 1961.

[158]- Região onde há reservas de ouro, ou que está sendo extraído ouro.

FIGURA 04: Lavagem do minério de ouro, proximidades da montanha de Itacolomi.

Fonte: Johann Moritz Rugendas. Disponível em: https://ensinarhistoriajoelza.com.br/mineracao-sob-olhar-de-rugendas/Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues

Tal situação foi modificada quando Gabriel Rodrigues Pais, preocupado em fiscalizar e controlar a circulação do ouro, a arrecadação dos impostos e o contrabando frequente, ordenou a abertura de outro trajeto. Esse percurso, chamado de Caminho Novo, acrescentou à vocação marítima e atlântica, onde os navios metropolitanos passaram a frequentar regularmente o Porto de Valongo, transportando para a sede do Reino de Portugal ouro e depois diamantes, e trazendo para a colônia gêneros alimentícios, tecidos, e claro, escravos, muitos escravos vindos da costa da África. O sucesso do econômico da cidade do Rio de Janeiro foi tão abundante, que em 1793 ela se torna a capital da colônia.

Apesar do enorme montante de africanos que foram capturados e trazidos ao Brasil, não se pode dizer que os escravos africanos tenham sofrido uma catástrofe demográfica tão forte quanto a que quase dizimou os índios. Fausto no conta que:

> Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino, ao nascer, em 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de

> 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos[159].

Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé (atual Benim), eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela importação[160].

Faz-se importante aqui destacarmos, que nem a Igreja e muito menos Coroa se opuseram à escravização do negro. Um dos primeiros Papas a apoiar ativamente a escravidão africana foi Nicolau V (1397-1455), em sua Bula Dum Diversas (1452), dirigida ao Rei Afonso V de Portugal, nas quais a Igreja Católica concedia entre outros direitos, o de reduzir à escravatura perpétua os habitantes de todos os territórios africanos a sul do Cabo Bojador, situado na costa do Saara Ocidental, então dominada pelos Sarracenos[161] Marroquinos. O Papa Nicolau V, através desta Bula, afirma que:

> (...) Outorgamos por estes documentos presentes, com a nossa autoridade Apostólica, permissão plena para invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos, e outros infiéis e inimigos de cristo onde quer que se encontrem, assim como seus reinos, ducados, condados, principados e outros bens (...) e para reduzir suas pessoas a perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e de seus sucessores, os réis de Portugal, em perpétuo os supramencionados, reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (...)[162]

Abençoado, Portugal prossegue em sua saga santa, cedendo seus navios ao transporte do poder papal, que se articula ao poder temporal do rei português. Assim reforçado, o reino espalha feitorias pelo golfo da Guiné, rebatizado de Costa dos Escravos. Em 1455 Nicolau V publicou uma outra bula dirigida a D. Afonso V, a "Romanus Pontifex" que reafirma o texto da bula Dum Diversas ao dizer que:

> Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, dentre outras, de invadir, conquistar e subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. Por esta mesma faculdade, o mesmo D. Afonso ou, por sua autoridade, o Infante legitimamente adquiriram mares e terras, sem que até aqui ninguém sem sua permissão neles se intrometesse, o mesmo devendo suceder a seus sucessores. [...] De modo próprio, e depois de amadurecida reflexão, em plenitude do poder apostólico, queremos como para quanto posteriormente pode ou possa ser conquistado aos infiéis

---

[159]- FAUSTO, Boris. **Escravidão no Brasil**. EDUSP. São Paulo, 1996, p. 31.

[160]- Idem, op. cit. p. 31.

[161]- No texto é utilizado o termo Sarracenos (do grego: "*sarakenoi*"), era uma das formas com que os cristãos medievais designavam genericamente os árabes ou os muçulmanos. As palavras "islão" e "muçulmano" só foram introduzidas nas línguas europeias no século XVII.

[162]**-** V, Nicolau**. Bula Papal Dum Diversos**. Vaticano. Itália, 1452. Apud SUESS, Paulo. **A Conquista Espiritual da América Espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

> e pagãos, províncias e ilhas, portos e mares, incluindo ainda a conquista desde os cabos do Bojador e Não até toda a Guiné e, além dela, toda a extensão meridional; tudo declaramos pertencer de direito *in perpetuum* aos mesmos D. Afonso e seus descendentes, e ao Infante. Determinamos e declaramos que o mesmo Rei Afonso, e seus sucessores, e o Infante poderão livremente e licitamente estabelecer naqueles, tal como nos outros seus domínios, proibições, estatutos e leis mesmo penais, assim como tributações, tanto nas terras já adquiridas como nas que venham a adquirir. Poderão fundar nessas terras igrejas ou mosteiros para lá enviar eclesiásticos seculares e, com autorização dos superiores, regulares das ordens mendicantes, sendo lícito a tais eclesiásticos ali exercer suas funções e jurisdição própria. E também que sem especial licença do mesmo Rei Afonso e seus sucessores e Infante ninguém, direta ou indiretamente, se intrometa na atividade do tráfego ou navegação dessas partes, ou por qualquer forma tente impedir a sua pacífica posse. Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, seja excomungado, só podendo ser absolvido se, satisfeitos o Rei Afonso e seus sucessores ou Infante, eles nisso concordarem[163].

Essas bulas não constituíram apenas uma licença moral e religiosa para uma colonização travestida de evangelização, elas foram, antes de tudo isso, a garantia do monopólio do tráfico negreiro, que dentro da política econômica mercantilista da época, funcionava com base para a organização da mão de obra nas colônias e do comércio posterior.

A parceria Igreja e Estado servia, principalmente, para justificar a ideologia do sistema colonial em relação à escravidão negra especificamente, segundo a análise de Hoornaert et al: "A religião funcionava na maioria dos casos como uma lavagem cerebral no sentido de inculcar nos escravos as virtudes da obediência servil, da paciência passiva, da dependência, da entrega de sua dignidade[164]. Para abençoar a escravidão africana, a Igreja Católica, usou vários argumentos à fim de justificar o cativeiro. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião.

Além das injustificadas explicações econômicas e históricas em relação à escravidão dos povos africano, as teorias da maldição divina também foram um instrumento bastante utilizado pela Igreja Católica, Protestante, e pela sociedade colonial em formação para expiar de suas consciências o tratamento desumano que submetiam os negros da África.

Na época das primeiras invasões europeias ao continente africano, iniciada por Portugal em meados do século XV, eram difundidas popularmente pelos menos três teorias sobre uma suposta maldição divina sobre os povos negros da África. Azzi nos informa que uma

---

[163]- V, Papa Nicolau. **Bula Papal Romanus Pontifex**. Vaticano, Itália. 1455. Tradução Paulo Brabo, Disponível: http://www.baciadasalmas.com/2006/bula-romanus-pontifex/ Acesso: 16/11/2019.

[164]- HOONAERT Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 257.

delas afirmava que os africanos eram considerados descendentes de Caim, assim, "traziam ainda na carne a maldição divina ao primeiro homicida da humanidade"[165], ou seja, o excesso de melanina na pele era o sinal da herança do castigo de divino, e que só com a cristianização dos negros africanos, o castigo penitente da escravidão poderiam expurgar esse pecado.

Outra teoria bastante disseminada era de que os africanos eram descendentes de Cam, o zombeteiro, filho de Noé[166], o qual, após tornar pública a nudez de seu pai, teve seu filho Canaã amaldiçoado, e sobre este lhe cair ser para sempre escravos de seus irmãos. Sobre essa teoria da maldição divina, Azzi nos dar conta que:

> Os africanos eram os descendentes de Cam, o filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira, como o restante do mundo fora destruído pelo dilúvio, segundo a tradição judaica, "a maldição de Noé parecia ser ainda a mais atuante: daí serem os negros da África considerados com frequência como descendentes de Cam que, por isso, também deviam pagar sua conduta reprovável com a maldição da escravidão[167].

Estas narrativas bíblicas descontextualizadas foram utilizadas de forma indevida na religiosidade popular da sociedade colonial em formação, na qual, ainda que não intencionalmente, objetiva isentar os portugueses de qualquer culpa, pois a escravidão, numa espécie de Calvinismo Social, fazia parte da predestinação dos africanos. Aproveitando-se destas narrativas bíblicas enviesadas os colonizadores luso-brasileiros passaram a se considerar como justiceiros divinos, o braço escolhido por Deus para aplicar à raça negra o castigo divino, e consequentemente dar-lhes uma chance de conhecer a verdadeira religião, e depois morrer de tanto sofrimento, ascender aos céus. Contudo, estas interpretações propagadas popularmente, nem sempre teve a benção oficial da Igreja, todavia, muito pouco ela fez para evitar sua disseminação.

Ainda hoje existem religiosos servindo-se dessa retórica racista, os quais, assim como na Idade Média, usam narrativas bíblicas veterotestamentárias, afim de justificar o processo de escravização dos povos da África pelos europeus, as pestes, a fome, doenças, guerras étnicas. O Deputado Federal e pastor neopentecostal, Marcos Feliciano, presidente da instituição religiosa, Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, tomando posse deste discurso, em sua conta no Twitter no ano de 2011, diz que os "Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é polêmica, logo em seguida ele

---

[165]- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.
[166]- Bíblia Judaico-Cristã. Gênesis 9: 20-27. Não sabemos se Canaã participou pessoalmente do pecado de seu pai, Cam, todavia, é possível, que Canaã tivesse visto a nudez de seu avô primeiro, e depois foi relatar a seu pai.
[167]- Azzi, Riolando. Op. cit. p. 29.

acrescenta que sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids, fome[168]. Apesar desta declaração ser dita em 2011, o Pastor Marcos Feliciano, continuou com o mesmo discurso, pois o mesmo durante uma entrevista num programa religioso em 2016 reitera a mesma narrativa, ao reafirmar que todos os problemas sociais do continente africano, está estreitamente relacionada com a maldição que Noé lançou sobre seu filho Cam, e que recaiu sobre seu neto Canaã[169].

Esse tipo de discurso apesar de ser antigo, está cada vez mais comum na atual conjuntura política do Brasil, na qual religiosos principalmente evangélicos, alinhados a políticos de extrema direita, usam de narrativas bíblicas descontextualizadas para justificar, mascarar problemas de natureza social, atrelando-as questões espirituais/culturais, com a intenção de expurgar tudo e todos aqueles que discordam dos seus projetos de poderes.

Fechando esse parêntese e retornando ao tema em questão, no Brasil Colonial, ordens religiosas como a dos Beneditinos e dos Jesuítas estiveram entre os grandes proprietários de cativos africanos. Pois como a escravidão era uma instituição nacional e estrutural na sociedade colonial brasileira, até a Igreja precisava de mão de obra escrava para sua manutenção, utilizando-a em suas fazendas, colégios, pois dificilmente as ordens religiosas iriam subsistir, já que era inútil esperar apoio governamental, apesar dos compromissos firmados pelo padroado, no qual, a Coroa Portuguesa colaborava com os missionários através da doação de terras, fazendo com que eles se tornassem paulatinamente senhores de grandes latifúndios e inúmeras fazendas, principalmente no Norte do país.

Muitas, senão todas as instituições eclesiásticas, por motivos semelhantes ao indicado, seguiram pelo mesmo caminho e aceitavam a escravidão[170]. Os favorecimentos foram tantos que muitas que muitos religiosos se tornaram senhores de engenho ou criadores de gado. Na concepção do padre jesuíta Antônio Vieira, era impossível pensar o colonialismo português no Brasil sem a contribuição do braço escravo de origem africana. Nessa perspectiva, muitos de seus sermões dirigidos à comunidade negra apresentavam um sentido pedagógico

---

[168]- Pastor Marcos Feliciano diz que os Africanos são amaldiçoados. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm. Acesso: 25/01/2020.

[169]- Marcos Feliciano reitera que os Africanos são amaldiçoados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w5XqfADjzzI Acesso: 25/01/2020

[170]- LIMA, Maurílio César de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001. p. 41.

comportamental[171], afinal, os escravos precisavam se comportar como bons cristãos, e para isso é preciso obedecer em tudo seus senhores.

Porém, é valido ressaltar que entre as ordens religiosas, os únicos os que não possuíram escravos e grandes propriedades foram os Franciscanos e os Capuchinhos. Hoornaert nos confirma isso ao dizer que "apenas os Franciscanos e Capuchinhos, não podendo aceitar doação de terra pelo voto de pobreza, viviam do patrimônio dos seus conventos e de esmolas[172]". Sobre os Franciscanos, Bueno nos afirma que eles "sempre se mantiveram ao lado do poder colonial, não se envolveram em polêmicas como os jesuítas, por isso acabaram por constituir a ordem religiosa mais afinada com o sistema com os desígnios do colonialismo, por suas atividades de benzer as propriedades, perdoar, justificar e promover a "escravidão e o ataque aos índios hostis", além de fornecer capelães para acompanhamento dos "bandeirantes ao sertão", dentre outras[173]". Em relação aos beneditinos, Bueno ainda nos diz "que eles eram proprietários de inúmeros prédios urbanos", "imensas fazendas" e muitos escravos, ressaltando que, "não eram os únicos: a prática fora inaugurada pelos próprios jesuítas já em 1549[174]".

Entretanto, é justo deixar registrado que houve casos isolados em que alguns religiosos lutaram contra os horrores da escravidão africana no Brasil, um exemplo é o caso do Padre Jesuíta, Pedro Dias (1622-1700), que muito se sensibilizou com a situação dos escravos africanos nos engenhos, aprendendo inclusive noções de medicina com a finalidade de prestar socorro aos mesmos.

4.2 ESCRAVIDÃO NEGRA NO CEARÁ

No Ceará, à partir da Abolição da escravatura em 1884, criou-se um ideário bastante difundido por alguns intelectuais da sociedade cearense como; Antônio Bezerra de Meneses, Raimundo Girão, Gustavo Barroso, etc., de que no Ceará não tinha negros, e se tinha, eram tão poucos que não deixaram heranças culturais ou étnicas na sociedade cearense.

Ideias como essas são uma falta de respeito com os processos históricos, e expõe a desvalorização das contribuições que a cultura afro proporcionou para as culturas cearenses.

---

[171]- FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. **A pedagogia da escravidão nos sermões do padre Antônio Vieira**. Rev. Bras. Est. Pedag., v.84, n. 206-208, p. 43- 53, jan./dez. 2003.
[172]- HOONAERT Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 220.
[173]- BUENO, Eduardo. **História do Brasil: Os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada**. 2. ed. São Paulo: Publifolha: Zero Hora/RBS Jornal, 1997. p. 39.
[174]- Idem. p. 39.

Neste sentido, até pouco tempo atrás, a historiografia cearense mascarava a sua presença e importância em vários aspectos da vida do povo cearense.

Funes nos afirma que as teorias afirmativas de que no Ceará não tem negro, ou que a escravidão foi pouco expressiva, conduz a uma lógica perversa de associar o negro à escravidão, e a presença deste tão somente a intensidade da produção escravagista[175]. Yaco Fernandes no seu texto, *A Farsa dos Libertadores* (1971), afirma que a falta de negros no Ceará, se deu pelas condições climáticas, e a não serventia do negro africano para as fazendas. Conforme o autor em questão:

> A terra e o modo por que foi colonizada explica tudo. O elemento africano, excelente para os trabalhos dos engenhos açucareiros e muito bom para a exploração das minas auríferas, revela-se nas entradas cearenses dos século II e III [sic**]**, absolutamente incapaz para as tarefas de vaqueirice[176]

A teoria de Fernandes está fundamentada nos processos econômicos associados à produção açucareira e extração de ouro, e como no Ceará essas economias nunca tiveram atividades em larga escala, restava então as atividades agropastoris, a qual segundo à análise de Fernandes, o negro africano se revelou incapaz para essa atividade nas entradas cearenses do século II e III, talvez referindo-se aos séculos XVII e XVIII, os quais correspondem ao segundo e terceiro século de colonização.

Neste sentido, à ausência de relações direitas do Ceará colonial com o tráfico atlântico de escravizados, anteriormente era usada para justificar a fragilidade dos estudos sobre a escravidão, e o uso de razões inexpressivas desses argumentos tem trazido críticas contundentes, visto o pensamento historiográfico, representado pelos intelectuais do Instituto Antropológico, Histórico e Geográfico do Ceará, concentrava mais suas reflexões sobre a abolição, sendo que, ao mesmo tempo ocultavam o processo de escravidão em si.

Todavia, é razoável à afirmativa de que não houve tráfico de mão-de-obra escrava da África direto para o Ceará, pois, a ocupação das terras do Ceará colonial foi diferente das demais capitanias do Nordeste brasileiro. Silva (1979), nos diz que até o século XVII a região

---

[175]- FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). Uma Nova História do Ceará. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 103.

[176]- FERNANDES, Yaco. **A Farsa do Libertadores**. In: Notícias do Povo Cearense. Fortaleza 1997. Apud. BEZERRA, Analúcia Sulina. **Negros no Ceara: quando a memória a história**. In: CARVALHO, Gilmar de. (org). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 37.

ainda não estava integrada ao domínio efetivo dos portugueses[177], pois com a ocupação de Pernambuco pelos holandeses atrasou o processo de colonização do Ceará. Contudo, em 1654, após a expulsão do invasores holandeses, os quais invadiram o que havia sido invadido, muitos sesmeiros das capitanias de Pernambuco, e da Paraíba, principalmente, vieram para essas bandas sedentos por cabedais. Como vimos, embora a ocupação do Ceará colonial tenha sido tardia em comparação com outras capitanias, principalmente as açucareiras, os processos de colonização foram semelhantes, pois o nativo aprisionado, e a cristianização imposta pelos jesuítas, submeteram-no a fazer a vontade do invasor oficial, ou seja, dos portugueses.

O povoamento tardio, e o baixo desenvolvimento econômico atrelado a subordinação do Ceará colonial à capitania de Pernambuco, foi um dos fatores que mais inviabilizaram a introdução em larga escala do africano escravizado em terras cearenses. Todavia, é provável que não tenha sido a chegada tardia do colonizador, mas, sim o tipo de ocupação que o Ceará colonial foi submetido que melhor possibilizou uma explicação dos motivos para o inexpressivo contingente africano escravizados no Ceará colonial até o início do século XVIII. Sobre isso, Funes, nos conta que:

> A ocupação de terras cearenses foi diferente do processo ocorrido em outras áreas do Nordeste açucareiro. Foi um processo mais lento, com suas fronteiras sendo rompidas pelo gado que possibilitou uma configuração social diferenciada das sociedades do engenho, exigindo pouca mão-de-obra, contando desde o início com a força de trabalho do nativo e um estilo de vida que não foge ao padrão encontrado para outras regiões tidas como periféricas. Isso, de certa forma, refletia o poder aquisitivo dos proprietários cujo modus vivendi, em sua maioria, estava dentro de um padrão de riqueza bastante relativo, marcado pela simplicidade, beirando a rusticidade, o que acabava refletindo no dia-a-dia do escravo[178].

O Ceará colonial foi subordinado a Capitania de Pernambuco até o final do século XVIII, e uma vez autônomo, o que ocorreu mais precisamente no ano de 1799, o Ceará colonial pode entre outras atividades, comercializar diretamente com a metrópole. Contudo, bem antes disso acontecer, o negro africano já havia sido introduzido no Ceará. Em sua História do Brasil, escrita na Bahia em 1627, O Frei Vicente de Salvador, ao descrever as desventuras de Pero Coelho de Sousa na Serra da Ibiapaba em 1604, relata a presença de mulatos, mamelucos e crioulos advindos da Bahia, no texto, ele afirma que:

> Das dez horas por diante começaram os da serra a tocar uma trombeta bastarda, à qual respondeu o nosso francês Tuim Mirim com outra, e pedindo licença ao capitão se foi

[177]- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **As origens da escravidão no Ceará**, Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1979, p. 325.
[178]- FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 107.

> a um outeiro a falar com os franceses, onde logo desceram três, e depois de se abraçarem, e saudarem, disseram que o principal Diabo Grande queria paz se lhe dessem Manuel de Miranda, e Pero Cangatá, e o petitório era de uns mulatos e mamalucos [,] crioulos da Bahia, maiores diabos que o principal com quem andavam[179].

Apesar do relato da presença de uns mulatos, e crioulos vindos da Bahia, no início do século XVIII. A origem do cativo africano como mão de obra escrava no Ceará, é bastante obscura se levarmos em consideração que no início da ocupação do Ceará colonial o cativo indígena também era chamado de negro. Porém, até onde temos notícias, foi possivelmente Martins Soares Moreno quem primeiro introduziu o africano cativo no Ceará Colonial. Corroborando com essa afirmativa, está em Guilherme Studart ao citar o parecer do Conselho da Fazenda Lusitano, em março de 1621; no qual consta que Martins Soares Moreno pretendeu construir e manter fábrica e criações de negros (sic) e fazer um trapiche de açúcar[180].

Justificamos essa afirmativa ao analisarmos as pretensões de Martins Soares Moreno de querer instalar um engenho de açúcar, onde as moendas seriam movidas a bois de trabalho, fica nítido a sua intenção de querer introduzir em maior quantidade de cativos africanos, visto que a presença deles era fundamental para o trabalho nos canaviais e em todo processo produtivo, Martins Soares Moreno até tentou instalar esse tipo de economia no Ceará colonial, mas, não obteve êxito. A falta de recursos e da atenção da Coroa fizeram com que Moreno se retirasse do Ceará em 1631, dirigindo para Pernambuco, onde foi combater os holandeses que então invadiam a América Portuguesa. Entretanto, a primeira prova documental da existência de negros africanos cativos no Ceará, está no diário da expedição de Matias Back ao Ceará em 1649, onde ele registra que possuía um escravo chamado Domingos, que nascera no Ceará Colonial e falava muito bem a língua dos indígenas[181], possivelmente o Abanheenga.

No início do século XVIII, são inúmeros os relatos de africanos cativos no Ceará Colonial. Oliveira nos informa que em 1719, foi inventariado os bens do capitão Antônio Mendes Lobato, um dos maiores e mais antigo dos criadores de gado do Sul do Ceará Colonial, no qual foram registrados: 3495 rezes, e apenas 1 escravo africano, que foi avaliado por 160$000 réis, valor equivalente a 49 bois[182]. Souza por sua vez, ao transcrever o inventário de

---

[179]- SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil (1500-1627**). Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148 Acesso: 21/11/2019

[180]- STUDART, Guilherme. **Datas e factos para História do Ceará**. Fortaleza: Typografia Studart, 1896, p. 239.

[181]- **Diário da Expedição de Matias Back (1649)**. Revista Instituto do Ceará. Fortaleza, ANNO XVII – 1903. Tradução Alfredo de Carvalho.

[182]-RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1998. p. 100.

João Fernandes de Sousa, morador da Ribeira do Acaraú, nos atesta que o mesmo declarou possuir dois escravos, "Um Guiné" e um tapuio[183].

Uma presença ocasional de negros africanos escravizados em números mais robustos no Ceará Colonial, ocorreu no controverso caso do confisco do bergantim Nossa Senhora do Socorro, Santo Antonio e Almas em 1742, no porto do Mucuripe da vila de Fortaleza com um carregamento de 114 africanos escravizados vindos da Costa da Guiné, e diversos produtos a bordo[184]. Pedro A. Oliveira nos conta que foi o Barão de Studart[185] quem primeiro registrou essas informações, porém, não registrou dados mais detalhados sobre esse acontecimento, informando apenas que conhecia os autos da justificação do Contramestre Antonio Carvalho. Pedro A. Oliveira ainda relata que nada consta que esses africanos cativos tenha permanecido no Ceará Colonial[186].

Desconstruindo a ideia de Oliveira, o qual deduziu que possivelmente os negros cativos que foram capturados na África e que vieram acidentalmente para a Vila de Fortaleza nos porões do bergantim Nossa Senhora do Socorro, Santo Antonio e Almas teriam permanecido no Ceará Colonial, Vieira diz:

> A apreensão e a venda da embarcação, dos escravos e da carga, pelas autoridades coloniais locais, geraram uma intensa disputa com os proprietários Antonio Veríssimo e Companhia; afinal, estes insistiram na legitimidade do seu direito à posse do produto das arrematações realizadas de forma sumária no Ceará[187].

Esse episódio no mínimo controverso, sobre a introdução do Africano cativo no Ceará suscita algumas perguntas, não as responderemos, por não fazer parte do objetivo central desse trabalho, porém, não podemos deixar de perguntar; Por que essa embarcação veio ancorar no litoral do Ceará, um porto inexpressivo no período? O que levou as autoridades do Ceará Colonial apreender de uma embarcação ligada ao comércio de escravos num período em que o

---

183- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884).** Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 35.
184- VIEIRA, Jofre Teófilo. **Os "Samangolés": africanos livres no Ceará (1835-1865)**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História. Fortaleza, 2017. p. 51.
185- STUDART, Guilherme. **Datas e factos para História do Ceará**. Fortaleza: Typografia Studart, 1896, p. 64.
186- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **As Origens da Escravidão no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1979. p. 332.
187- VIEIRA, Jofre Teófilo. **Os "Samangolés": africanos livres no Ceará (1835-1865)**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História. Fortaleza, 2017. p. 51.

tráfico atlântico era legal? O que ocorreu com os cativos africanos transportados? Qual a importância dessa apreensão para a história do negro e da escravidão no Ceará?

Até a metade do século XVIII, não havia dados concretos sobre a quantidade de mão de obra cativa oriunda da África no Ceará Colonial, todavia, foram feitos levantamentos dos registros de batismos nas freguesias de Fortaleza e Aquiraz, no qual aproximadamente 133 escravizados nos autos batismais, como consta nas tabelas abaixo:

Tabela 01 – Composição da população escrava na Freguesia de Fortaleza (1726-1760)

Africanos	**Nº**	**Crioulos**	**Nº**		**Nº**
Angola	0	Índios	22	**Sem identificação**	82
Guiné	0	Negros	16		
C. da Mina	0	Pardos	04		

Fonte: Registro de batizados da Freguesia de Fortaleza (1726-1760) Apud PINHEIRO, Francisco José. *Notas Sobre a Formação Social do Ceará*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 116.

Ao fazermos uma análise comparativa na tabela acima e abaixo referente as Freguesias de Aquiraz e Fortaleza nos anos apresentados, podemos averiguar a participação inexistente do cativo africano, sendo porém, a maioria escravizados de origem indígena, e alguns escravizados pardos e crioulos, nos períodos de 1726-1760 a 1737-1744, respectivamente.

Tabela 02 – Composição da população escrava na Freguesia de Aquiraz (1737-1744)

Africanos	**Nº**	**Crioulos**	**Nº**		**Nº**
Angola	0	Índios	14	**Sem identificação**	50
Guiné	0	Negros	04		
C. da Mina	0	Pardos	01		

Fonte: **Registro de batizados da Freguesia de Aquiraz (1726-1760)** apud PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará.** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 116.

Apesar das tabelas apresentarem dados numericamente pequenos, e cobrirem um período de tempo referentemente curto, essas informações reforçam a tese de que o cativo africano ainda não tinha sido introduzido de forma mais acentuada no Ceará colonial até o segundo quartel do século XVIII. Enfim, como já vimos, vários fatores influenciaram para que a presença de cativos africanos ou de origem africana não se efetivasse em grande quantidade no Ceará Colonial durante o século XVII e o início do século XVIII.

Diante de todas essas questões, analisamos e chegamos à conclusão que a primeira entrada organizada de mão de obra cativa oriunda da África foi durante a breve existência da Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Kariris, em 1758. Oliveira nos atesta que:

> A primeira entrada organizada de escravos negros ocorreu durante a curta existência da "Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris" iniciada em 1756, e que explorou ouro no Sul da Capitania [Ceará Colonial], foram introduzidos, para os trabalhos de mineração, sessenta e nove escravos negros, entre ladinos e boçais, Africanos e crioulos. Os Negros da 'Costa' eram mais valiosos que os 'Angola', esses constituíam a maioria do plantel. O preço médio deles variava entre 80$000 e 120$000 rs. Após a extinção da Companhia, 1758, voltaram eles para o poder de seus senhores não se tendo notícia de seus destinos[188].

A possibilidade de existir ouro na região sul do Ceará colonial de meados do século XVIII, levaram os proprietários da empresa mineradora que adquiriu a concessão, a comprarem africanos cativos advindos da Costa da África, teoricamente mais compatíveis com o trabalho, porém não eram, como afirma o Documento sobre as Minas de São José dos Kariris, no qual afirma que os cativos africanos não tinham "Experiência do que era o serviço de minas, e sem diretor que os guiasse[189]". A exploração de ouro durou aproximadamente dois anos, o que evidencia o fracasso da empreitada. Todavia, um questionamento deve ser feito, o que houve com os cativos africanos que foram levados para trabalharem forçadamente nas minas? teriam eles sido levados para trabalharem escravizados nas fazendas agropastoris da região como afirma Oliveira?[190]

Analisado os relatos da existência de mocambos na região[191], inferimos que não, os africanos que foram trazidos para as Minas de São José dos Kariris não foram todos introduzidos nas fazenda agropastoris como afirmou Oliveira, pois muitos deles conseguiram fugir. Pois como se explicaria o grande número de Pretos e Mulatos livres na população de Crato, em 1804, à época, a principal Vila do Ceará Colonial? Onde a mesma tinha um total de 20.661 habitantes, dentre os quais 6.797 eram brancos, 12.793 eram Pretos e Pardos Livres, e 1.091 Pretos e pardos cativos[192]. Diante disto, entendemos que possivelmente, dos sessenta e nove africanos cativos que foram capturados e trazidos para as Minas em 1758, muitos conseguiram fugir e foram aos poucos foi se misturando e incrementado a população livre de Pretos e Pardos na vila do Crato nos 50 anos seguintes.

---

[188]- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **As Origens da Escravidão no Ceará.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1979. p. 330.
[189]- **Documentos sobre as Minas de São José dos Kariris**. Revista Instituto do Ceará. ANNO XXIX. 1915.
[190]- SILVA, op. cit. p. 332.
[191]- STUDART, Guilherme. **Datas e factos para História do Ceará**. Fortaleza: Typografia Studart, 1896, p. 59.
[192]- Revista Instituto do Ceará. Tomo XXIX, p. 259 Apud FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 104.

Todavia, foi durante meados do século XVIII, que houve um aumento da presença de mão de obra cativa oriunda da África, o que coincidiu com a proibição da escravização do indígena e o aumento da economia no Ceará Colonial, marcada principalmente pelo aumento das atividades agropastoris, como também pelo desenvolvimento das lavouras algodoeiras, em grande parte motivada pela Guerra da Independência Americana (1776).

Voltando à analisar quantidade da população escravizada nos registros de batismos nas Freguesias de Fortaleza e Aquiraz, mas, desta vez nos anos de 1761-90, atentamos para a superioridade da mão de obra escravizada africana e afro-brasileira, conforme as tabelas 03 e 04.

Tabela 03 – Composição da população escrava na Freguesia de Fortaleza (1761-1790)

Africanos	**Nº**	**Crioulos**	**Nº**		**Nº**
Guiné	07	Negro/Crioulo	40	**Outros**	81
C. da Mina	12	Cabra/Pardo	09		
Cabo Verde	02	Mulatos	06		
Angola	37	Índio/Mameluco	04		

Fonte: **Registro de batizados da Freguesia de Fortaleza 1761-1790**. Apud PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 117.

Enquanto que na Freguesia de Aquiraz, tinha:

Tabela 04 – Composição da população escrava na Freguesia de Aquiraz (1761-1790)

Africanos	**Nº**	**Crioulos**	**Nº**		**Nº**
Angola	05	Negro/Crioulo	14	**Outros**	81
Guiné	08	Cabras	04		
C. da Mina	02	Mulatos	01		
- - - - - - - -	---	Pardo	01		

Fonte: **Registro de batizados da Freguesia de Aquiraz (1761-1790)** Apud PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 117.

Como já havíamos afirmado, houve um aumento significativo na quantidade de africanos escravizados, como também de crioulos, cabras, mulatos e pardos, principalmente na freguesia da Vila de Fortaleza, lugar onde escoava a produção de algodão para outras Capitanias, através do porto do Mucuripe.

Como citado anteriormente, foi com o aumento da lavoura algodoeira, à partir do terceiro quartel do século XVIII, que intensificou-se drasticamente uma demanda de mão-de-

obra, configurando-se uma maior presença do trabalhador livre, como também do escravizado africano e do afro-brasileiro. Com base nos dados demográficos analisados por Ribeira Júnior, referente ao documento da "Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)", apresentados na tabela abaixo, percebermos um aumento significativo na população escravizada no Ceará Colonial em 1763, a qual, acreditamos que fossem em sua maioria cativos africanos, crioulos, cabras, pardos e mulatos, ou seja, negros que foram capturados na África e trazidos para o Brasil, ou seus descendentes.

Tabela 05- População da Capitania de Pernambuco e suas anexas (1763)

Capitania	**Escravos**	**População Livre**	**População Total**
Pernambuco	23.299	66.810	90.109
Ceará	**2.128**	**14.882**	**17.010**
Paraíba	9.293	29.865	39.158
R. Grande do Norte	5.570	18.806	23.305

Fonte: JÚNIOR, José Ribeiro. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 72 Apud PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 117" (Grifo nosso)

No início do século XIX, houve uma vã tentativa do Ceará Colonial comercializar africanos escravizados diretamente dos portos da África, aproveitando-se de sua autonomia política e econômica, visto que não mais era dependente administrativamente da Capitania de Pernambuco, o que fora concedido por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, assinada por Da. Maria I, a "Piedosa e Louca". Porém, Dona Maria I, em dia de piedade ou loucura, ou ambos, não concedeu o direito suplicado, pelo Governador do Ceará Colonial, Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1802).

Ridel (1988), nos conta que:

> A importação do escravo [escravizado] africano para o Ceará era secundário e provinha dos entrepostos de Recife e São Luís, preponderantemente, e em escala quase desprezível, dos de Salvador e Rio de Janeiro. Para o Ceará vinham, em sua quase totalidade, africanos do grupo Angolano-congolês[193].

De acordo com nossa análise, podemos afirmar que o escravizado africano e escravizado afro-brasileiro, entrado nas fazendas de gado e nas lavouras de algodão, foi proveniente dos centros importadores brasileiros que traficavam diretamente com a África, como Pernambuco, Maranhão, Bahia e até Rio de Janeiro. Fato é que, tendo ou não

[193]- RIDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1988. p. 99.

comercializado com a África, o Ceará não fora excluído do sistema do tráfico, pois comprava cativos tanto para o trabalho agropastoril como para os serviços domésticos, e de ganho, dinâmica não muito diferente do resto do país, embora os adquirissem de mercados longe da costa africana.

Nesse contexto, faz-se importante demostrarmos os dados estatísticos e demográficos, referentes ao censos de 1804 e 1808, onde analisaremos os números populacionais de onze vilas das que haviam no Ceará Colonial, e ao fazer isso, notamos que nos referidos censos, a soma de pretos e pardos livres, mais os pretos e pardos cativos é superior população livre. De acordo com as tabelas 06 e 07, analisemos que:

Tabela 06: População do Ceará Colonial de 1804

Vilas	**Brancos**	**Pretos e Pardos Livres**	**Pretos e Pardos Cativos**	**Total da População**
Crato	6.797	12.793	1.091	20.681
S. João do Príncipe (Tauá)	5.361	3.231	1.856	10.448
Sobral	**2.781**	**4.193**	**2.978**	**9.952**
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
São Bernardo (Russas)	3.753	2.769	943	7.465
Campo Maior (Quixeramobim)	1.757	2.986	1.270	6.013
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
Granja	1.047	1.656	799	3.502

Fonte: Revista Instituto do Ceará (RIC). Tomo XXIX, p. 279 apud FUNES, Antônio Eurípides. **Negros no Ceará**, In Uma nova história do Ceará, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 104. (Grifo nosso)

Nos dados contidos na tabela acima, os quais foram apresentados em junho de 1804, por João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, Governador do Ceará Colonial (1803-1807), à Vossa Alteza Real, Dom João, o que mais tarde viria a ser, Dom João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarves, nos chama atenção os dados populacionais da Vila do Crato, onde a mesma continha uma 20.681, pessoas, onde 67,5%, ou seja, 13.884, eram pretos e pardos entre livres e cativos.

Cabe aqui também destacar os dados demográficos da Vila de Sobral, a qual possuía uma população de 9.952 pessoas, sendo que, 72% eram pretos e pardos, entre livres e

escravizados, ou seja, 4.193 e 2.978, respectivamente, isto fez com que a Vila de Sobral tivesse a maior população escravizada do Ceará Colonial de 1804.

Enquanto que na tabela 06, referente ao censo de 1808, notemos que:

Tabela 07: População do Ceará Colonial de 1808

Vilas	Brancos	Índios	Pretos	Mulatos	Total
Fortaleza	3.726	174	1.079	4.645	9.624
Aquiraz	3.788	538	2.939	2.262	9.527
São Bernardo (Russas)	5.287	43	2.276	3.181	10.787
Crato	3.694	178	3.217	4.378	11.735
Sobral	3.636	397	2.007	8.589	14.629
Icó	7.018	220	3.217	7.243	17.698
Aracati	2.371	79	1.829	1.054	5.333
Granja	1.883	79	1.172	1.790	4.924
São João do Príncipe (Tauá)	3.535	117	1.372	2.536	7.560
Campo Maior (Quixeramobim)	1.868	120	1.715	2.812	6.515
Vila Nova Del Rey (Ipú)	3.014	381	1.362	2.866	7.623

Fonte: Luiz Barba Alado de Meneses. **Memória sobre a Capitania do Ceará**. Rio de Janeiro, RIHGB, Tomo XXXIV, 1871, p. 255 apud SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **O Declínio da Escravidão no Ceará**. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1988, p. 24. (Grifo nosso)

Ao analisarmos os dados demográfico do censo de 1808, apresentados na tabela 07, percebemos uma grande quantidade de pretos e mulatos, porém, não há especificações se eram cativos ou livres, o que nos faz considerar que os dados referentes aos mulatos, são atribuídos aos cativos africanos, crioulos e pardos, forros e livres. Enquanto que, os números relacionados aos pretos, são referentes ao escravizados africanos, crioulos e pardos. O que também nos faz crer que nesse censo, preto era sinônimo de escravo.

Faz-se importante também registrarmos o percentual de pretos e mulatos da população nas cinco Vilas mais populosas do Ceará colonial de 1808, com base na Tabela de 07. Ao fazermos isso obtermos os seguintes resultados: Vila do Icó, 59%; Vila de Sobral, 73%; Vila do Crato, 67%; Vila de São Bernardo (Russas), 51%; Vila de Fortaleza, 59%.

O Professor Dr. Raimundo Nonato R. de Souza, no seu livro "Irmandade e Festa: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1884) (2006), nos informa que o Governador-Geral do Ceará Colonial em 1818, Manuel Ignácio Sampaio Pina e Freire (1812-1820), escreve uma correspondência ao Ministro e Secretário de Estado, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, Tomás António de Vila Nova Portugal (1817-1821), na qual relata a entrada de escravos novos no Ceará Colonial, dizendo que:

> Nenhum, escravo tem até agora vindo para esta capital directamente dos portos da África, sendo esta huma causa de atraso, em que atéagora tem estado a agricultra do paiz. Não tenho dúvida de afiançar a V. Excia. que a importação do algodão desta capitania cresceria em breve tempo duplo ou triplo actual se S. Magestade se resignasse conceder a favor da importação de escravos [escravizados] nesta capital o mesmo indulto concedido por decreto de 19 de outubro de 1798, e de 16 de Janeiro de 1799- a favor da capitania do Pará, e de tão grande utilidades tem ali resultado[194].

Ao analisarmos as palavras do Governador-Geral do Ceará Colonial, Manuel Ignácio Sampaio, é nítido o seu descontentamento no que diz respeito a exclusão do Ceará Colonial ao comércio de escravizados diretamente com os portos da África, no qual, ele alega ser um atraso ao desenvolvimento econômico. Além de citar o indulto dado a Capitania do Pará, para também obter a mercê de comprar escravizados diretamente dos portos da África, Manuel Ignácio Sampaio, garante um aumento de 200% à 300% nas importações de algodão, visto que a mão de obra escravizada nos algodoais eram de extrema importância, o que provavelmente também signifique que o escravizado vindo diretamente dos portos da África seria comprado pelos escravagistas do Ceará Colonial à preços mais baixos.

Porém, diante de todos esses argumentos, o Governador-geral do Ceará Colonial, Manuel Ignácio Sampaio não teve seu pedido atendido, o que na prática, significou que o Ceará Colonial continuou comprando mão de obra escravizada de outras capitanias.

A partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1860, o Ceará teve um razoável aumento na economia, ocasionado principalmente, por uma nova fase no

---

194- **Correspondência do Presidente da Província, Manuel Ignácio Sampaio Pina e Freire (1818)** fevereiro – IG`34. Arquivo Nacional. Fundo: Série Guerra. Cx. De Fundo D.A. Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 38.

desenvolvimento da cotonicultura, em parte, por decorrência da Guerra Civil Americana (1860), visto que os americanos eram os maiores concorrentes das importações do algodão cultivado no Ceará. Sobre a mão de obra escravizada nesse período, Funes, nos conta que desde a década de 1860, quase já não entrava mais escravos para o Ceará[195], visto que o tráfico internacional legal já havia sido proibido desde 1845 através da Lei Bill Aberdeen, ocorrendo então o inverso, ou seja, à partir de 1850 o Ceará passou a ter um papel de destaque no tráfico interprovincial de escravizados.

Na reconfiguração do tráfico de escravizados africanos e seus descendentes, a partir da segunda metade do século XIX, como fora dito, o Ceará tornou-se polo exportador de mão obra escravizada na dinâmica do processo do tráfico interprovincial. Do Ceará saíram milhares de escravizados para a região sudeste, principalmente para a zona canavieira, e cafeicultura de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e em menor quantidade para a zona da borracha no norte do País. Todavia, com a seca dos três setes, ou seja, 1877,78,79, muitos cativos fugiam entre os migrantes cearenses que seduzidos por falsas promessas de riquezas iam rumo a semi-escravização nos seringais. Tudo bem, eu sei, isso é outra história, mas, talvez poderemos contar numa outra oportunidade.

Ao observarmos o censo demográfico do Ceará em 1872, percebamos que:

Tabela 08- Censo do Ceará 1872: Percentual étnico segundo a condição social

Etnia	**Livres**	**Escravos**	**Total**	**(%)**
Pretos	28.934	13.659	42.593	06
Pardos	339.166	18.254	357.420	50
Caboclos	52.837	---	52.837	07
Brancos	268.863	---	268.863	37
Total	689.800	31.913	721.713	100

Fonte: MELLO, Manuel Nunes de. **Província do Ceará**. In: Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXV, 1911, p. 52.

[195]- E. A. Funes, **Negros no Ceará**, In Uma nova história do Ceará, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 105.

Fazendo uma análise nos dados demográficos sobre a composição étnica e a condição social no Ceará de 1872, contidos na Tabela 08, percebemos que o índio desapareceu, talvez, pra fins de contagem, as autoridades do governo responsáveis pelo censo, tenha acaboclado o nativo, ou até mesmo contabilizado ele juntamente com os pardos. Todavia, o que fica nítido, é que a presença dos negros aumentaram ao longo do tempo, mesmo com a extinção do padrão de cor, mulato, e a inclusão do padrão caboclo, as populações de origem africana juntas, somavam 63% do total.

Diante de todos esses dados reveladores, fica difícil para um ser humano com um mínimo de vergonha na cara, afirmar que não houve escravidão no Ceará, ou até mesmo ter a cara de pau de dizer, que se houve, foi também que inexpressiva que os africanos que para cá vieram não deixaram nem rastro. Porém, a mais pervertida delas é não negar os dados, mas, sim dizer que ela foi benéfica para os afro-brasileiros.

Tudo bem que o número de cativos africanos que foram trazidos para o Ceará, não foi tão grande em comparação a outros estados do Brasil, como Pernambuco, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, dentre outros. Todavia, é inegável afirmar que no Ceará não teve escravidão, ou que hoje, não temos negros, como também é impossível deixar de afirmar que mesmo com todas as limitações impostas pelo sistema escravagista, os negros africanos construíram expressões culturais distintas, repletas de afirmações que legitimam a importância da cultura na africana na sociedade brasileira.

4.3 ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDAS QUE DERAM ORIGEM DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS-CE.

No Brasil, a escravização dos africanos, em diferentes momentos e nas diferentes regiões, assumirá características diferentes. A Ribeira do Acaraú, seguindo o processo de ocupação do Ceará teve seu período de maior povoamento marcado pelas entradas, onde o maior objetivo era a concessão de sesmarias para que fossem instaladas fazendas agropastoris. Portanto, a história de sua escravização africana e seus descendentes foi marcada pelos usos destes em afazeres com a lida agropastoril e, sobretudo, nas tarefas domésticas.

A ocupação do território que hoje corresponde ao município de Morrinhos não foge à regra do restante do estado. Foram as entradas, sobretudo a partir do primeiro quartel século XVIII, que fixaram muitos de seus colonizadores no referido território. Todavia, a história da presença dos africanos e dos afrodescendentes na ocupação deste território ainda é

desconhecida, porém, este trabalho antes de qualquer coisa, pretende desvelar muitas dessas histórias que até hoje ontem estavam desconhecidas.

Todavia, para entendermos o processo de escravização africana e de seus descendentes nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, faz-se imprescindível iniciarmos pela ocupação colonial na região, outrora chamada de Ribeira do Acaraú, à partir da criação do Curato do Acaracú, o qual foi criado oficialmente, em 28 de março de 1722 com o nome de Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú, tendo Pe. João de Matos Monteiro (Pe. Matinhos) como primeiro Cura[196] (Vigário), o qual pastoreava uma extensa região que abrangia o "território compreendente ao interior cearense limitado ao litoral que vai da foz do rio Coreaú à do Mundaú, servindo de fronteira, a leste e ao sul, as terras do Piauí[197]", onde existiam apenas as Capela de Nossa Senhora da Assunção da Aldeia da Ibiapaba (Viçosa) e Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Tremembés (Almofala).

Entretanto, antes da criação do Curato do Acaracú, em 1722, já se fazia presente na Ribeira do Acaraú, diversos colonos vindos da Capitania de Pernambuco e suas anexas. Nesse contexto, entendemos que os primeiros cativos africanos foram trazidos para a Ribeira do Acaraú pelos primeiros sesmeiros no final do século XVII. Contudo, é razoável observarmos que o uso da mão de obra escrava por parte dos colonizadores começou pelo apresamento dos indígenas, onde muitos sesmeiros utilizaram os indígenas como mão de obra cativa nos afazeres domésticos, nos criatórios de gado, e nas plantações. Souza, nos afirma que:

> A escravidão transformou os indígenas em trabalhadores para o uso na pecuária, em serviços do governo, como mensageiros do correio a cavalo, sendo, também, empregados nas guerras com outros indígenas ou nas disputas entre potentados locais, mas, em especial, utilizados pelos proprietários para suprir a necessidade de mão de obra, para o criatório e os afezares domésticos[198].

Como vimos, no Brasil, assim como nas terras que hoje fazem parte do município de Morrinhos, o trabalho escravo foi primeiramente submetido aos indígenas nas mais diversas atividades. Souza, fazendo leitura dos inventários de alguns sesmeiros instalados na Ribeira do Acaraú no início do século XVIII, registrou a presença de vários nativos arrolados como sendo propriedade móvel, nos quais muitos tinham até preços fixados. Dentre os inventariados que mantinham indígenas escravizados, podemos citar; Joaquim Fernandes de Sousa, falecido em

---

[196]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 35.
[197]- Idem, op. cit. 37.o
[198]- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues**. Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884).** Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 34.

1719, que registrou possuir dois índios tapuios[199], João Fernandes de Sousa também em 1719, declarou possuir dois escravos, *um Guiné (africano)*, e um tapuio[200]. Enquanto que, em 1739, Antonia Pessoa Cabral, disse possuir quatro escravos indígenas, os quais eram:

> Grácia, com 25 anos, com cabelo corredio do Gentio Caratihú, avaliada pelos avaliadores em 50$000 (...) Joanna da terra, tapuia, filha de Grácia, com 09 anos de idade mais ou menos, avaliada pelos avaliadores em 35$00 (...) Domingos, 01 ano e 6 meses, mameluco, avaliado pelos avaliadores em 20$00 (...) Catarina, 16 anos, da nação Anacê, tapuia, avaliada pelos avaliadores em 60$000[201] (...) No ano de 1747, nos bens arrolados de por Francisco Silveira Lago, em razão do falecimento de sua esposa, Josefa Ferreira de Oliveira, diz que a mesma era proprietária de três escravos, **02 do Gentio da Guiné** e "Bento, índio tapuia, com vinte e dois anos mais ou menos e avaliado pelos avaliadores em 50$00[202]. (Grifo nosso)

Em 1755, foi declarado no inventário de Antonio Correia Peixoto, que este possuía 10 escravos, quatro mestiços, *04 Angolas*, a índia tapuia Margarida, mãe dos escravos mestiços, e um deles sem identificação[203].

Entretanto, faz-se importante também, analisarmos que nesses inventários do início do século XVIII, havia uma leve presença do cativo africano, o que deixa claro que não apenas no Brasil, mas também na Ribeira do Acaraú, a escravização indígena foi aos poucos sendo substituída pela escravização dos povos africanos e seus descendentes.

Em razão do incremento da economia no Ceará Colonial à partir da segunda metade do século XVIII, motivada principalmente pelas charqueadas, o comércio da venda do couro e da sola e uma maior demanda de mão de obra para as lavouras de algodão, intensificou-se a presença do cativo africano na Ribeira do Acaraú, Frota (1995), nos afirma que os escravos "Eram bastante numerosos e vinham de Pernambuco, Maranhão e Bahia[204]" os escravizados eram comprados e depois embarcados nos navios, e trazidos juntamente com as compras que os proprietários de gado e terras faziam no Recife, Goiana, Salvador e São Luís, quando findava a viagem eles eram desembarcados dos portos de Camocim, Itapajê, e das oficinas, onde hoje está localizada a cidade do Acaraú.

Outra possível rota de entrada dos cativos africanos para o Ribeira do Acaraú era a "Estrada Nova das Boiadas", a qual, segundo Studart Filho (1937), havia um outro:

---

[199]- *(ABUVA).* **Inventário post-mortem de Joaquim Fernandes Sousa, 1719** apud Idem, op. cit. 35
[200]- *(ABUVA).* **Inventário post-mortem de João Fernandes Sousa, 1719** apud Idem, op. cit. 35.
[201]- *(ABUVA).* **Inventário post-mortem de Antonia Pessoa Cabral, 1739**, apud Idem, op. cit. 35
[202]- *(ABUVA).* **Inventário post-mortem de Josefa Ferreira Oliveira, 1747** apud Idem, op. cit. 35.
[203]- Boletim do Arquivo Público do Estado do Ceará, vol. 1, nº 2, jul-dez, 1982, p. 14 apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 36. (Grifo nosso)
[204]- FROTA, Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza: IOCE, 1995, p. 540.

> Ramal pelo Cavallo-Morto (Boa Viagem), Independência e Crateús, caminhava para Piauí através do boqueirão do Poti; o outro inflectindo-se para o Noroeste ia até Sobral (...) Prolongando-se até a capital de Pernambuco, por Barriguda, Tabuleiro Formoso da Paraíba, era uma corda de um immenso arco, formado pelo velho caminho que, beirando o mar ia de Camucim a Recife[205].

Havia também, um outro ramal alternativo que ligava Recife, um dos maiores polos exportadores de africanos escravizados para o Ceará Colonial, a Ribeira do Acaraú, chamado "Estada da Caiçara" Studar Filho, continua nos dizendo que:

> O caminho da Caiçara prolonga-se assim pelas caatingas de S.-Quiteria, sem duvida já muito percorridas pelos vaqueiros em seus demorados reconhecimentos, attingindo Quixeramobim, onde passava a estrada nova das boiadas. Tomando essa antiquissima trilha, podiam os estancieiros das ribeiras do Norte levar cavallos, boiadas ou tropas carregadas de coiros ao Recife com muito maior rapidez e sem o ônus dos pesadíssimos fretes marítimos. Uma vez commercializado o producto que conduziam, era- lhes igualmente facultado retornar por mar até o porto do Acaraú, aproveitando os ventos favoráveis e trazendo comsigo tecidos, objectos de ouro e prata, artigos manufacturados e um ou outro negro.[206]

Já é do nosso conhecimento que o cativo africano foi trazido com os primeiros sesmeiros que implantaram fazendas agropastoris na Ribeira do Acaraú, isso pode ser confirmado sem muito esforço ao analisarmos um dos primeiros dados populacionais feitos no Ceará Colonial que temos notícia, trata-se dos dados compilados por José Ribeiro Júnior, referentes aos documentos da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), a qual, era uma empresa estatal monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal.

Silva, citando os dados registrados por José Ribeiro Júnior, nos diz que entre os anos de 1759-1780, período de monopólio da Companhia em relação ao comércio transatlântico entre a capitania de Pernambuco e suas anexas, o Ceará colonial tinha uma população de 2.128 escravizados[207], apesar de não dispormos de dados étnicos sobre o número dos cativos, cremos que sua maioria era formada por africanos e seus descendentes.

Sendo que, muitos desses 2.128 escravizados estavam nas fazendas agropastoris da Ribeira do Acaraú, como vimos na leitura dos inventários acima, e nas Fazendas Agropastoris que originaram o município de Morrinhos, como veremos posteriormente.

---

[205]- STUDART FILHO, Carlos. **Vias de Communicação do Ceará Colonial**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO LI, 1937, p. 16.
[206]- Ibidem, op. cit. p. 22.
[207]- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **O Declínio da Escravidão no Ceará.** Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1988, p. 24.

Souza, fazendo a leitura de 142 inventários referentes a moradores da Ribeira do Acaraú entre os de 1709 à 1800, percebeu que nas descrição dos bens semoventes haviam 602 escravos, sendo que, dos 142 inventários:

> 124 continham escravos e 18 não tinham referências. Na totalidade dos escravos encontra-se: 11 Índios, 171 Crioulos, 51 Mulatos, 244 Africanos, 3 Coribocas, 17 Mestiços, 70 Cabras, e 35 cuja cor não constava, constituindo maioria os nacionais, alguns nascidos na própria casa dos inventariantes [Inventariados][208].

Desses 602 escravizados, 244 eram africanos, distribuídos em; 201 Angolas, 24 da Costa da Mina, 18 da Guiné e um Benguela. Isso nos mostra que mais de terço dos escravizados que foram arrolados nesse inventários eram africanos.

Em 1767, na povoação de Caiçara sede do Curato da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Caiçara, havia 70 casas, e ainda "constava toda de vinte e uma mil almas de confissão e 670 fogos, dos quais 106 eram fazendas, maiores e menores[209]". Em 1774, a Vila de Sobral era uma das mais importantes do Ceará Colonial, perdendo importância apenas para a Vila de Aracati, que possuía "mais de 150 fogos e edifícios vistosos", e que fora criada em 1748. A Câmara da Vila de Sobral administrava uma vasta região ao longo do rio Acaraú, na qual constava:

> De 15 lèguas de costa, onde fazia barra o rio Acaraú, por sete boccas, em dois gráos e 55m de latitude ao sul da linha equinocial e 338 gráos e 57 de longitude, correndo quasi rumo de leste, 4, S. E., principiando da parte do Norte na picada do Castelhano e findando na de Itapajé. De ribeira acima tinha 34 léguas de comprimento, até o fim da freguesia, ao pé da serra Ibyapaba, abaixo da Villa de Campo Grande; de largura tinha 30 leguas, no ponto mais distante, principiando na bocca da picada do Caia, e assim estreitando, até 15 léguas de costa, como se vê no livro de posturas[210].

Com a criação da Vila e a instituição da Câmara naquele local, toda a freguesia se tornou termo de Sobral, devendo os moradores prestarem conta a Câmara, pagando o dízimo e o foro. Ao analisarmos os documentos referentes as "Relações das plantações e criações de gado do termo da Vila de Sobral- 1788" Compilados e transcritos no Livro *Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará* (1974), Organizado pela Historiadora Luciara Aragão S. Frota, percebemos que essa relação teve como objetivo definir e cobrar os impostos para a recém criada Vila de Sobral.

---

[208]- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884).** Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 38.
[209]- CAVALCANTE, José Vicente França. **Notas para a História de Sobral**. Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, Fortaleza, ano XXIII, p. 160-178, 1909, p. 165.
[210]- Idem, p. 164-165.

Sobre o levantamento de bens semoventes nesses documentos, é digo de nota registrar que foram contabilizados: 13.005 "gado caprino; 7.336 gado ovino; 14.578 gado cavalar; 80.447 gado vacum; 4.232 instrumentos agrícolas: 1424 escravos[211].

Sobre o número das fazendas de criar e sítios de lavouras levantados nesses documentos, referentes a prestação de contas dos moradores à Câmara da Vila de Sobral, Souza, informa que:

> Foram levantadas 826 propriedades, pertencentes a 586 proprietários. Nestas propriedades, em 491 delas existiam 1.432 (sic) escravos e 335 delas não declararam ter cativos, sendo assim a média era de 2,9 escravos por propriedade. [...] O maior número era do Coronel Jerônimo Machado Freire, que disse possuir 73 escravos nas suas diversas propriedades[212].

Ao analisarmos o enunciado acima, percebemos que a criação de gado foi a primeira grande atividade econômica dessa e de outras regiões do Ceará Colonial. A produção agrícola dos sítios de lavoura na região serrana também foi uma atividade muito importante para o abastecimento da Vila, pois, contribuiu para a ampliação do comércio local e para o desenvolvimento econômico da Vila de Sobral, esse desenvolvimento acarretava em carência de mão de obra, o que fazia com que os proprietários das fazendas e sítios aumentassem seus planteis de escravizados.

4.4 ESCRAVIDÃO NEGRA NAS FAZENDA TUCUNDUBA, SALGADO, JUNCO MANSO E ADJACÊNCIAS

Após a morte do Tenente Manoel Ferreira Fonteles, em 1761, primeiro proprietário e morador da Fazenda Tucunduba, foi cumprido as disposições do seu testamento, o qual, ele havia nomeado como testamenteiros, seu Filho, Manoel Ferreira Fonteles Filho, seu primogênito, e seu genro, Caetano Soares Monteiro, esposo de Luísa Ferreira Fonteles.

O testamentado declarou como herdeiros do restante de suas terras, Manoel Ferreira Fonteles Filho, Tomé Ferreira Fonteles, Francisco Ferreira Fonteles (Rios), Bibiana Ferreira Fonteles, para igualmente dividirem entre si[213]. Em razão de estar detalhado que o restante das terras, seria dividido entre os herdeiros especificados no testamento, e omitir as demais, é

---

[211]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará.** Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volumes Apud SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 39.

[212]- SOUZA, op. cit. p. 39-40.

[213]- **Testamento de Manoel Ferreira Fonteles**, Livro de óbitos de Sobral, 1774, fl. 26v Apud ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú.** Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 70.

possível que as filhas, Luísa Ferreira Fonteles, Maria Ferreira Fonteles, e Ana Ferreira do Espírito Santo, tenham recebido suas heranças agregadas aos dotes de casamento, ou até mesmo com o Coronel Manoel Ferreira Fonteles ainda em vida. O fato é que na Declaração de bens que fez a Câmara da Vila de Sobral, em 1788, registrada nos documentos "Relações das Plantações e Criações de Gado Existente na Vila de Sobral-1788", Manoel Ferreira Fonteles Filho aparece como proprietário da Fazenda Tucunduba, e com a patente de Capitão do Regimento de Ordenanças. Segundo Frota, está registrado que:

> "Capitão Manoel Ferreira Fonteles [Filho], morador e proprietário da fazenda de gado denominada Tucunduba, [As margens] [d] no Rio Acaraú, seus limites e extensão de terra [eram:] Meya legoa de terra de cumprido com meya` legoa de largo [,] de uma só banda no dito Rio [Margem esquerda] que principia com as terra de Tomé Ferreira Fonteles e finda com [as] terras do Sargento mor Manuel Francisco de Vasconcelos[214]"

Ao analisarmos a extensão da Fazenda Tucunduba em 1788, ano da declaração de bens a Câmara da Vila de Sobral, ela media apenas meia légua de comprido, com meia de largo, ou seja, muito aquém da sesmaria, que media 03 léguas de comprido com uma largo, comprada de Nicolau da Costa Peixoto pelo Capitão Manoel Ferreira Fonteles. Assim sendo, deduzimos que em 1788 a Fazenda Tucunduba que está declarada nas "Relações das Plantações e Criações de Gado Existente na Vila de Sobral-1788", é parte da herança que ficou com o Capitão Manoel Ferreira Fonteles Filho, que declarou também possuir:

> Gado Caprino: 76 cabras, e 46 cabritos; Gado Cavalar: 25 éguas parideiras, 10 poldros e poldras, 08 poldrinhos, 10 cavalos de fábrica; Gado Vacum: 28 gado de açougue, 100 vacas parideiras, 30 novilhos e novilhas, 25 garrotes e garrotas, 70 bezerros, Instrumentos Agrícolas; 3 machados, 2 enxadas, 2 foices e um cavador[215].

Manoel Ferreira Fonteles Filho, também declarou que ano em questão, plantou na Fazenda Tucunduba: 5.000 covas de mandioca; meia mão de milho; e 25 braças de algodão, colhendo com isso, 35 alqueires de farinha; 100 mãos de milho; e 08 arrobas de caroço de algodão, todavia, sobre a mão de obra para sua fazenda, ele declarou possuir 02 escravizados do sexo masculino[216].

Sobre a declaração de Manoel Ferreira Fonteles Filho, em possuir apenas 02 escravizados como mão de obra para trabalhar, tanto na fazenda de criar, quanto nas plantações. Todavia, entendemos que havia mais escravizados na Fazenda Tucunduba, visto que seu

---

[214]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 214.
[215]- Ibidem, p. 215.
[216]- Ibidem, p. 50.

inventário, realizado em razão de sua morte em 1795, o qual, teve como inventariante sua esposa, Ana Maria da Conceição, registra que o inventariado possuía *04 escravizados*, conforme, descrevemos abaixo.

> 1. Maria, Preta, Angola, 35 anos, avaliada em 90$000 réis.
> 2. Felipe, Preto, [Angola], 10 anos, avaliado em 100$000 réis.
> 3. Antonio, Criolo, 06 anos, avaliado em 50$000 réis.
> 4. Anna, Criola, 03 anos, avaliada em 40$000 réis[217].

Ao examinarmos, o trecho acima do inventário de Manoel Fereira Fonteles Filho, constamos que aumentou em 100% o número de escravizados na Fazenda Tucunduba, visto o que o mesmo declarou a Câmara da Vila de Sobral em 1788, ter a posse de 02 escravizados. É digno de nota, registrarmos nossa dedução, a respeito de que os escravizados, Antonio, Criolo, 06 anos, e Anna, Criola, 03 anos, possam ser filhos da escravizada Maria, capturada na África, revendida no Brasil e trazida para a Fazenda Tucunduba, sendo que, provavelmente ela tenha sido desembarcada no Recife ou Goiana, e depois no Porto do Itapagé (Itarema), pois, assim como os outros moradores da Vila de Sobral, Manoel Ferreira Fonteles Filho mantinha negócios de venda de gado vacum a comerciantes que regularmente viajavam a Capitania de Pernambuco, conforme nos diz, Frota: "As cabeças de gado vacum de açougue que vendera no porto do Itapagé a Manoel Rodrigues Ribeiro para este transportar por mar negócio para Pernambuco[218].

Um outro exemplo do uso de africanos e afro-brasileiros como mão de obra escravizada na Fazenda Tucunduba, é o caso do inventário de Bibiana Ferreira Fonteles, arrolado por seu esposo e inventariante, Quintiliano Dias Leitão, que após a morte de Manoel Ferreira Fonteles, ficaram residindo com Manoel Ferreira Fonteles Filho na Fazenda Tucunduba, sendo que depois da morte de Manoel Ferreira Fonteles Filho, em 1795, o casal Bibiana Ferreira Fonteles e Quintiliano Dias Leitão, provavelmente tenham ficado na fazenda e conservado o mesmo topônimo, visto que, a localidade de Tucunduba no Município de Morrinhos, Zona Norte do Estado do Ceará, começou a se formar a partir dum povoado em torno da Casa Grande da Fazenda. Sobre a transição de Fazenda para povoado, as memórias dos moradores da localidade de Tucunduba ainda estão bem vivas. Perguntada sobre a Fazenda Tucunduba, Dona Dalva Fonteles, 84 anos, nos conta que:

---

[217]- **Inventário post-mortem de Manoel Ferreira Fonteles Filho**, **1795.** BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.08, CAIXA: 39.

[218]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 214.

> Quando eu me entendi por gente, nós já morava na casa do meu avô Francisco Fonteles, que já tinha morrido, nossa casa era perto da lagoa, a tapera da casa grande, que tinha uns tijolão bem grande, meus tios, também moravam perto dela, era umas oito famílias que moravam tudo perto, perto da lagoa, e do Rio, perto assim, uns 15 minutos andando a pé (risos). Só que depois que eu me casei com 16 anos vi morar aqui no curralinho e fui lá poucas vezes, mais se você for ainda encontra a tapera[219].

O relato de Dona Dalva Fonteles não permite dúvida de que a Fazenda Tucunduba, permaneceu ativa com o mesmo topônimo por séculos após a morte de Manoel Ferreira Fonteles, depois que se transformou em povoado, recebeu a denominação geográfica de localidade Tucunduba. Fomos até a localidade a procura das ruínas, ou tapera[220] com diz a Dona Dalva, da possível casa grande da Fazenda Tucunduba, infelizmente nada encontramos, senão alguns pedaços de tijolos muito antigos, devido a técnica utilizada na construção dos tijolos serem semelhantes ao cozimento de um barro preto, parecido com o encontrado na Fazenda Crôa, localizada na mesma direção, só que na outra margem do Rio Acaraú, deduzimos que eles foram produzidos antes do século XIX. O principal motivo das péssima condições das ruínas das casas antigas nas fazendas que deram origem do município de Morrinhos-CE, é o uso dos seus tijolos e telhas na construção de outras casas, prática muito comum na região do Baixo Acaraú.

Fechado esse parêntese, voltemos ao inventário de Bibiana Ferreira Fonteles, o qual foi arrolado, por seu esposo e inventariante, Quintiliano Dias Leitão, em 1805, ano da morte de Bibiana. Nos autos do inventário Quintiliano Dias Leitão declarou que Bibiana possuía 04 escravizados, conforme descreveremos a seguir:

> 1. José, 60 anos, avaliado em 100$000 réis.
> 2. Catirina, Criola, 18 anos, avaliada em 150$000 réis.
> 3. Pedro, Criolo, 11 anos, avaliado em 100$000 réis.
> 4. Manoel, Criolo, 09 anos avaliado em 90$000 réis[221].

Assim sendo, Quintiliano declarou que a inventariado possuía 440$000 réis em escravizados afro-brasileiros, uma do sexo feminino, e 03 do sexo masculino. Como vimos, tanto o casal Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira Fonteles, quanto Manoel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, viveram na Fazenda Tucunduba usando mão de obra escravizada africana e afro-brasileira no serviços da roça, e nos afazeres domésticos.

---

[219]- Maria Dalva Fonteles Rocha, 84 anos, nasceu no povoado de Tucunduba, hoje, uma Localidade distante 10 km da cidade de Morrinhos. Entrevista realizada por Fábio Júnior Avelino no dia 15/09/2017, em sua residência no localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce.

[220]- Tapera: Casa velha abandonada que perdeu o teto ou parte dele.

[221]- **Inventário post-mortem de Bibiana Ferreira Fonteles, 1805**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.05, CAIXA: 52.

Reiterando a afirmativa do uso de escravizados como mão de obra nas fazendas localizadas nos termos da Vila de Sobral, como é o caso das Fazendas que deram origem ao município de Morrinhos, está o Censo de 1804, o qual, afirma que a população da Vila de Sobral era composta por 9.952 habitantes, dentre os quais, 2.978[222] eram escravizados.

Tomé Ferreira Fonteles, irmão de Bibiana, e logicamente filho de Manoel Ferreira Fonteles, declarou a Câmara da Vila de Sobral, em 1788, ser proprietário da Fazenda Várzea Grande, a qual, segundo o Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará, está descrito que:

> "Capitão Tomé Ferreira Fonteles [,] morador e proprietário [da] Fazenda denominada Várzea Redonda [As margens] [d] no Rio Acaracú [Acaraú, tem de] Extensão e limite de terra "Meya legoa de comprido com uma de largo na dita fazenda que principia com as terras de [Francisco] Ferreira da Ponte e com as terras de Francisco de Farias[223]".

A Fazenda Várzea Redonda, propriedade do Capitão Tomé Ferreira Fonteles, era uma fragmentação da Fazenda Tucunduba, provavelmente a parte lhe coube da herança do seu pai, Manoel Ferreira Fonteles, conforme foi especificado no testamento do mesmo, transcrito nesse trabalho anteriormente. É digno de nota também registrarmos que as terras as quais a Fazenda Várzea Redonda findava, é bem provável que também sejam fragmentações da Fazenda Tucunduba, visto que, Francisco de Farias Almeida era casado com Ana Ferreira do Espírito Santo, filha de Manoel Ferreira Fonteles, o casal era proprietário da Fazenda Juiz, a qual, foi possivelmente adquirida como dote de casamento.

É sensato nos lembrarmos que a Fazenda Juiz recebeu esse topônimo em homenagem ao rixoso Ouvidor Antônio Loureiro de Medeiros[224], sendo que hoje, as terras onde eram a Fazenda Juiz, está a localidade de Juiz, pertencente ao município de Morrinhos-CE, distante aproximadamente à 6 km da sede do município, como já foi dito anteriormente.

Enquanto que as terras que principiava com as terras da Fazenda Várzea Redonda, pertencente a Francisco Ferreira Ponte (Neto), possivelmente também era uma fragmentação da Fazenda Tucunduba, visto que Francisco Ferreira da Ponte era casado com Maria do Carmo

---

[222]- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **O Declínio da Escravidão no Ceará**. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1988, p. 24.
[223]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará.** Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 215.
[224]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005, p. 135.

Fonteles, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho[225], que em 1788, ano da Declaração de Bens a Câmara da Vila de Sobral, era proprietário duma parte da Fazenda Tucunduba. Contudo, nestas terras que principiava com a Fazenda Várzea Redonda, e que pertencia a Francisco Ferreira da Ponte, hoje está situado a localidade de Espinhos dos Lopes pertencente ao Município de Morrinhos-CE, distante à aproximadamente 10km da sede deste município.

Tomé Ferreira Fonteles, na mesma declaração de bens, também afirmou dispor na sua fazenda de 162 cabeças de gado, distribuídos em:

> Caprino: 30 cabras e 20 cabritos; Cavalar: 10 éguas parideiras, 08 poldros e poldras, 05 poldrinhos, e 06 cavalos de fábrica; Vacum: 08 gado de açougue, 30 vacas parideiras, 10 novilhos e novilhas, 10 garrotes e garrotas, e 25 bezerros; Instrumentos agrícolas: 3 machados, uma enxada e uma foice; **Escravos: 07, entre machos e fêmeas**[226]. (Grifo nosso)

Assim como na Fazenda Tucunduba, as fazendas que surgiram à partir de sua fragmentação também usaram mão de obra escravizada africana e afro-brasileiras nas roças, e nas criação de gado, na Fazenda Várzea Redonda, Tomé Ferreira Fonteles tinha uma plantel de 07 escravizados entre machos e fêmeas. Ao especificar que tinha vendido gado de açougue no porto de Itapajê (Itarema), a Manoel Rodrigues Ribeiro[227], fica claro que assim como seu irmão Manoel Ferreira Fonteles Filho, ele também mantinha negócios com comerciantes que viajavam regularmente para Pernambuco, de onde possivelmente comprou os escravizados que trabalhavam na sua fazenda.

Um igual exemplo da utilização da mão de obra escravizada próxima a Fazenda Tucunduba, foi na faixa de terras denominada Fazenda Salgado, a qual, primeiramente pertenceu a Mateus Mendes de Vasconcelos, depois por procuração a seu filho, Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos. Declarando seus bens em 1788, a Câmara da Vila de Sobral, ele atesta que a Fazenda Salgado tinha de extensão e limites: "Meya légoa de terra de comprido com uma de largo para uma só banda do dito Rio [Acaraú] que principia com as terras do Marco e finda com as terras do Capitão Antonio de Carvalho[228]". As terras do Marco, conforme está transcrito acima, provavelmente refira-se as terras de Francisco Ferreira Fonteles, filho de

---

[225]- Ibidem, p. 208.
[226]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 215.
[227]- Ibidem, p. 445.
[228]- Ibidem, p. 213.

Manoel Ferreira Fonteles, e proprietário da Fazenda Marco, sendo que, onde era sede da Fazenda, hoje é a cidade do Marco[229].

Enquanto que as terras que a Fazenda Salgado findava, pertencente ao Capitão Antonio de Carvalho, filho do primogênito do Capitão Antonio Sousa de Carvalho, era a Fazenda Malhada dos Bois[230], hoje, localidade de Olho d`agua dos Bois, situado no município de Morrinhos, Zona Norte do Estado do Ceará. Nessa mesma declaração de bens a Câmara da Vila de Sobral no ano de 1788, o Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, informou haver na sua fazenda de criar, 806 cabeças de gado, classificados em:

> Gado cavalar: 50 eguas parideiras, 20 cavalos de fábrica, e 13 poltrinhos; Gado Vacum: 55 gado vacum de açougue, 200 vacas parideiras, 90 novilhos e novilhas, 168 garrotes e garrotas, e 160 bezerros; Instrumentos agrícolas: 03 machados, 03 enxadas, uma foice e um cavador.[231]

Para trabalhar com todo esse gado, o Capitão-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, declarou senhorear, entre machos e fêmeas, *05 escravizados*. Porém, pela quantidade de escravos declarada, e os números do rebanho de gado, inferimos que a mão de obra livre foi muito utilizada na Fazenda Salgado. Sendo que, a maioria dessa mão de obra era composta de mestiços e negros forros e livres.

Um outro caso de fazenda que usou da mão de obra escravizada, como força de trabalho na lida com o gado, e nas plantações, principalmente na Lavoura de Algodão, foi a Fazenda Junco Manso. Criada em 1833 a partir de uma fragmentação da Fazenda Poço, pertencente à Inácio Gomes da Frota, o qual, possuíam também a Fazenda Poço das Araras ou Buraco das Araras, e que fora casado com Ana Joaquina da Conceição Menezes, filha de do Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, proprietário da Fazenda Salgado, e este filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, primeiro proprietário da Fazenda Curralinho e genro de Manoel Ferreira Fonteles, fundador da Fazenda Tucunduba, vizinha da Fazenda Salgado.

Por sua vez, a Fazenda Poço Branco, é uma fragmentação da Fazenda Salgado, onde provavelmente Inácio Gomes da Frota tenha recebido as terras da fazenda, como dote de seu casamento, Ana Joaquina da Conceição Menezes, filha de do Sargento-mor Manuel Francisco de Vasconcelos, em 1806. O casal teve 20 filhos, e entre eles estava Antonino Gomes da Frota,

---

[229]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800.** 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 219.
[230]- Idem, ARAÚJO, Pe. Francisco. Sadoc de, **Cronologia Sobralense- Séculos XVIII e XIX- 1801-1840**. 2ª edição. Vol. II, Fortaleza: Edições ECOA, 2015- p. 119.
[231]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 213.

que se casou em 1833, com Ana Joaquina da Conceição Menezes, filha de Antônio Ferreira Gomes, e este filho de Antônio Mendes de Vasconcelos.

Antonino Gomes da Frota depois de haver casado, adquiri uma faixa de terras entre as fazendas Poço Branco e Buraco ou Poço das Araras, propriedades de seu pai, Inácio Gomes da Frota. Por volta de 1860, Antonino Gomes da Frota, já bastante debilitado, vende a Fazenda Junco Manso à Joaquim Ferreira Rios, filho de filho de Francisco Ferreira Rios, o qual era filho de Manuel Ferreira Fonteles, e este filho de Manoel Ferreira Fonteles, primeiro proprietário da Fazenda Tucunduba. É possível que Antonino tenha vendido a Fazenda Junco Manso junto com alguns afro-brasileiros escravizados, e os mesmo depois da Abolição permaneceram lá.

No final do século XIX, A Fazenda Junco Manso era propriedade de José Freitas Rios, filho de Joaquim Ferreira Rios, o qual entre seus os trabalhadores estava Manoel Francisco da Silva, afrodescendentes, nascido provavelmente em 1880, sendo que, o mesmo nasceu livre em decorrência da Lei do Ventre Livre entrada em vigor à partir de 1871. O Sr. Chico Luca, afrodescendente, 102 anos, indagado sobre pai, Manoel Francisco da Silva, e as origens da localidade de Junco Manso, em um momento de lucidez, entre os lapsos de memória, nos atestou que:

> Essas terra aqui era da fazenda Junco Manso do Freitas Rios do Marco, mas parece que era de herança do pai dele, meu avô o nego Francisco trabalhou pro pai do Freitas Rios, nego Francisco (Risos) parece que era, Francisco das Chagas, eu conheci ele quando eu era menino, ele morreu muito velho não, era doente, rendido parece, minha avó num conheci não. Meu pai era o Manoel Francisco da Silva, esse nome Silva foi inventado em Santana pra ele casar[232].

O Sr. Chico Luca, já um pouco cansado, e clamando a todo instante do calor, perguntado sobre a possibilidade de haver escravos na Fazenda Junco Manso, ele relutou um bom tempo, depois disse:

> Eu escutei muitas história dexe negoço de escravo poraqui, mais eu nunca vi. meu avô, Francisco das Chagas trabalhou só pera comida, naquele tempo os pobi trabalhava só pera comida, ele nunca apanhou não, na seca que teve, os irmão dele e outos que tinha aqui foru tudo mandado pra trabalhar nas terra longe, pero pai do Freitas Rios, aqui no Junco Manso ficou só meu avô a muier e os filhos, por que eles era cumpadi, diz que tinha bem uns 10 dexes qui foro mandado pra fora trabalhar. us irmão do meu pai uns foru pra banda do camucim, do acaraú, essas banda aí, quando eu mi entidi por gente, o Freitas Rios vivia mais no Marco que aqui, aqui não tinha mais muito gado, tinha quaz mais nada, mais os filho do meu pai tudo casou e ficou por aqui, nois vivia da roça, da caça, da pesca, depois veio muito nego pra cá, veio da

[232]- Chico Luca, 102 anos, a citação foi dita durante uma entrevista na residência do mesmo, na localidade de Junco Manso, em 13/09/2016.

> Arara, veio do Batim, veio do pé da serra, por isso tem muito nego aqui, só sei dessas coisas, sei mais de nada de escravo não[233].

Ao fazermos uma análise das palavras do Sr. Chico Lucas, logo percebemos os resquícios do processo de escravização, visto que, ao afirmar que o avô, Francisco das Chagas trabalhava só pela comida, e que os irmão dele, e outros afrodescendentes foram mandados para trabalhar em terras longes. Ao usar a expressão mandado para trabalhar em terras longe, o Sr. Chico Luca, no leva a compreendermos que os afrodescendentes que trabalhavam na Fazenda Junco Manso em meados de 1860, eram na realidade escravizados que foram vendidos no tráfico interprovincial, o qual, que começou ganhar um maior destaque após promulgação da Lei Bill Arbedeen, em 1845, a qual, proibia o tráfico transatlântico de africanos.

A escravidão no Ceará Colonial e no Ceará, apresentaram características diferenciadas das outras Capitanias da Colônia Portuguesa e das demais Províncias do Brasil Imperial, no Ceará Escravagista, as principais atividades econômicas eram a pecuária, a produção de alimentos para a subsistência e, no século XIX, a produção do algodão. Setores que não demandavam grande quantidade de trabalho, suprida por trabalhadores pobres livres, geralmente negros e pardos, forros e livres. Contudo, apesar da hegemonia do trabalho livre em meados terceiro quartel do século XIX, o trabalho escravo esteve bastante presente, principalmente em atividades domésticas e como padrão de status social. Segundo dados do recenseamento de 1872, o Ceará possuía 721.686 almas, sendo 689.773 livres e 31.913 escravas[234], enquanto que no município de Santana do Acaraú, o qual, o então povoado de Morrinho era administrativamente subordinado, havia 1.028 escravizados, dos quais, 587 foram registrados com Pretos, e 441 como Pardos, distribuídos entre 597 homens e 431 mulheres[235].

É provável que a seca que o Sr. Chico Lucas se refira, seja a estiagem que assolou o Ceará, em 1877/79, a qual ficou conhecida como a seca dos três sete. A crise econômica provocada pela seca, gerou escassez de alimentos e a mortalidade do gado, em decorrência disto, as autoridades administrativas e os proprietários de escravizados potencializaram as articulações do tráfico interno na Província do Ceará. Sobre isso, Teófilo nos atesta que:

> Abriram-se alguns escriptórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do ultimo recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada por baixo preço; as peças custavam às vezes duas saccas de farinha ao

---

[233]- Ibidem, 13/09/2016.

[234]- **Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872**. Diretoria Geral de Estatística (DGE), Província do Ceará p. 172. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso: 15/04/2017.

[235]- **Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872**. Diretoria Geral de Estatística (DGE), Província do Ceará p. 94. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso: 15/04/2017.

> magarefe italiano, que affrontava os perigos das longas travessias. Sahiram durante o anno de 1878, pelo porto de Fortaleza 2.909 escravos para o Sul do Império. Era um quadro desolador o embarque d'esses desgraçados. Todos uniformisados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor.[236]

Contudo, nas terras onde eram as extensões da Fazenda Junco Manso, hoje se encontra a localidade de Junco Manso, a qual, tem sua população majoritariamente Negra, morando em sua grande maioria em casas de taipa, nas terras da pertencentes a Paroquia São Manuel do Marco, fruto da doação de José Freitas Rios.

Porém, recente parte dos habitantes da localidade de Junco Manso, assim como nas localidades de Curralinho e Alto Alegre, se auto identificaram com Afrodescendentes, Remanescentes de Quilombolas, e fundaram uma associação intitulada Associação dos Agricultores Remanescentes de Quilombolas de Junco Manso (ARQUIJUM- CNPJ: 20.507.838/0001-83), a qual, foi criada com o intuito de lutar pela titulação das terras que eles moram, resgatar e difundir a cultura afro-brasileira, como também promover o auto reconhecimento dos moradores da localidade, principalmente os mais jovens, instigando-os a lutarem por visibilidade histórica, e contra a exclusão social.

A comunidade dos Remanescentes de Quilombola do Junco Manso até este momento ainda não recebeu a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, porém, o processo está em tramitação, em estágio bastante avançado. Todavia, o sentimento de ancestralidade quanto as suas ascendências africanas já se irradiou na comunidade.

4.5 ESCRAVIDÃO NEGRA NA FAZENDA CURRALINHO

Em 1788, o Capitão do Regimento de Cavalaria, Mateus Mendes de Vasconcelos, em sua prestação de contas a Câmara da Vila de Sobral, declarou possuir a Fazenda Curralinho, a qual, foi uma das fazendas que deram origem ao Município de Morrinhos, situado na Zona Norte do Estado do Ceará, como já foi posto anteriormente. Segundo esta declaração, a Fazenda Curralinho tinha em suas extensões, "Duas léguas de comprido com uma de largo"[237], a margem direita do Rio Acaraú.

O Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos, também declara que no ano de 1788 na Fazenda Curralinho, criava-se:

---

[236]- TEÓFILO, Rodolfo. **História da Secca do Ceará (1878-1880***)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 250.

[237]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 445.

> Caprinos: 160 cabras e 60 cabritos; Ovino: 40 ovelhas e 20 cordeiros; Cavalar: 60 éguas parideiras, 16 poldrinhos e 20 cavalos de fábrica; Vacum: 170 cabeças de açougue (dos quais vendera 40 cabeças no porto de Itapajé (Itarema) a Manoel Rodrigues Ribeiro para transportar a Pernambuco a negócio), 60 novilhos, 90 garrotes e 140 bezerros que ferrou, **11 escravos**, 4 machados, 5 enxadas, duas foices e um cavador.[238] (Grifo nosso)

Ao analisarmos os bens declarados a Câmara da Vila de Sobral em 1788, entendemos que o Capitão Mateus Mendes de Vasconcelos era um homem de muitas riquezas, é prudente observarmos que entre os bens semoventes que foram declarados, são registrado a presença de 11 escravizados, os quais trabalhavam forçadamente na Fazenda Curralinho. Corroborando com essa afirmativa está a declaração feita no auto do seu inventário realizado em 1793, ano de sua morte, o qual, descreve que ele possuía 10 escravizados. Sobre as descrições dos escravizados, como; nome, etnia, idade, cor, preço, está declarado que:

> 1. Antonio, Angola, Preto, 33 anos, avaliado em 100$00 réis.
> 2. Francisco, Criolo, 20 anos, avaliado em 100$000 réis.
> 3. Joaquim, Angola, Preto, 40 anos, doente, avaliado em 50$000 réis.
> 4. Antonio, Preto, 70 anos, avaliado em 20$000 réis.
> 5. Joaquim, Criolo, 15 anos, avaliado em 100$00 réis.
> 6. Floriana, Mulata, 46 anos, avaliada em 70$000 réis.
> 7. Antonia, Mulata, 43 anos, avaliada em 80$000 réis.
> 8. Maria, Criola, 06 anos, avaliada em 50$000 réis.
> 9. Josefa, Criola, 22 anos, avaliada em 100$000 réis.
> 10. Margarida, Criola, 01 anos, avaliada em 30$000 réis[239].

Entre os escravizados arrolados no inventário do Cap. Mateus Mendes de Vasconcelos, transcrito acima, o qual, teve como inventariante, sua esposa Maria Ferreira Pinto, percebemos que havia 05 homens e 05 mulheres. Todavia, ao analisarmos a idade de três dos escravizados, Joaquim, Criolo, 15 anos; Maria, Criola, 06 anos; Margarida, Criola, 01 ano, deduzimos que os mesmos, possivelmente nasceram na Fazenda Curralinho, visto que ela foi criada em 1743, e que provavelmente a presença de cativos africanos nesta fazenda seja bem anterior a declaração de bens do Cap. Mateus Mendes a Câmara da Vila de Sobral, em 1788, e da relação de seus bens no inventário de 1793, em virtude de sua morte.

Na Fazenda Curralinho, em 1795, morre Maria Ferreira Pinto, viúva do Cap. Mateus Mendes de Vasconcelos, e em virtude disso, seus bens são inventariados, tendo como responsável pelo arrolamento e partilha do bens, seu filho Vicente Ferreira de Vasconcelos, morador da referida fazenda. Sobre os escravizados africanos e seus descendentes, as descrições como; nome, etnia, idade, cor, preço, está declarado que no supracitado inventário que:

---

[238]- Ibidem, p. 445.

[239]- **Inventário post-mortem de Mateus Mendes de Vasconcelos, 1793**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.01, CAIXA: 38

1. Antonio, Preto, Nação Angola, 42 anos, avaliado em 100$000 réis.
2. Antonio, Preto, Nação Angola, ? anos, Avaliado em 20$000 réis.
3. Antonia, Mulata, 45 anos, avaliada em 80$000 réis.
4. Maria, Cabra, 08 anos, avaliada em 70$000 réis[240].

Como vimos, os escravizados que estavam sob as posses de Maria Ferreira Pinto, eram 04. Sendo que, possivelmente, a escravizada Maria, 08 anos de idade, avaliada em 70$000 réis, especificada como cabra, talvez por que fosse filha de um mulato (a) com preto (a) ou criolo (a), o que na prática significava ter a cor da pele menos escura que os catalogados como Pretos, oriundos da África, e os criolos, filhos dos escravizados africanos nascidos no Brasil, tenha nascido na própria fazenda. Enquanto que, o escravizado Antonio, Preto, Africano, oriundo de Angola, ou no mínimo embarcado no Porto de Luanda, foi avaliado por apenas 20$000, o que pressupõe-se que ele fosse idoso ou doente.

Um outro inventário que registra a presença de escravizados na Fazenda Curralinho, é o de Tomásia Ferreira Fonteles, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, este, obviamente filho do Tenente do Regimento de Ordenanças, Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, enquanto que, Ana Maria da Conceição era filha de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira. Tomásia Ferreira Fonteles, faleceu em 1798, e seu esposo, Tenente do Regimento de Cavalaria, Alexandre Pereira da Rocha, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos, e Maria Ferreira Pinto, fez o arrolamento de seus bens em 1799.

Ao que consta, depois do falecimento de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, em 1793 e 1795, respectivamente, foi o casal Alexandre Pereira da Rocha e Tomásia Ferreira Fonteles que ficaram herdaram a Fazenda Curralinho ou parte dela, visto que, após casarem-se em 1792 ficaram residindo na mesma[241]. Sobre as categorização dos escravizados no inventário de Tomásia Ferreira Fonteles, está detalhado que ela possuía 04 escravizados, os quais eram:

1. Joaquim, Criolo, 18 anos, avaliado em 110$000 réis.
2. Matilde, Criola, 14 anos, avaliada em 100$000 réis.
3. Joaquim Marques, Criolo, ? anos, avaliado em 110$000 réis.
4. Mati, Criola, 14 anos, avaliada em 100$000 réis[242].

[240]- **Inventário post-mortem de Maria Ferreira Pinto, 1795**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.03, CAIXA: 39

[241]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 85.

[242]- **Inventário post-mortem de Tomásia Ferreira Fonteles, 1799**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.07, CAIXA: 45

Os resquícios do processo de escravização ainda é muito latente nos moradores afrodescendentes da localidade de Curralinho, visto que a grande maioria mora em casas de taipa, nas terras cedidas pelos proprietários, sendo que estes porém, descendentes dos antigos escravagistas. Desta forma há uma enorme distância social, entre a maioria afrodescendentes e a minoria branca, os quais são os proprietários das terras, os funcionários da única escola da comunidade, os ministros leigos da capelinha, os responsáveis pela distribuição de água. Enquanto que os afrodescendentes são a mão de obra barata nas fazendas durante o período das chuvas, e na extração da folha da carnaubeira durante o verão.

Essa distância social fica mais acentuada quando os moradores informalmente dividem a localidade em Curralinho de Baixo, habitado pelos brancos, proprietários das terras, e o Curralinho de Cima, habitado pelos afrodescendentes em casas de taipa, com condições mínimas de higiene, onde sua maior fonte de renda é o Programa Bolsa Família do Governo Federal. Sobre essa distância social, Maranhão, Avelino, e da Silva (2018), nos contam que:

> A comunidade Curralinho de Cima, cuja origem remonta ao início do Século [...] [XVIII], se identificam como afrodescendentes e, através de sua associação, estão lutando pelo reconhecimento como Comunidade Quilombola. Na comunidade residem, aproximadamente, [120] famílias. No entanto, o que mais chama a atenção a respeito desta comunidade é o abandono social latente, pois as famílias vivem em condições miseráveis, residindo, em sua maioria, em casas de "taipa", com péssimas condições de habitação, sendo visivelmente distanciadas socialmente da cidade, embora a distância física seja mínima. [...] a maioria das pessoas entrevistadas vivia em casas onde não havia a mínima estrutura, com condições precárias de higiene, faltando-lhes até mesmo a alimentação. Além disso, as pessoas que ali residem queixaram-se da dificuldade de acesso aos programas sociais do município e à assistência básica, que, teoricamente, são garantidas pela Constituição, como saúde, educação, lazer. A pobreza e a falta de oportunidades de trabalho são visíveis, predominando, na quase totalidade, a renda derivada do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Além disso, o acesso à zona urbana do município é muito difícil, já que poucos possuem meios próprios de transporte. Problemas de saúde e falta de abastecimento de água são comuns à localidade, os moradores dessa localidade vivem certamente à margem da sociedade [...]. Através dos fatos comentados, é evidenciado que pouca coisa se faz para reverter o quadro de problemas daquela localidade. O simples fato da localidade ser popularmente denominada de Curralinho de Cima e dessa forma está isolado da outra parte da localidade de Curralinho [de Baixo] ("Curralinho dos Brancos") nos mostra que este distanciamento é mais do que um simples problema social, mas histórico-social, que remete a um contexto mais complexo, neste caso entende-se que o fato de a comunidade ser uma comunidade afrodescendente reflete diretamente nesse distanciamento social de forma a colaborar com essa distância, a realidade é muito parecida como muitas comunidades quilombolas espalhadas pelo país, que infelizmente possuem as mesmas características sociais descritas[243].

Curralinho é localidade mais pobre do município de Morrinhos, a concentração de

[243]- Antônio Roniele Maranhão; Fábio Júnior Avelino; Daniela Costa da Silva. **De Morrinhos a Curralinho: Proximidade Física, mas uma longa distância social**. XX Encontro de Iniciação Científica; XIII Encontro de Pós-Graduação de Pesquisa. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Sobral-CE. 2018. (Resumo).

renda é altíssima, visto que apenas 10 famílias (todas localizadas no Curralinho de Baixo)[244], detém a posse das terras, os empregos públicos, apesar de todo esse distanciamento histórico-social, evidenciado pelos problemas sociais descritos acima, os moradores afrodescendentes da localidade de Curralinho auto identificaram-se como Remanescentes de Quilombolas, organizaram-se e fundaram uma associação, denominada; Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombolas de Curralinho (ARQUICE- CNPJ: 33.018.533/0001-50), recentemente certificada pela Fundação Cultural Palmares.

Segundo Clemildo Souza, morrinhense, auto declarado remanescente de quilombola, principal articulador das Associações de Remanescentes de Quilombolas do Município Morrinhos-CE, e Coordenador da Comissão Estadual Quilombola Rural do Ceará (CERQUIRCE), e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), afirma que não foi só a Associação de Remanescente de Quilombola de Curralinho, mas, também a Associação de Remanescente de Quilombola de Alto Alegre e de Junco Manso, foram criadas com o objetivo de:

> Lutar pelo direitos do povo remanescente de Quilombola do Município de Morrinhos, onde atualmente são três localidades que parte da população se auto identificou como remanescente de Quilombola, apesar de que para se conseguir um projeto, ser um processo muito burocrático, já conseguimos dois, um para a Associação do Curralinho e uma para o Junco Manso, agora estamos tentando um para a Associação de Alto Alegre, e outros mais. Mas, o nosso objetivo maior é a titulação das terra, moramos em terras cedidas que há pouco tempo atrás erámos proibidos até de construir nossas casas de alvenaria, hoje, os proprietários das terras permitem, mas ainda assim dificilmente alguém constrói, sonhamos também com uma escola Quilombola. Temos muitas dificuldades, as verbas estão cada vez mais escassas, quando não cada vez, mais o governo exigem coisas para liberar a verba, o certo é que estamos cada vez mais determinados a lutar pelos nosso direitos, o País tem uma dívida histórica com os Remanescentes de Quilombo, nunca vai ser paga, mais pode ser minimamente reparada[245].

Como vimos, mesmo com a escravidão tendo sido oficialmente abolida a mais de um século, muito dela ficou na vida dos afrodescendentes, visto que vários são os estigmas sociais herdadas pelas comunidades onde o processo de escravização aconteceu, como as

---

[244]- Formalmente, a localidade de Curralinho não está dividida em Curralinho de Cima, habitado pelos afrodescendentes, e Curralinho de Baixo, habitado pelos brancos, essa divisão foi citada algumas vezes pelos moradores da localidade durante pesquisas de campo, porém, quem conhece a localidade percebe facilmente os dois Curralinho em um só.

[245]- José Clemildo de Souza, Coordenador da Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes Quilombolas de Alto Alegre (ACOMARQ- CNPJ: 33.287.945/0001-95), da Comissão Estadual Quilombola Rural do Ceará (CERQUIRCE), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), principal articulador das três Associações de Remanescentes de Quilombola de Morrinhos, Ce. Entrevista realizada durante a I Semana Municipal da Consciência Negra de Morrinhos-CE, que aconteceu entre os dias 18 à 23 de novembro de 2019.

localidades de Curralinho, Junco Manso e Alto Alegre do Município de Morrinhos, na micro região do Vale do Acaraú.

Contudo, apesar de ainda haver algumas políticas públicas no Brasil com intuito de reparar os herdeiros do processo de escravização, a dívida histórica do país é impagável. Visto que alguns dos programas do governo, incluindo bolsas e cotas em universidades, tentam ressarcir parte desta dívida e inseri-los de vez, com respeito e dignidade, na sociedade.

4.6 ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NAS FAZENDAS, AREAL E OLHO D`AGUA.

Uma outra Fazenda Originária do Município de Morrinhos que teve a escravização africana e afro-brasileira como força motriz de sua mão de obra, foi a Fazenda Areal. Fundada em 1777, por Antônio Mendes de Vasconcelos, filho do Capitão do Regimento de Cavalaria, Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a esse tempo, proprietários da Fazenda Curralinho. Antônio Mendes de Vasconcelos era casado com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Alvares Pereira, moradores da Fazenda Jaibaras de Cima.

Em razão da morte de Ana Joaquina de Jesus, em 1795, foram arrolados os seus bens, o qual, teve como inventariante, seu esposo, Antônio Mendes de Vasconcelos. No inventário de Ana Joaquina, foram contabilizados 13 escravizados que pertenciam a mesma, e que trabalhavam forçadamente na Fazenda Areal. Sobre as especificações dos escravizados, como; nome, valor, idade, etnia, cor, no supracitado inventário está registrado que:

> 1. Manuel, Criolo, 12 anos, avaliado em 75$000 réis.
> 2. Joaquim, Cabra, 01 anos, avaliado em 35$000 réis.
> 3. Pedro, Preto, Angola, 40 anos, aberto dos peitos, avaliado em 90$000 réis.
> 4. Antonio, Cabra, 18 anos, rendido das virilhas, avaliado em 70$000 réis.
> 5. João, Mulato, 16 anos, avaliado em 115$000 réis.
> 6. Antonio, Preto, Angola, 25 anos, avaliado em 100$000 réis.
> 7. Josefa, Criola, 24 anos, avaliada em 100$000 réis.
> 8. Marta, Criola, 30 anos, avaliada em 90$000 réis.
> 9. Maria, Criola, 06 anos, avaliada em 50$000 réis.
> 10. Luiza, Mulata, 08 anos, avaliada em 70$000 réis.
> 11. Rita, Cabra, 05 anos, avaliada em 40$000 réis.
> 12. José, Cabra, 02 anos e 06 meses, avaliado em 45$000
> 13. Ignácio, Criolo, 01 anos, avaliado em 25$000[246].

Ao analisarmos as especificações dos escravizados arrolados no inventário de Ana Joaquina de Jesus, percebemos que haviam 05 do sexo feminino, e 08 do sexo masculino. Um outro detalhe a ser destacado, é a quantidade de crianças escravizadas, visto que, dos 13 cativos,

[246]- Inventário post-mortem de Ana Joaquina de Jesus, 1795. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.04, CAIXA: 39.

06 eram crianças, a saber, eram: Luiza, Mulata, 08 anos; Maria, Criola, 06 anos; Rita, Cabra, 05 anos; José Cabra, 02 e 06 meses; Joaquim, Cabra, 01 ano; Ignácio, Criolo, 01 ano, assim sendo, a idade deles eram de 01 à 08 anos, e avaliados entre 70$000 à 25$000 réis. E quanto as descrições por etnia, eram 02 Angolas, 05 Criolos, 03 Cabras, e 02 Mulatos.

Assim como na localidade de Curralinho, os resquícios do processo de escravização ainda é muito presente na localidade de Alto Alegre, a qual, está situada dentro dos limites que outrora pertenceu a Fazenda Areal. A localidade de Alto Alegre é tem aproximadamente 180 habitantes, reunidos em torno de 30 famílias, onde as quais moram na grande maioria em casas de taipas, com condições minhas de habitação, nas terras dos descendentes dos proprietários da Fazenda Areal. Os moradores dessa localidade há alguns anos se auto reconheceram como Remanescentes de Quilombolas, e se organizaram numa associação denominada: Associação Comunitária dos Moradores Remanescentes Quilombolas de Alto Alegre (ACOMARQ- CNPJ: 33.287.945/0001-95).

Caetano Soares Monteiro, casado com a mestiça Luisa Ferreira Fonteles, filha legítima de Manoel Ferreira Fonteles, proprietários da Fazenda Olho D`agua das Picadas, a qual extremava com as Fazendas Curralinho e Areal, e que hoje é a localidade de Pilões, situado no município de Morrinhos-CE, declarou a Câmara da Vila de Sobral, possuir um sítio de plantar de lavoura no sopé da Serra do Mucuripe, o qual, tinha de extensão e limites: Cem braças de comprimento com cem de largo [,] principia com as terras de Manoel Ferreira Fonteles filho[247], que em 1788 era proprietário de uma parte da Fazenda Tucunduba.

Caetano Soares Monteiro, declara não haver escravizados trabalhando nesse sítio de plantar lavoura, o que se justifique, talvez, por que a quantidade de terras e a produção nesse sítio não exigir muita mão de obra, fazendo que ele provavelmente recorresse aos trabalhadores assalariados, os quais eram geralmente negros e mestiços, forros ou livres. Todavia, no de 1788, em seu sítio, ele afirmou que foram plantados: 04 mil covas de mandioca, e colhidos trinta e nove alqueires; Meia quarta de milho, e colhido noventa e duas mãos de espigas; Meia quarta de feijão, colhido 06 quartas; Meia quarta de Arroz, e colhido cinco quartas; Vinte braças de algodão, e colhido 10 arrobas de caroço. Tudo para seu gasto[248], ou seja, uma grande parte da colheita era destinada a Fazenda Olho D`agua das Picadas.

---

[247]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 170.
[248]- Ibidem, p. 170

Contudo, faz-se importante registrarmos que pela localização geográfica do sítio de plantar lavoura está sopé da Serra do Mucuripe, e principiar com a Fazenda Tucunduba, e findar com terras inúteis[249], entendemos que as terras desse sítio de plantar, estava situado onde hoje é a localidade de Guaribas, localidade esta, do Município de Morrinhos-CE.

Porém, ao declarar em 1788, sua Fazenda Lagoa do Olho D`agua, hoje, localidade de Pilões, como dito anteriormente, a qual, foi registrada nos documentos referentes ao livro de Plantações e Criações de Gado da Câmara de Sobral, compilados e transcritos no Livro "*Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará*- (1974)", Organizado pela Historiadora Luciara Aragão S. Frota, Caetano Soares Monteiro, relatou que suas extensões e limites eram: "Um quarto de terra de comprido [...] com meya légoa de largo [,] principia nas extremas das terras de Manuel Gomes da Costa e finda com as terras de João da Silveira Dutra[250]", sendo que nos limites antigos, extremava também com as Fazendas Curralinho e Areal.

Caetano Soares Monteiro também declarou que na Fazenda Olho D`Agua das Picadas, em 1788, ano da sua Declaração de Bens a Câmara da recém criada Vila de Sobral, criava-se 121 cabeças de gado, especificando da seguinte forma:

> Caprino: 9 cabras, e 04 cabritos; Gado Cavalar: 10 eguas parideiras, 06 cavalos de fábrica, uma poldro, e uma poldra, 02 poldrinhos; Gado Vacum: 40 vacas parideiras, 15 novilhos e novilhas, 10 garrotes e garrotas, 30 bezerros; Instrumentos agrícolas: 02 machados e 03 enxadas, uma foice, e um cavador, *07 escravos entre machos e fêmeas*[251].

Ao analisarmos a quantidade de gado na fazenda de criar de Caetano Soares Monteiro, entendemos que era necessário mão de obra para trabalhar nas atividades pastoris, e como era mais comum usar mão de obra assalariada nos sítio de plantar lavoura, Caetano Soares Monteiro, assim como tantos outros proprietários de fazendas do seu tempo, recorreu a mão de obra escravizada, visto que, segundo ele mesmo declarou, na Fazenda Olho D`Agua das Picadas, havia *07 escravizados entre machos e fêmeas*[252].

As terras que findava com a Fazenda Lagoa do Olho D`Agua das Picadas era uma fragmentação da mesma, visto que João da Silveira Dutra, casado com Maria Soares, filha de

---

[249]- Ibidem, p. 170.
[250]- Ibidem, p. 170.
[251]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 170.
[252]- Idem, p. 170.

Caetano Soares Monteiro e Luisa Ferreira Fonteles[253], o que obviamente fazia dele genro de Caetano. Portanto, é bem provável que ele tenha adquirido está faixa de terras como dote do seu casamento com Maria Soares, o que era costume na época

Em 1765, Maria Soares, moradora da Fazenda Olho D`agua, filha de Caetano Soares Monteiro e Luísa Ferreira Fonteles, neta Manoel Ferreira Fonteles, há esse tempo, proprietário e morador da Fazenda Tucunduba, falece, e em razão disto, foi realizado o arrolamento de seus bens, os quais, teve como inventariante, seu esposo João da Silveira Dutra, o qual, entre outros bens, afirmou que a inventariada possuía 05 escravizados.

Sobre as especificações dos escravizados, como: Idade, etnia, cor, valor estimado, no inventário está descrito da seguinte forma:

> 1. Ana, Negra, Gentio da Costa, 25 anos, avaliada em 80$000 réis.
> 2. Matildes, Mulata, 03 anos, avaliada em 30$000 réis.
> 3. Felizardo, Cabra, 01 ano, avaliado em 20$000 réis.
> 4. Francisco, Preto, Gentio de Angola, 10 anos, avaliado em 60$000 réis.
> 5. Antonio, Preto, Gentio de Angola, 25 anos, avaliado em 90$000 réis[254].

Corroborando com a afirmativa de que na Fazenda Olho D`Agua, havia escravização de Africanos e de seus descendentes, está a Declaração de Bens a Vila de Sobral, que João da Silveira Dutra fez em 1788. Nesse declaração de bens, entre suas muitas propriedades, ele afirmou possuir uma fazenda denominada Olho D`Agua e um sítio de plantar lavoura no sopé da Serra do Mucuripe, extremando com o Sítio de Plantar de seu sogro Caetano Soares Monteiro. A qual, está descrito da seguinte maneira:

> João da Silveira Dutra[,] proprietário e morador e vaqueiro da Fazenda Olho D`agua[,] Extensão e limites[:] "Três quartos de terra de cumprido duma só banda do Rio Acaracú [...] com uma legoa de largo" [Sítio de Plantar] "Três quartos de terra de cumprido na barra do Mucurype que principia com terras Caitano Soares, e finda com terras inúteis.[255]"

Como foi disto antes, e ratificado na descrição acima, a Fazenda que está especificada como Olho D`Agua pertencente a João da Silveira Dutra, era uma fração da Fazenda Olho D`Agua das Picadas, propriedade de seu sogro Caetano Soares Monteiro. Um outro detalhe a ser observado, é que o sítio de plantar lavoura de João da Silveira Dutra, o qual, está registrado no livro "Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará

---

[253]- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII- 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/ Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 221.

[254]**- Inventário post-mortem de Marias Soares, 1765**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.02, CAIXA:12.

[255]- FROTA, op. cit., p. 245.

(1974)", também é vizinho ao sítio de plantar de seu sogro, que assim como o do genro, findava com terras inúteis.

Na fazenda de criar, denominada Olho D`Agua, João da Silveira Dutra declarou possuir, 06 escravizados, 13 instrumento agrícolas, e 513 cabeças de gado, distribuídos da seguinte forma:

> Gado caprino: 200 Cabras, 12 Cabritos; Gado Ovino: 80 Ovelhas, 30 Cordeiros; Gado Cavalar: 10 Eguas parideiras, 15 Cavalos de fábrica, 06 poldrinhos; Gado Vacum: 39 Gado vacum [de açougue], 120 Vacas parideiras, 20 Novilhos e novilhas, 35 Garrotes e garrotas, 24 Bois mansos [sic], 100 Bezerros; Instrumentos Agrícolas: 2 Carros; 01 Alavanca, 04 Machados, 03 Enxadas, 03 Foices, **06 escravos macho e fêmeas**.[256] (Grifo nosso)

Assim como a grande maioria dos proprietários de fazendas de criar, João da Silveira Dutra, além da mão de obra assalariada, representada geralmente pelos negros, mulatos, cabras e mestiços, forros e livres, também usava mão de obra escravizada nas suas propriedades, um outro detalhe a ser destacado na sua declaração de bens, é as 39 cabeças de gado de açougue que ele vendera na Barra do Acaraú ao Alferes Manoel Rodrigues Ribeiro, para este transportar via porto do Itapajê[257], o qual, localizava-se onde hoje é o município de Itarema, litoral Oeste do Estado do Ceará. O Alferes Manoel Rodrigues Ribeiro, era um comerciante que frequentemente viajava as praças de Pernambuco, como as de Goiana e Recife, sendo ele, possivelmente um dos abastecedores da mão de obra escravizada na Vila de Sobral.

É digno nota deixar registrado, que onde eram as terras de João da Silveira Dutra é provável que estejam situados, o distrito de Sítio Alegre, e as localidades de Bela vista, Bom jardim, Serrote Branco, Nova Floresta, todos pertencentes ao Município de Morrinhos.

Como vimos, com exceção do gado, criado numa quantidade considerável, usado tanto para o comércio das charqueadas, quanto no consumo doméstico, sendo que, principalmente o gado vacum era a principal matéria prima da indústria de couro e solas, itens imprescindíveis para a manutenção da vida no sertão. Todavia, os produtos das roça nas fazendas, geralmente eram de subsistência, as maiores safras provinham principalmente dos sítios de plantar lavoura, geralmente instalados nas regiões serranas.

---

[256]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 170.
[256]- Ibidem, p. 245.
[257]- Ibidem, p. 245.

5.7 ESCRAVIZADÃO NEGRA NAS FAZENDAS, MORRINHO E CRÔA.

A Fazenda Morrinho foi fundada pelo Capitão do Regimento de Ordenanças Manuel da Cunha Linhares, por volta de 1754, entretanto, o Capitão Manuel da Cunha Linhares por não ter fixado morada na Fazenda e ao mesmo tempo sem querer se desfazer da mesma, repassou por meios incógnitas para seu sogro e concunhado José da Costa e Sá. O Coronel José da Costa e Sá, era homem de muitos cabedais, e assim como seu genro e Capitão Manuel da Cunha Linhares também não quis fixar residência na Fazenda Morrinho, e por motivos escusos repassou a Fazenda Morrinho à seu sobrinho recém-chegado de Portugal Pedro de Araújo Costa, a qual, teve como criador por um tempo João da Silveira Dutra[258]. É digno de nota ressaltar que tanto Pedro de Araújo Costa, quanto João da Silveira Dutra eram casados com netas de Manoel Ferreira Fonteles.

Fixando residência na Fazenda Morrinho, a qual, anteriormente pertenceu aos seus tios, Manuel da Cunha Linhares e José da Costa e Sá. Em 1780, Pedro de Araújo Costa, case-se com Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira, e esta, filha do Tenente Manuel Ferreira Fonteles e Dona Maria Pereira, primeiros proprietários da Fazenda Tucunduba.

Pedro de Araújo Costa, morreu no dia 19 de julho de 1797 com 70 anos de idade, na Fazenda Morrinho, em razão disso, foi inventariado seus bens, tendo por inventariante, sua esposa, Maria José de Jesus. Ao analisarmos os autos do inventário de Pedro de Araújo Costa, constatamos que o mesmo também usou mão de obra escravizada nos afazeres da Fazenda Morrinho, entendemos que os escravizados foram utilizados tanto nas plantações, quanto na Fazenda de Criar. Sobre os escravizados, nos autos do inventário, está descrito o seguinte:

> 1. Maria, Mestiça, 30 anos, avaliada em 110$000 réis.
> 2. Rita, Mestiça, 12 anos, avaliada em 90$000 réis.
> 3. Antonio, Mestiço, 08 anos, avaliado em 70$000 réis.
> 4. Luiza, Mestiça, 06 anos, avaliada em 45$000 réis.
> 5. João, Mestiço, 02 anos, avaliado em 35$000 réis[259].

Ao atentarmos para as descrições dos escravizados, nos chama atenção, o fato de todos serem especificados como mestiços, o que naquela época significa uma melhor avaliação econômica para futuras negociações.

---

[258]- ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 150.

[259]**- Inventário Post-mortem de Pedro de Araújo Costa, 1797**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.08, CAIXA: 43.

Na Declaração de Bens que fez a Câmara da Vila de Sobral, em 1788, Antônio Mendes de Vasconcelos, proprietário da Fazenda Areal, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, donos da Fazenda Curralinho, e neto de Manoel Ferreira Fonteles, primeiro proprietário da Fazenda Tucunduba, aparece como Rendeiro da Fazenda Morrinho. Segundo o que foi transcrito no livro "Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará, 1974" organizado pela Historiadora Luciara Aragão S. Frota, Antônio Mendes de Vasconcelos tinha uma considerável fazenda de criar, numa fração de terrar da fazenda Morrinho, conforme veremos a seguir:

> Antônio Mendes de Vasconcelos [...] rendeiro [da] Fazenda Morrinho nas margens do rio Acaracú[.] Extensão e limite de terra[:] "Cem braças de terras na dita fazenda...de cumprido com uma légoa de largo que principia e finda com terras da mesma fazenda" [Criava-se] Gado Caprino[:] 12 Cabras[,] 08 Cabritos[;] Gado Ovino[:] 60 Ovelhas[,] 30 Cordeiros[;] Gado Cavalar[:] 12 Eguas parideiras[,] 06 Poldros e Poldras[,] 03 Poldrinhos[,] 08 Cavalos[;] Gado Vacum[:] 45 Vacas parideiras[,] 10 Novilhos e novilhas[,] 15 Garrotes e garrotas[,] 28 Bezerros[,] 12 Gado de Açougue[;] Instrumentos Agrícolas[:] 03 Machados[,] 03 Enxadas,[] 01 Foices[,] 01 Cavador**; *07 Escravos Machos e Fêmeas***[.] Quantidade de Plantio[:] Três mil covas de mandioca[,] Dois Prato de Milho[,] Colheita[:] Vinte cinco mãos[;] Colheu[:] Meio Alqueire de Feijão, e Meio de Arroz[260]. (Grifo nosso)

É razoável observarmos que para trabalhar com todo esse gado, a mão de obra de apenas 07 escravizados seria insuficiente, embora que esse número de escravizados represente a quantidade de 140 proprietários dos 567 que afirmaram possuir escravizados na Declaração de Bens a Câmara da Vila de Sobral em 1788[261]. Entretanto, isso nos leva a deduzirmos, que assim como outros proprietários de Fazendas agro/pastoris na Vila de Sobral, Antônio Mendes de Vasconcelos tenha recorrido a mão de obra assalariada, representada por indígenas, negros, pardos, mulatos, cabras, mestiços, forros e livres. Funes observa que:

> A medida que a ocupação do Ceará foi se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros e pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto as fazendas de criar. Num segundo momento, como o surto da lavoura algodoeira, ainda em meados do século XVIII, acentuou-se uma demanda de mão de obra configurando-se uma maior presença do trabalhador livre, como também do escravo africano.[262]

---

[260]- FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume p. 294.

[261]- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) p. 39.

[262]- FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 105.

É nessa perspectiva que percebemos, as fazendas que originaram o município de Morrinhos, imensamente voltadas para as atividades pastoris, as quais, usaram mão de obra escravizada, tanto na lida com o gado, como também nos afazeres domésticos, e em menor grau na agricultura. É importante também destacarmos que os mesmos, aderiram a mão de obra assalariada de trabalhadores livres, principalmente nos sítios de plantar lavouras. Souza, discorrendo sobre essa questão, nos afirma que:

> Nos sítios de Plantar Lavouras, localizados em sua maioria nas serras da Uruburetama, Beruoca e Rosário, são pouquíssimos os que detêm escravos. Estes eram administrados pelos rendeiros ou por moradores, não exigindo a presença de um grande número de escravos, sendo o trabalho baseado na unidade familiar cuja a renda era destinada apenas para subsistência e para suprir o mercado da Vila de frutas, mel, rapadura, cachaça. O maior número de escravos estava nas fazendas de criar, atividades domésticas, na agricultura, em particular nas áreas de cultivo de algodão[263].

Apesar da grande maioria dos sítios de plantar lavouras estarem localizados nas regiões serranas, o que seria uma estratégia dos proprietários de terras para não sofrerem com a falta dos produtos domésticos essências para subsistência, como: feijão, mandioca, milho, arroz, etc., durante o período das secas. Nas fazendas que deram origem ao município de Morrinhos, principalmente aquelas que ficam as margens do Rio Acaraú, como a Tucunduba, Salgado, Curralinho, Areal, Morrinho, etc., também produziam produtos oriundos da agricultura utilizados tanto no cotidiano da Casa-Grande, quanto na alimentação do gado.

Em decorrência das fragmentações das terras da Fazenda Morrinho, a Fazenda Crôa foi instituída por João Pedro de Araújo, em 1846, ano de seu casamento com Maria José de Meneses, filha de Antônio Ferreira Gomes, filho de Antônio Mendes de Vasconcelos, proprietário da Fazenda Areal, e rendeiro de uma fração da Fazenda Morrinho, o qual, era filho de Mateus de Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, proprietários da Fazenda Curralinho, Maria Ferreira, era filha Manoel Ferreira Fonteles, primeiro proprietário da Fazenda Tucunduba, fundada em 1725.

João Pedro de Araújo, por sua vez, era filho de Joaquim de Araújo Costa, e este, filho de Pedro de Araújo Costa, casado com Maria José de Jesus, filha de Bibiana Ferreira, Filha de Manoel Ferreira Fonteles primeiro proprietário da Fazenda Tucunduba. Assim sendo João Pedro de Araújo era trineto de Manoel Ferreira Fonteles, de ambas as ascendências.

---

[263]- SOUZA, op. cit., 41.

A presença da mão de obra escrava na Fazenda Crôa, está faz partes das memórias dos descendentes dos escravizados, sendo que foi primeiramente registrado pelo memorialista Geraldo Silveira, no esboço histórico sobre o município de Morrinhos, denominado: Morrinhos de 1772 à 1999, infelizmente esse importante trabalho memorialístico encontra-se desaparecido, todavia, esse relato de escravizados na Fazenda Crôa foi publicado pelo casal de memorialistas, João Leonardo da Silveira e Maria Luzia Rocha Silveira, no livro Morrinhos: Histórias de sua História, onde está registrado que:

> As escravas Cosma e Damiana, irmãs gêmeas eram duas mucamas [...] Foram compradas pelo senhor da casa grande, João Pedro de Araújo, dono da Fazenda Crôa, à margem esquerda do Rio Acaraú, Município de Morrinhos, que também tinha o pelourinho onde haviam argolas de ferro para amarrar os escravos à noite para dormirem. [...] Quando as noites eram de luar, todas escravas dormiam na Senzala para evitar que [...] saíssem e fosse se encontrar com seus pretensos namorados [...] Conta-se que tiveram filhos sadios, os homens eram trabalhadores no campo, exerciam a profissão de agricultores, as mulheres, geralmente era cozinheiras e trabalhavam como domésticas, nas casas das pessoas abastadas.[264]

O casal de memorialistas não registra a data de quando elas foram compradas, nem o valor, e a quantidade escravizados na Fazenda Crôa, apesar de citarem um pelourinho onde haviam argolas de ferro para amarrar os escravos a noite para dormirem, o que seria improvável, visto que os Pelourinhos eram mais comuns na sede das Vilas, e que este tipo de situação em que os escravizados eram submetidos, configuravam-se em castigos, geralmente em casos de fugas, ou prejuízos aos senhores. Os maus tratos, prisão em argolas de ferros, dormir na senzala, faziam parte do cotidiano dos escravizados.

Percebemos também que há indícios de resistência social na descrição dos memorialistas sobre a presença de escravizados na Fazenda Crôa, quando relatam todas as escravas dormiam na senzala para não fugirem para ir namorar, mostram que mesmo elas na condição de escravizadas, mantinham alguma relações sociais, no caso aqui, afetivas, muitas vezes sem consentimento do seu senhor. Sobre as relações de negociação entre escravizado e senhor, Silva e Reis, nos atesta que:

> O que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas entre senhores e escravos, barganhas cheias de malícias de ambas as partes [...] As reivindicações nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia,

[264]- SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Histórias de sua História**. Global Gráfica. 2010. p. 66.

> também exigiam o direito de poderem "cantar, folgar, e brincar" sem consentimento prévio do feitor.[265]

O memorialista Geraldo Silveira por sua vez, ao ser entrevistado pelo alunos do 7º ano da até então, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Carminha Vasconcelos, hoje, Escola Estadual de Tempo Integral (EETMI) Carminha Vasconcelos, ao relatar o caso das escravas gêmeas Cosma e Damiana, afirma que:

> As negras africanas gêmeas, Cosma e Damiana, no ano de 1889, foram compradas pelo senhor João Pedro de Araújo, conhecido como Dodô, fazendeiro da época pela quantia de 54 Mil Réis. As mesmas foram trabalhar na sua casa como mucamas. O fazendeiro construiu um tronco no qual as escravas eram acorrentadas à noite, pelo feitor, para que não fugissem[266].

Contando uma versão menos romantizada, Geraldo Siveira afirma que as escravas gêmeas Cosma e Damiana foram compradas por João Pedro de Araújo**,** por 54$000 réis, em 1889. O que torna essa outra versão enigmática é afirmativa de que as escravas gêmeas foram compradas em 1889, um anos após promulgação da Lei Áurea, a qual, aboliu oficialmente a Escravatura no Brasil, e 05 anos depois da Abolição no Ceará, e em Santana do Acaraú[267], Município esse, que nessa época, o povoado de Morrinho era subordinado administrativamente.

Geraldo Silveira em seu relato, também afirma haver na Fazenda Crôa um tronco, no qual o feitor acorrentava os escravos, respaldando com o que nos disse João Altamir Rocha, ao ser indagado sobre a escravidão na Fazenda Crôa, onde o mesmo atestou que:

> Meu pai João André da Rocha trabalhou pro Acúrcio que era filho do João Pedro de Araújo, meu contava muitas histórias do Dodô, que era o apelido do João Pedro, diz que esse apelido foi us escravo que butaram nele, eles chamava ele di pai Dodô, meu dizia que ele era ruim, mandava o capataz dele bater nos escravo[...] ele tinha uns escravo lá num sei quantos eram não, mais na guerra que teve o Tenente Zé Ferreira da Rocha de lá das bandas da Tucunduba, levou 02 escravos dele, no lugar do Orcel e do Acúrcio, essa era história que uszoto contava, meu pai disse que o Dodô morreu perto do 900 sozim na Crôa, sozim, sem os filho, mais parece que ele tinha duas escrava lá gêmea, Damiana e Cosma, elas morreram no 50, eu cheguei a ver elas[268].

---

[265]- SILVA, Eduardo, REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 08.

[266]- Entrevista Realizada com o Sr. Geraldo Silveira na Residência do mesma, na cidade de Morrinhos-Ce., 2008. Apud *EE*EFM Carminha Vasconcelos, Alunos do 7º ano. **Diversidade Cultural: Conhecer para Valorizar**. 2008. Morrinhos-Ce.

[267]- O Município de Sant'Anna, semanário noticioso que circulou na cidade de 1882 a 1889, que o Dr. José Mendes Pereira de Vasconcelos lutou contra a escravidão em Santana do Acaraú, a qual teve seu fim em 26 de Janeiro de 1884. Fonte: Memorial da Paroquia de nossa senhora de Sant`Anna, Blogspot. Disponível em: http://memorialdasenhorasantana.blogspot.com/2012/06/dados-e-fatos-sobre-africanos-e-seus.html.

[268]- João Altamir da Rocha, 87 anos, a citação foi dita numa entrevista na residência do mesmo, na localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce, no dia 15/09/2017.

Ao compararmos o relato do senhor João Altamir Rocha, com as narrativas dos memorialistas, é razoável percebermos que apesar de encontrarmos algumas discrepâncias na cronologia dos acontecimentos, todavia, fica evidente que havia mais escravizados na Fazenda Crôa, além das Gêmeas Cosma e Damiana.

Um outro detalhe que não pode passar despercebido, diz respeito aos 02 escravizados que foram levados para a guerra pelo Tenente Zé Ferreira da Rocha, no lugar dos filhos mais velhos de João Pedro de Araújo, a saber; Miguel Orcel de Araújo, e Antônio Acúrcio de Araújo[269]. Pelo recorte de tempo, contextualizado pela ordem dos acontecimentos, trata-se de meados do terceiro quartel do século XIX, sendo porém, a guerra que o senhor Altamir Rocha se refere, a Guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870), quanto a substituição dos escravizados, pelos dois filhos João Pedro de Araújo, os quais, devem ter sido recrutados, porém, a Lei permitia que os recrutados pudessem substituídos, e muitos eram, por escravos, como descreveu o senhor João Altamir Rocha. Airton, discorrendo sobre a caça aos recrutas para a Guerra do Paraguai, nos conte que:

> O governo, então, iniciou uma verdadeira caça as pessoas para força-las a ir à guerra- na verdade, tal prática, já havia, em escala menor, desde a colônia [...] Forças públicas deslocaram-se da capital indo às localidades interioranas para auxiliar as comissões de alistamento, na procura de vaqueiros, moradores, escravos negros, agricultores, aqueles que tivessem condições de lutar [...] Esse recrutamento violento atingiu em cheio a população pobre- A lei permitia que os recrutados fossem substituídos (e muitos o eram por escravos e índios) ou dispensados mediante pagamento de 400 mil-réis, uma quantia acessível apenas a elite [...] Assim em geral, apenas os elementos brancos das classe abastadas se safavam do serviço militar.[270]

Quanto ao Tenente identificado pelo senhor João Altamir Rocha, como Zé Ferreira da Rocha, é que provável que se trate de José Inácio Ferreira da Rocha, filho Manuel Ferreira da Rocha, o qual, era filho de Manoel Ferreira Fonteles Filho, e este, filho de Manoel Ferreira Fonteles, proprietário da Fazenda Tucunduba, e o primeiro a instituir Fazenda nas Terras de que hoje fazem parte do Município de Morrinhos.

Faz-se importante deixarmos registrado que na leitura de 09 inventários do século XVIII e XIX, situados num período de 1765 a 1805, referentes aos proprietários das Fazendas agropastoris que originaram o município de Morrinhos, foram arrolados na descrição de bens semoventes, 51 escravizados. Os quais eram: 16 africanos declarados de cor preta ou negra, sendo que, 10 eram Angola, e um da Costa Mina. Sendo que, 06 não havia especificações

---

269- ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense- Séculos XIX- 1841-1880**. 2ª edição. Volume 3/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 52.

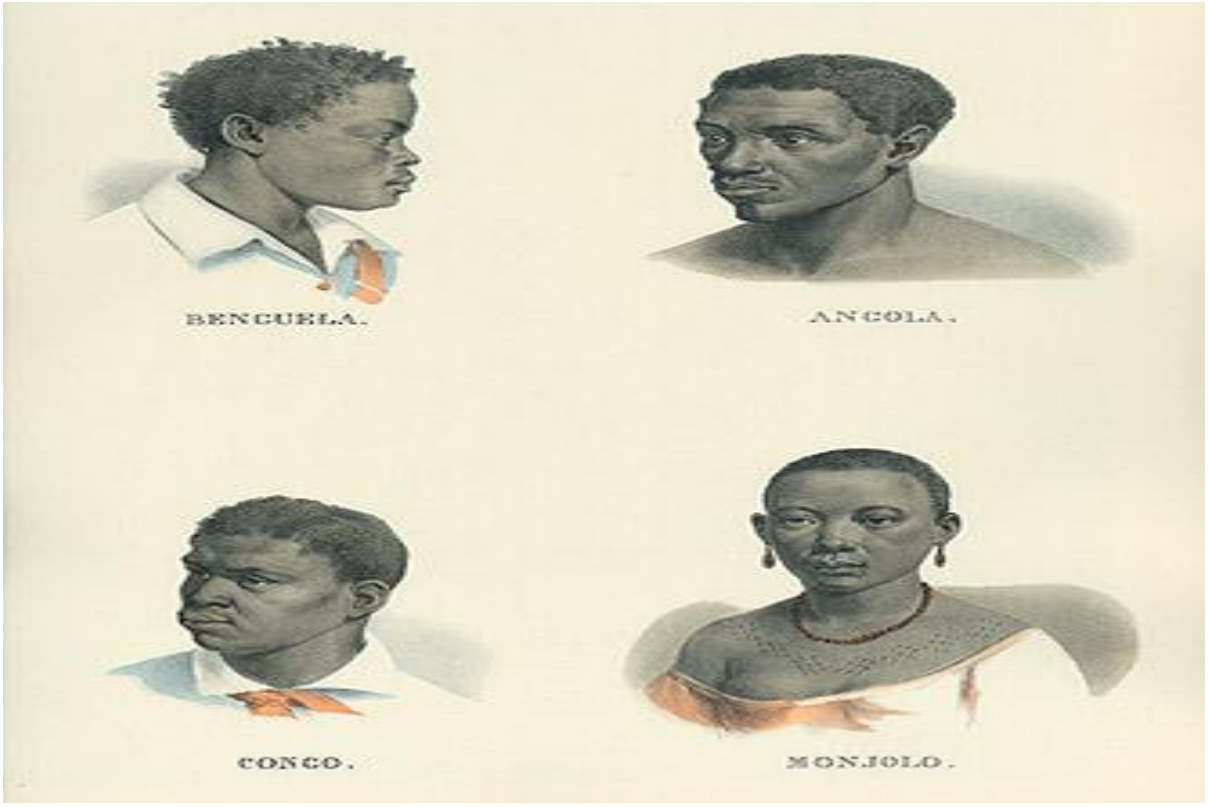
270- FARIAS, Airton de. **História do Ceará. 7 ed. ver. e ampl**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015. p. 315.

quanto a sua possível origem étnica. Ao classificar os cativos africanos com base nas particularidades étnicas, Antonil, diz que:

> Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus das Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantes industriosos e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa[271].

Havia também 17 criolos, 06 mestiços, 05 cabras, 06 mulatos, esses porém, constituíam-se nacionais por terem nascidos no Brasil, de certo que, alguns desses eram nascidos na casa dos próprios inventariados.

FIGURA 05: Negros Benguela - Angola - Congo – Monjolo. Litografia de Rugendas.



Fonte: NEGROS Benguela - Angola - Congo - Monjolo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra18936/negros-benguela-angola-congo-monjolo>. Acesso em: 25 de Jan. 2020. Verbete da Enciclopédia

Faz-se digno de nota também destacar que, desses 51 escravizados, eram 29 homens e 22 mulheres. Entretanto, dos 51 escravizados que foram arrolados nos 09 inventários entre os

[271]- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 31. (Coleção Reconquista do Brasil). Texto proveniente de: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa. Texto-base digitalizado por: Evaldo Nunes de Almeida – Araruama/RJ

anos 1765 e 1805, 04 foram registrados como doentes: Joaquim, Preto, Angola 40 anos, doente dos peito, Antonio, Preto, 70 anos, veia quebrada na perna esquerda[272], ambos pertenciam a Mateus Mendes de Vasconcelos, proprietário da Fazenda Curralinho. Enquanto que, Pedro, Angola, Preto, 40 anos, aberto dos peito, Antonio, Cabra, 18 anos, rendido das verilhas[273], ambos eram propriedade (sic) de Ana Joaquina de Jesus, esposa de Antônio Mendes de Vasconcelos, dono da Fazenda Areal.

Essas doenças eram quase sempre ocasionadas por grande esforço físico, principalmente a doença chamada de peito aberto, acometida por quem trabalho levando pesos desproporcionais a sua capacidade, e a quebra da virilha, ou rendido[274] da virilha, a qual deixava o doente deficiente. Isso ocasionava a diminuição do valor dos escravizado, como no caso do cativo Antonio, que por ser rendido das virilhas, apesar dos seus 18 anos, foi avaliado em 70$000[275] réis, valor considerado baixo, para um escravizado cabra, de sua idade.

Como vimos ao longo deste capítulo, a gênese do município de Morrinhos-CE, está estreitamente relacionada as fazendas agropastoris, as quais usarem de mão de obra escravizada, por quase dois séculos. Isso é bem fácil de ser percebido, bastar transitar pelas localidades que mantiveram os topônimos das antigas fazendas, como a localidade de Curralinho e Junco Manso, e perceber a quantidade, e como vivem os afrodescendentes remanescentes de quilombolas que habitam há mais de um século nas imediações das casas dos proprietários das terras, os quais são descendentes dos antigos escravagistas.

[272]- **Inventário de Mateus Mendes de Vasconcelos, 1793**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.01, CAIXA: 38
[273]- **Inventário de Ana Joaquina de Jesus, 1795**. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.04, CAIXA: 39
[274]- A doença, identificada nos inventários como Rendido das virilhas, era o que nós conhecemos hoje por Hérnia, a qual pode ocorrer em um ou nos dois lados da virilha e é muito mais frequente em homens que carregam muito peso, sendo portanto, uma doença bastante comum no universo da escravização.
[275]- Idem, 1795. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.04, CAIXA: 39

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o processo de ocupação colonial e da escravização negra nas terras que hoje integram o Município de Morrinhos, localizado na Zona Norte do Estado do Ceará, sendo porém este processo bastante similar ao restante das terras, outrora denominada Ribeira do Acaraú, para onde sesmeiros de outras Capitanias, principalmente da Capitania de Pernambuco e suas anexas, a procura de riquezas e boas terras para criarem seu gado, se estabeleceram nessa Ribeira entre o final do século XVII e início do século XVIII. Foi analisado também a implantação das fazendas que deram origem ao Município de Morrinhos, suas localizações, fragmentações, mudanças de topônimos, e como de forma genealógica elas foram sendo transferidas de forma hereditária até os dias atuais. Todavia, foi dado uma maior ênfase na questão processo da mão de obra escravizada utilizada nas fazendas, principalmente à partir da Fazenda Tucunduba, instalada em 1725, pelo Tenente do Regimento de Ordenanças Manoel Ferreira Fonteles.

A Fazenda Tucunduba foi o útero que de alguma forma gerou todas as outras fazendas que deram origem do Município de Morrinhos, visto que todos os proprietários das 10 fazendas estudas eram descendentes de Manoel Ferreira Fonteles. Enquanto que o uso da mão de obra escravizada de africanos e seus descendentes, por estes senhores de terras, foi intensificando como desenvolvimento da economia pastoril e algodoeira. Os cativos africanos afro-brasileiros eram trazidos de outras capitanias, principalmente das Pernambuco e suas anexas, Maranhão, os quais era embarcados nos portos de Recife, Goiana e São Luís, sendo que que a via de entrada provável para os cativos chegarem até as fazendas estudas, eram os portos das Oficinas (hoje cidade do Acaraú), Itapajê (Hoje, município de Itarema), e o porto do Camocim. Esses cativos eram introduzidos na pecuária, e seus derivados, na agricultura de subsistência, nas fazendas de algodão, serviços especializados, e outros serviços domésticos, ou até mesmo como escravo de aluguel e de ganho.

Nas 10 fazendas estudadas, a saber; Tucunduba, Curralinho, Morrinho, Areal, Crôa, Junco Manso, Salgado, Poço Branco, Várzea Redonda, Olho D`agua, foram contabilizados 95 escravizados, sendo que, 49 estavam registrados nos inventários dos proprietários das Fazendas, e 46 foram Declarados à Câmara da Vila de Sobral em 1788. Foi abordado também a questão das fragmentações das Fazendas, pois desde do início das implantações das mesmas, até os dias atuais, a posse das terras foi mudando de proprietário de forma hereditária, quer seja através de

dote de casamento, herança, ou até mesmo quando proprietários mais ricos, compravam pequenas faixas de terras e anexavam as que já possuía.

Julgamos de extrema importância entendermos como aconteceu esse processo, visto que existe uma enorme concentração de terras nas mãos das famílias descendentes dos colonizadores, onde os mesmos detêm de grandes latifúndios nas terras morrinhenses. Outra questão que foi abordada não menos importante que as demais, foi a denominação das localidades que estão localizadas nas extensões de terras que pertenciam as antigas Fazendas, isso foi importante porque através dessa abordagem, conseguimos identificar a origem das comunidades de Remanescentes do Município de Morrinhos, as quais estão assentadas nas localidades de Curralinho, Alto Alegre, e Junco Manso, localidades estas que estão nas terras das antigas Fazendas, Curralinho, Areal, e Junco Manso.

No município de Morrinhos as famílias que detém a grande maioria das terras, são os *Vasconcelos*/*Mendes* moradores da localidade do Curralinho, descendentes diretos de *Mateus Mendes de Vasconcelos*, primeiro proprietário da Fazenda Curralinho; os *Fonteles/Ferreira/Adriano/de Maria/Mariano*, moradores das localidades de Tucunduba, Juiz, Salgado, Instans, Espinhos do Lopes, descendentes diretos de *Manoel Ferreira Fonteles*, primeiro proprietário da Fazenda Tucunduba; os *Araújo/Costa*, descendentes diretos de *Pedro de Araújo Costa*, antigo proprietário da Fazenda Morrinho; os *Soares/Costa/Alves/Santos* moradores das localidades de Umari e Pilões, descendentes diretos de Caetano Soares Monteiro e João da Silveira Dutra; os *Rocha*, moradores da localidade de Curralinho, descendentes diretos de Alexandre Pereira da Rocha, filho de Mateus Mendes de Vasconcelos; E os *Rocha* oriundos do povoado de Santa Cruz (hoje, cidade de Bela Cruz), os quais descendem de José Coriolono Rocha que fora casado com sua segunda esposa, Tereza Maria da Rocha, natural de Curralinho.

Todavia, de alguma forma todos são descendentes de Manoel Ferreira Fonteles, como foi demostrado ao decorrer deste trabalho. Essas famílias citadas acima, formaram através de casamentos endogâmicos as Oligarquia do município de Morrinhos, onde os mesmos usufruem do melhores cargos públicos comissionados, ou por contratos, não importando de quem esteja no poder municipal.

Em situação diametralmente oposta das famílias citadas acima, estão as famílias afrodescendentes, as quais no final do século XIX, com o fim da escravidão, a População Negra que fora cativa nas fazendas que originaram o município de Morrinhos, ficaram parcialmente

livres e passaram a fazer moradias nas imediações das casas de fazendas onde eram escravizadas, lá construíram suas casas de taipa, nas terras cedidas para habitarem e fornecer maior de obra barata, para os senhores de terras e donos das fazendas vizinhas. Essas terras são cedidas pelos atuais proprietários descendentes dos colonizadores escravistas, quando não, moram nas terras paroquianas, ou terra da santa, como dizem os afrodescendentes moradores da localidade de Junco Manso, vale ressaltar que as terras doada a paróquia em questão, é referente a doação feita por José Freitas Rios, último proprietário da Fazenda Junco manso, a Paróquia São Manuel do Marco, no final dos 40 do século XX, há esse tempo a Paróquia Sagrada Coração de Jesus, do então distrito de Morrinhos, era subordinada a paróquia do Marco. Sendo então, que são nessas terras que estão assentadas as Famílias afrodescendentes que estão em processo de auto reconhecimento como Remanescentes de Quilombola, os quais são os: Silva, Romão, Neo, dentre outras, as quais integram a Comunidade de Remanescente de Quilombola de Junco Manso.

A situação das Famílias afrodescendentes da localidade de Curralinho e Alto Alegre, são semelhantes, com as de Junco Manso, a principal diferença é que as terras que elas estão assentadas não são paroquianas, mas, sim, dos descendentes dos escravistas. As famílias de afrodescendentes que estão em processo de auto reconhecimento com Remanescentes de quilombola de ambas as localidades são: Os Faustino, Secundo, Nascimento, Arcanjo, os quais, moram em sua maioria em casas de taipas, com condições mínimas de habitação, sob o chão que não são delas, ainda por cima esquecidos do poder público. Infelizmente este é o reflexo da maioria das Comunidades de Remanescentes de Quilombolas do Brasil atual, onde cada vez mais as políticas públicas que buscam melhorar a condição de vida destas comunidades estão criminosamente sendo abolidas.

FONTES

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA - NEDHIS (UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ)

- Inventário *post-mortem* de Marias Soares, 1765. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.02, CAIXA:12.
- Inventário *post-mortem* de Mateus Mendes de Vasconcelos, 1793. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.01, CAIXA: 38
- Inventário *post-mortem* de Manoel Ferreira Fonteles Filho, 1795. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.08, CAIXA: 39.
- Inventário *post-mortem* de Maria Ferreira Pinto, 1795. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.03, CAIXA: 39.
- Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de Jesus, 1795. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.04, CAIXA: 39.
- Inventário post-mortem de Tomásia Ferreira Fonteles, 1799. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.07, CAIXA: 45
- Inventário *post-mortem* de Bibiana Ferreira Fonteles, 1805. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.05, CAIXA: 52.
- Inventário *Post-mortem* de Pedro de Araújo Costa, 1797. BR.CE.NEDHIS.UVA.CH.FM.P.INV.08, CAIXA: 43.

FONTES MANUSCRISTAS

BIBLIOTECA NACIONAL DO ESTUDANTE

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 31. (Coleção Reconquista do Brasil). Texto proveniente de: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa. Texto-base digitalizado por: Evaldo Nunes de Almeida – Araruama/RJ.

BIBLIOTECA NACIONAL

Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 66, **Alvará de 1º de abril de 1680**. Livro Grosso do Maranhão, 1905, p. 46.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta do Descobrimento do Brasil. Porto Seguro, 1º de Maio de 1500. Fundação da Biblioteca Nacional.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil** (1500-1627). Fundação Biblioteca Nacional.

Convenção sobre a Escravatura assinada em Genebra, em 25 de setembro 1926, p. 1. Fundação Biblioteca Nacional.

O Caçador de Escravos (Óleo sobre Tela), Jean-Baptiste Debret. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital Acesso: 12/11/2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil, 1587**. IHGB, 1846.

ZARURA, Gomez Eannes de. **Crônica do Descobrimento e da Conquista da Guiné**. Publicado por J. P. Aillaud, Paris, 1841. Introduzida e Ilustrada com algumas Notas por Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (2º Visconde de Santarém). IHGB, 1865.

REVISTA INSTITUTO DO CEARÁ

Diário da Expedição de Matias Back (1649). Revista Instituto do Ceará. Fortaleza, ANNO XVII – 1903. Tradução Alfredo de Carvalho.

2.5 ARQUIVO NACIONAL

Correspondência do Presidente da Província do Ceará, Manuel Ignácio Sampaio Pina e Freire (1818) - fevereiro – IG`34. Arquivo Nacional. Fundo: Série Guerra. Cx. De Fundo D.A.

FONTES ONLINE

Árvore Genealógica Mundial Geni. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Maria-Ferreira/6000000019211514918#/tab/revision>. Acesso em: 23/10/2018.

V, Papa Nicolau. **Bula Papal Romanus Pontifex**. Vaticano, Itália. 1455. Tradução Paulo Brabo, Disponível: http://www.baciadasalmas.com/2006/bula-romanus-pontifex/ Acesso: 16/11/2019.

Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil. Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Acesso em: 11/11/2019. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/201804/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf

Margem do Rio Acaraú, ao fundo o Morro que previsualizava a fazenda Morrinho, a qual posteriormente serviu de inspiração para o nome do Município de Morrinhos-Ce. Fonte Internet. Disponível em: https://www.ferias.tur.br/cidade/1528/morrinhos-ce.html Acesso em: 15/08/2016.

Os mortos do Instituto em 1942. Disponível em *«Índice da Revista do Instituto do Ceará»*. *institutodoceara.org.br/* Acesso em: 17/11/2017.

Relação dos Sócios do Instituto do Ceará. Disponível em: *«Relação de Sócios do Instituto do Ceará»* *institutodoceara.org.br* Acesso em: 17/11/2017.

Histórico de Morrinhos-CE. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/morrinhos/historico Último acesso em: 11/10/2019.
Presença Negra e Abolição em Santana do Acaraú. Disponível em: http://memorialdasenhorasantana.blogspot.com/2012/06/dados-e-fatos-sobre-africanos-e-seus.html. Acesso: 14/12/2019.

Pastor Marcos Feliciano diz que os Africanos são amaldiçoados. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm. Acesso: 25/01/2020.

Marcos Feliciano reitera que os Africanos são amaldiçoados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w5XqfADjzzI Acesso: 25/01/2020.

FONTES ORAIS

- João Altamir da Rocha, 87 anos, entrevista na residência do mesmo, na localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce, no dia 15/09/2017.
- Maria Dalva Fonteles Rocha, 84 anos, entrevista realizada no dia 15/09/2017, em sua residência no localidade de Curralinho, Morrinhos-Ce.
- José Jurandir da Rocha 89 anos, entrevista realizada no dia 17/10/2017, em sua residência em Morrinhos-Ce.
- Chico Luca, 102 anos, a citação foi dita durante uma entrevista na residência do mesmo, na localidade de Junco Manso, em 13/09/2016.
- José Clemildo de Souza, 42 anos, entrevista realizada no dia 18/11/2019.

FONTES CENSCITÁRIAS

- Censo IBGE 2010. **População de Morrinhos**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/morrinhos/pesquisa/23/25207
- **Perfil Básico Municipal de Morrinhos 2016**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-basico-municipal.
- Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. **Recenseamento do Brasil de 1920**. Relação dos Proprietarios dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado do Ceará.
- **Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872**. Diretoria Geral de Estatística (DGE), Província do Ceará p. 172. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso: 15/04/2017.

CD-ROM

Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros, v. 1, nº. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) **Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006, (Coleção Manuscritos).

Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros, v. 1, n. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) **Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RECIFE

Carta de sesmaria que se passou ao Sargento mor Leonardo de Sá. In: Documentação Histórica pernambucana. Vol. 2. Recife, 1954.

Carta de sesmaria que se passou ao Nicolau da Costa Peixoto. Documentação Histórica Pernambucana- Sesmarias- Vol. 2. Recife, 1954

REFERÊNCIAS

Antônio Roniele Maranhão; Fábio Júnior Avelino; Daniela Costa da Silva. **De Morrinhos a Curralinho: Proximidade Física, mas uma longa distância social**. XX Encontro de Iniciação Científica; XIII Encontro de Pós-Graduação de Pesquisa. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Sobral-CE. 2018. (Resumo).

Araújo, Vicente Freitas de. **Bela Cruz – Biografia do Município**. Fortaleza: Edição do Autor, 2009.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes Portuguesas no Vale do Acaraú**. Gráfica Editorial Cearense LTDA. Fortaleza- 1991, p. 213.

_____. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XVIII - 1604-1800**. 2ª edição. Volume 1/5- Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 500.

_____. **Cronologia Sobralense- Séculos XVII e XX- 1801-1840**. 2ª edição. Volume 2- Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 330.

_____. **Cronologia Sobralense- Séculos XIX- 1841-1880**. 2ª edição. Volume 3/ Fortaleza: Edições ECOA, 2005- p. 300.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. pp. 132-33.

ARRUDA, Assis. Genealogia sobralense: **Os Frotas – 1742-1999** – Volume 6, Tomo VI. Sobral, Ce.: Imprensa Oficial do Município de Sobral, 2000

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: INL/ Ministério da Educação e Cultura, 1961.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira.** Aparecida, SP: Santuário, 2008.

BENJAMIN, Walter**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras Escolhidas III).

_____. **Passagens**. Belo horizonte. Editora UFMG: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2006.

BEZERRA, Ana lúcia Sulina. **Negros no Ceara: quando a memória a história**. In: CARVALHO, Gilmar de. (org). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, de ASSIS BEZERRA, 1918.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

BUENO, Eduardo. História do Brasil: **Os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada.** 2. ed. São Paulo: Publifolha: Zero Hora/RBS Jornal, 1997

CAVALCANTE, José Vicente Franca. **Notas para a História de Sobral**. In: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO XXIII, 1909.

COLÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império**, Rio de Janeiro, 1927, cap. IX,

CHIAVENATO, Júlio José. **1939- O Negro no Brasil: Da Senzala à Abolição**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999. (Coleção Polêmica),

COSTA, Iraci del Nero da. **Pesos e Medidas Periodo Colonial Brasileiro**: Denominações e Relações. FEA-USP, 1944

EFMM Carminha Vasconcelos, Alunos do 7º ano. **Diversidade Cultural: Conhecer para Valorizar**. Morrinhos-Ce. Sem edições.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7 ed. ver. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. **A pedagogia da escravidão nos sermões do padre Antônio Vieira**. Rev. Bras. Est. Pedag., v.84, n. 206-208, p. 43- 53, jan./dez. 2003

FERNANDES, Yaco. **A Farsa do Libertadores. In: Notícias do Povo Cearense.** Fortaleza 1997.

FERNANDES, Isabel Alexandra. **Réis e Rainhas de Portugal**. Lisboa, Texto Editora, 4ª Ed. 2001.

FROTA, Luciara S. Aragão (Org). **Estudo sobre o Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974, 2 volume

FROTA, Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza: IOCE, 1995, p. 540

FUNES, Antônio Eurípedes. **Negros no Ceará**. In. SOUSA, Simone (org). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasi**l. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GENTIL, José da Frota, **Genealogias dos Frota**, (São Paulo: Edições Loyola), 1967. p. 189

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: _. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. p. 175.

GIRÃO, Raimundo. MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1ª Ed, 1939.

HONAERT Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JÚNIOR, José Ribeiro. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo, HUCITEC, 1976

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Os primórdios da Organização do Espaço Territorial e da Vila Cearense** – algumas notas Anais do Museu Paulista. v. 20. n.1. jan.- jun. 2012.

LINHARES, Fortunato Alves, Pe. **Notas históricas da Cidade de Sobral**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO XXXVI, 1922.

LIMA, Maurílio Cesar de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001.

MELLO, Manuel Nunes de. **Província do Ceará**. In: Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXV, 1911, p. 52.

MOTA JUCÁ, Gisafran Nazareno da. *[ant. 1620, Dezembro, 7, Ceará]* **Requerimento do capitão-mor do Ceará, Martim Soares Moreno, ao rei [D. Filipe II], a pedir concessão de doze léguas de terra na capitania do Ceará**. *Anexo: carta. AHU-CEARÁ, cx. 1, doc. 6. AHU_CU_006, Cx. 1, D. 5.* Catálogo de Documentos Manuscritos Referentes à Capitania do Ceará Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos**. 3ª edição. São Paulo. Global. 2005. p. 42.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748 - 1804)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

O Município de Santana. Sobral 1926. Sem edições.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará.** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História colonia**l, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011

PINTO, Francisco Eduardo. **Autos de medição e demarcação de sesmarias**. In: MOTTA.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz**. Sesmarias Cearenses** (1680-1822). Fortaleza: SUDEC, 1979.

PINSKY, Jaime, **A Escravidão no Brasil** (Repensando a História). 21ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Lourival João, (In Memorian). **Histórias que eu sei contar**. Fortaleza; Gráfica e Editora, 2017.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos na sociedade colonial, 1550-1635**. Tradução Laura Teixeira Mota. Companhia das Letras- São Paulo, 1988.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, José Alfredo. **In Breve História do Município de Marco**, Prefeitura Municipal de Marco – Ce, Fortaleza, INESP, 2002,

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **As origens da escravidão no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1979.

_____. **O Declínio da Escravidão no Ceará.** Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1988,

SILVA, Eduardo, RÉIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SILVEIRA, Geraldo. **Morrinhos: Um pouco de Sua História.** Morrinhos-Ce. 1999. Sem edições.

SILVEIRA, João Leonardo/ SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. **Morrinhos: Sua História e Sua Gente**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda., 2009. p. 29.

_____. **Morrinhos: Sua História e sua gente**. Fortaleza- Realce Editora e Indústria Gráfica Ltda. 2009.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **"Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho": negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822***)*. 2015. 223 f. (Tese Doutorado).

_____. **Rosário dos Pretos de Sobral, Ce. Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho).

STUDART, Guilherme. **Para a questão Grossos, Capitão-mor Sebastião de Sá**. In: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO XXX, 1916. p. 334.)

_____. **Datas e factos para História do Ceará**. Fortaleza: Typografia Studart, 1896,

STUDART FILHO, Carlos. **Vias de Communicação do Ceará Colonial**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. ANNO LI, 1937.

SUESS, Paulo. **A Conquista Espiritual da América Espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

TEÓFILO, Rodolfo. **História da Secca do Ceará (1878-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922,

VIERA, Pe. Antônio. **Sermões**. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

VIEIRA, Jofre Teófilo. **Os "Samangolés": africanos livres no Ceará (1835-1865).** Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História. Fortaleza, 2017.